

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE DE PONTA PORÃ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E DE SISTEMAS PRODUTIVOS  
NÍVEL MESTRADO – PPGDRS

**ROMILDO CAMARGO MARTINS**

**DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES  
DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Ponta Porã/MS  
2018

**ROMILDO CAMARGO MARTINS**

**DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES  
DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Unidade Universitária de Ponta Porã, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Sonaglio

Ponta Porã/MS  
2018

## DEDICATÓRIA

Esta obra é dedicada a minha família, esposa e filhos que tiveram paciência e compreensão nas horas de ausências. E aos meus pais (in memoriam) pelos valores ensinados.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por conceder discernimento e sabedoria.

Aos familiares por inspirarem a continuidade e a perseverança.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS), que contribuem de modo singular a nossa formação crítica.

A minha orientadora Prof. Dra. Cláudia Maria Sonaglio e ao co-orientador Prof. Dr. Carlos Otávio Zamberlan, pelo esforço na condução deste estudo.

Ao Prof. Dr. Moisés Centenaro, que oportunizou discussões acerca do agronegócio brasileiro, estimulando pesquisas que deram luz à construção deste tema.

Aos participantes da pesquisa, produtores associados da APOMS, em suas significativas contribuições ao estudo.

Aos colegas da T3 “the best”, considerada a mais dinâmica e produtiva turma de mestrado da UEMS de Ponta Porã, pelas inúmeras viagens científicas ou não.

Enfim, a conclusão deste trabalho foi possível graças à participação direta ou indiretamente de cada um. O agradecimento é singelo, mas a emoção e a gratidão serão eternas.

## EPÍGRAFE

“Enquanto permanecer, no Brasil, uma das maiores concentrações de renda do planeta, a maioria dos assalariados, desinformada, continuará consumindo o insípido frango padronizado e menos agricultura. Enquanto a terra for mal distribuída, o êxodo rural continuará alimentando as cidades com futuros novos desempregados.” (DUFUMIER; COUTO, 1998)

MARTINS, Romildo Camargo. **Dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares da produção orgânica na agricultura familiar**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, *Campus* Ponta Porã/MS, 2018.

## RESUMO

As distintas modalidades de apresentação das cadeias curtas agroalimentares têm sido objeto de inúmeros estudos no Brasil e no mundo. Essas cadeias têm se destacado por reaproximar produtores e consumidores, promover a realocação dos alimentos, enfatizar a qualidade dos produtos e ampliar os laços interpessoais de reciprocidade e confiança. Sob o aspecto da concepção dessas cadeias, questiona-se, neste estudo, de que forma ela é percebida pelos produtores. Dessa forma, objetiva-se analisar a dinâmica de construção das cadeias curtas agroalimentares com agricultores orgânicos nos municípios de Ponta Porã/MS e Dourados/MS pertencentes a Núcleos de Produção da Associação de Produtores de Orgânicos de Mato Grosso do Sul. A população identificada forma um grupo de 18 agricultores familiares com certificação, na modalidade de certificação participativa, havendo para este estudo a participação de 12 agricultores. Esse grupo de agricultores tem apresentado inúmeros casos de cadeias curtas, justificando a sua escolha. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, qualitativo, sendo os resultados aplicados. A pesquisa de campo ocorreu em ambientes pré-agendados com os participantes, desenvolvidas em locais distintos, como propriedades rurais, feiras e/ou associação. Os dados coletados mediante roteiro de entrevista foram gravados e posteriormente transcritos para a leitura e entendimento final. Como resultado, o grupo assinala uma efetiva participação nos mercados institucionais, ficando refém de apoios institucionais e de reabertura das chamadas públicas de compra. Além disso, a sobrecarga de funções e atribuições nas instituições de apoio tem afetado a realização de visitas técnicas que poderiam contribuir para o desenvolvimento da atividade e criar condições de ampliação da produção. Logo, a produção atende basicamente aos compromissos contratuais assumidos, inibindo o acesso ou criação de novos canais. A dinâmica de construção das Cadeias Curtas Agroalimentares no ambiente pesquisado está atrelada a uma série de fatores, identificados pelas categorias teóricas, havendo entre si uma interdependência. A expansão dos canais observados aponta para a necessidade do aumento na produção de orgânicos e na maior interação entre atores e agentes públicos.

**Palavras-chave:** Atores e agentes. Confiança. Reconexão. Espaços Sociais.

MARTINS, Romildo Camargo. **Dynamics of the construction of the short agro-food chains of organic production in family agriculture.** Master (Graduate Program Stricto Sensu in Regional Development and Production Systems) - University of Mato Grosso do Sul State, Campus Ponta Porã/ MS, 2018.

## ABSTRACT

The different modalities of presentation of the agrifood short chains have been object of numerous studies in Brazil and in the world. These chains have been prominent in bringing together producers and consumers, promoting food relocation, emphasizing product quality and building interpersonal ties of reciprocity and trust. As to the design of these chains, we question, in this study, how it is perceived by producers. In this way, the objective is to analyze the dynamics of the construction of the agro-food chains with organic farmers in the municipalities of Ponta Porã / MS and Dourados / MS belonging to Production Centers of the Association of Organic Producers of Mato Grosso do Sul. a group of 18 certified family farmers, in the form of participatory certification, and for this study the participation of 12 farmers. This group of farmers has presented numerous cases of short chains, justifying their choice. It is an exploratory-descriptive, qualitative study, and the results are applied. Field research took place in pre-booked environments with participants, developed in distinct locations such as rural properties, fairs and / or associations. The data collected by interview script were recorded and later transcribed for reading and final understanding. As a result, the group indicates an effective participation in institutional markets, being hostage to institutional support and reopening of public purchase calls. In addition, the overload of functions and attributions in the support institutions has affected the accomplishment of technical visits that could contribute to the development of the activity and create conditions of expansion of the production. Therefore, the production basically meets the contractual commitments assumed, inhibiting the access or creation of new channels. The dynamics of the construction of the Short Chain Agrifoods in the researched environment is linked to a series of factors, identified by the theoretical categories, with interdependence between them. The expansion of the observed channels points to the need for increased organic production and greater interaction between actors and public agents.

**Keywords:** Actors and Agents. Confidence. Reconnection. Social Spaces.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Participação do PIB do agronegócio familiar e patronal no PIB do Brasil, entre 1995 a 2005.....	23
FIGURA 2 -	Participações dos complexos agropecuários familiar e patronal no PIB do agronegócio brasileiro.....	23
FIGURA 3 -	Etapas adotados na elaboração da pesquisa .....	59
FIGURA 4 -	Esquema com palavras-chave para a categoria Atores .....	74
FIGURA 5 -	Esquema com palavras-chave para a categoria Conexão .....	78
FIGURA 6 -	Esquema com palavras-chave para a categoria Interação .....	83
FIGURA 7 -	Esquema com palavras-chave para a categoria Dinâmicas de Construção .....	87
FIGURA 8 -	Esquema com palavras-chave para a categoria Valoração ....	93
FIGURA 9 -	Esquema com palavras-chave para a categoria Inovação e Diversificação .....	97
FIGURA 10 -	Interdependência das Categorias Teóricas e as CCAAs.....	98
FIGURA 11	A construção das cadeias curtas agroalimentares e o desenvolvimento regional .....	102

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Histórico de produção agrícola (em ton) de arroz, feijão, milho e soja – período de 2000 – 2015 .....	20
QUADRO 2 -	Ocupação das terras nos estabelecimentos rurais brasileiros.	24
QUADRO 3 -	Produção da agricultura familiar, segundo as variáveis selecionadas – 2006.....	25
QUADRO 4 -	Percurso do alimento na cadeia agroalimentar longa .....	38
QUADRO 5 -	Tipologia de cadeias curtas agroalimentares .....	41
QUADRO 6 -	Identificação dos Produtores de Orgânicos, participantes na pesquisa – município de Dourados e Ponta Porã – MS.....	61
QUADRO 7 -	Categorias teóricas .....	64
QUADRO 8 -	Identificação dos agricultores participantes da pesquisa .....	68
QUADRO 9 -	Situação legal da propriedade, percentual de renda e produção .....	69

## LISTA DE ABREVIATURAS

AAIGV	Associação Assentamento Itamarati Gerando Vidas
AF	Agricultura Familiar
AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
APOMS	Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
CCAA	Cadeia Curta Agroalimentar
CECAF	Central de Comercialização da Agricultura Familiar
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
COOPERAI	Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati II
DAP	Declaração Anual de Produtor Rural
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
FAO	Food and Agriculture Organization
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MS	Mato Grosso do Sul – Brasil
NFP	Nota Fiscal do Produtor
ONG	Organização Não Governamental
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PAs	Projetos de Assentamentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGDRS	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAA	Redes Alternativas Alimentares
RS	Rio Grande do Sul – Brasil
SC	Santa Catarina – Brasil
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SFSC	Short Food Supply Chain
SPG	Sistema Participativo de Garantia
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1	QUANTO AOS OBJETIVOS .....	19
1.1.1	<b>Objetivo geral .....</b>	<b>19</b>
1.1.2	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>19</b>
<b>2.</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>20</b>
2.1	A QUESTÃO AGRÁRIA: A IMPORTÂNCIA DO PEQUENO E DO GRANDE .....	20
2.2	DO CAMPONÊS AO AGRICULTOR FAMILIAR .....	26
2.2.1	<b>Agricultura familiar: normativas legais e políticas públicas de incentivos .....</b>	<b>30</b>
2.3	AGRONEGÓCIO E CAPITALISMO: ALONGAMENTO DA CADEIA AGROALIMENTAR .....	32
2.4	CADEIA PRODUTIVA <i>VERSUS</i> COMPETITIVIDADE .....	34
2.5	DO PRODUTIVISMO A CADEIA AGROALIMENTAR CURTA .....	35
2.6	DESMISTIFICANDO AS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES ....	38
2.6.1	<b>Tipologias de cadeias curtas .....</b>	<b>40</b>
2.7	DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES E SUAS PERSPECTIVAS .....	43
2.7.1	<b>Da produção em escalas às questões ecológicas e ambientais .....</b>	<b>45</b>
2.7.2	<b>Questões socioambientais, <i>embeddedness</i> e suas interações .....</b>	<b>48</b>
2.7.3	<b>Valoração econômica .....</b>	<b>50</b>
2.8	PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ORGÂNICA EM CONTEXTO CAPITALISTA .....	51
2.9	DESENVOLVIMENTO: DO LOCAL AO REGIONAL .....	54
2.9.1	<b>Vetores do desenvolvimento regional .....</b>	<b>55</b>
<b>3</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>58</b>
3.1	POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM .....	60
3.2	COLETA DE DADOS EXPLORATÓRIA .....	62
3.2.1	<b>Tratamento e análise de dados .....</b>	<b>62</b>

3.3	LIMITAÇÃO AO MÉTODO .....	65
3.4	PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	66
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES.....</b>	<b>67</b>
4.1	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES .....	67
4.2	ATORES ENVOLVIDOS .....	69
4.3	CONEXÃO COM O CONSUMIDOR .....	74
4.4	INTERAÇÃO – TIPOLOGIAS DE CADEIAS .....	78
4.5	DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO .....	84
4.6	VALORAÇÃO DOS BENS PRODUZIDOS/COMERCIALIZADOS .....	88
4.7	INOVAÇÃO .....	93
4.8	O DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES .....	97
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>
	<b>APÊNDICE A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>113</b>
	<b>APÊNDICE B - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DE MATO GROSSO DO SUL (APOMS) – BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>116</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A emergente discussão acerca da agricultura familiar como importante mecanismo de desenvolvimento socioeconômico revela a necessidade da ampliação de estudos relativos ao tema, proporcionando novas leituras e pesquisas sobre a inerente potencialidade estacionada, por exemplo, sob iniciativas da reforma agrária (assentamentos rurais) e de pequenos agricultores rurais, sintetizada em unidade familiar de produção.

Entende-se que, assim como toda e qualquer organização, a agricultura familiar, enquanto unidade familiar de produção, também está submetida a margem de cenários competitivos – caracterizados pela presença de concorrentes “onipotentes”, por consumidores exigentes, sob o arbítrio de leis e normas de regulamentação (normas fiscais, sanitárias, ambientais, etc.)

Sob este aspecto, haveria uma inclinação do agricultor familiar para o gerenciamento de suas atividades com percepções às constantes mudanças de mercado, seja atuando na diferenciação de seus produtos; adequando-se a novos métodos e práticas de produção (BUAINAIN, 2006) ou mesmo buscando novas formas de aproximação/inserção aos mercados – como, por exemplo, através das denominadas “cadeias curtas e rede agroalimentares alternativas”. (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2017)

As cadeias curtas agroalimentares e as redes agroalimentares alternativas supracitadas têm por diferencial a valorização dos mercados “socialmente construídos” (MARSDEN, 1998), nos quais prevalecem as inter-relações entre os atores (desde a produção à comercialização). Nesse modelo, o número de intermediários é mínimo ou mesmo nulo, contrariamente ao modelo vigente, a cadeia agroalimentar longa, na qual as etapas que antecedem o consumo final têm a rastreabilidade dificultada.

Assim, diante das permanentes necessidades de mudanças, destacam-se os constantes processos resilientes e contínuos de transformação, adaptação e readaptação da agricultura familiar, evidenciando a sua importância no aspecto social, econômico, financeiro e ambiental, dos atores e agentes que compõem a cadeia curta agroalimentar.

Esse novo olhar é resultado de um movimento que vem ocorrendo principalmente em países europeus, onde há uma crescente convicção da necessidade da mudança do modelo existente de produção e de consumo de alimentos.

Nesse modo de atuação, de um lado, observa-se a crescente ampliação do volume de produção de fibras e matérias-primas agroalimentares, resultado da investida capitalista no setor. Entretanto, tem-se observado que, na prática, o aumento da produtividade está alicerçado no uso de sementes geneticamente modificadas, no desenvolvimento e aplicação de adubos químicos, (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008), na adoção de novos métodos de processamento industrial e na diversificação das formas de apresentação do produto ao consumidor, comportamento que, de alguma forma (direta ou indireta), amplia a degradação ambiental, uma vez que ao alongar a cadeia produtiva, há também um aumento na demanda por consumo de recursos de produção (água, combustíveis fósseis, terra, trabalho, capital, etc.).

Mesmo assim, as denominadas “super” safras – que figuram como o *output* do modelo de agricultura moderna/produtivista – não tem alcançado a diminuição dos “números da fome e da pobreza no mundo”, (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2017, p.9) os quais continuam inalterados.

Assim, a evidente crise do modelo de produção agrícola tem suscitado algumas discussões. Questiona-se, por exemplo, até que ponto a natureza suportaria tal comportamento, que poderia ser categorizado como “modelo selvagem”. Há na literatura preocupações correlacionadas a esse comportamento, conforme argumentado por José Graziano da Silva ao afirmar que “com a industrialização da agricultura, as limitações impostas pela Natureza à produção agropecuária” seriam “gradativamente superadas” (1987, p. 20). Como se fosse possível “fabricar” uma natureza adequada para cada “sede” de maiores lucros. O autor faz uma ênfase ao alertar que dentre os recursos de produção (terra, capital e trabalho), o primeiro fator não é suscetível de multiplicação ao livre arbítrio do homem, assim como nos demais meios de produção e instrumentos de trabalho, constituindo-se como “elementos não reprodutíveis”, (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008, p. 6), indicando uma probabilidade de esgotamento da capacidade de recuperação da natureza.

Além disso, há outra característica comum nos países em desenvolvimento que deve ser ressaltada: a existência da concentração de grandes volumes de terras nas mãos de poucos, (VEIGA, 1986) constituindo-se em uma barreira adicional ao desenvolvimento de novos mecanismos de produção agrícola. Trata-se de obstáculos relacionados à força da tradição concentrada no clientelismo e patriarcalismo aos processos de desenvolvimento, em detrimento às relações de poder e do próprio modo de ocupação do espaço rural.

Não bastasse, registra-se também a presença marcante do Estado (Governo), que significou importante papel à modernização da agricultura brasileira, “subsidiando a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos poupadores de mão-de-obra”, (GRAZIANO DA SILVA, 1987, p.22). Os constantes posicionamentos desses governantes aos interesses dos grandes proprietários conduziram a um massivo êxodo rural e a um conseqüente inchaço populacional nas grandes cidades, acentuando o desemprego, a violência, a marginalidade e a deterioração da qualidade de vida. (ALMEIDA, 2008)

Tais evidências apontam para a necessidade de novos direcionamentos, novas formulações que denotem novas perspectivas às populações rurais. Não se trata de uma conspiração pró e nem contra o latifúndio ou ao minifúndio, ao proletariado ou a burguesia. Trata-se da elaboração argumentativa e fundamentada, sob uma nova perspectiva, que comungue valores, sociais, econômicos e ambientais que conduzam à revalorização do espaço rural, que possam proporcionar o rápido crescimento do movimento ambientalista, promover processos de descentralização industrial e prover a ampliação da oferta de trabalho local, como resultados da pluriatividade das famílias rurais. (MARSDEN, 1998)

Pretende-se discernir sobre a importância dos modelos de produção, com características produtivistas e pós-produtivistas. De um lado, o modelo de produção massiva de alimentos, (CAZELLA; ROUX, 1999) o qual tem contribuído significativamente para a manutenção positiva do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) em função da produção de *commodities* agrícolas que, em sua maioria, contemplam a pauta exportadora, principalmente, soja e milho; de outro, os modelos alternativos de organização da produção e consumo agroalimentar que atuam na busca do consenso sobre a necessidade de se repensar os processos de desenvolvimento regional, incorporando ao debate questões como a pluriatividade,

as novas funções da agricultura e do espaço rural, os padrões de consumo e a qualidade dos alimentos, (FERRARI, 2011), permitindo a realocação desses sistemas e conseqüente valorização do local, ocasionando o que se denomina por *embeddeness*<sup>1</sup> ou enraizamento. (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012)

O surgimento destes novos circuitos alimentares em ambiente de agricultura globalizada deve-se a uma série de mudanças comportamentais, seja na preocupação com os danos ambientais ou mesmo na crescente falta de confiança do consumidor quanto à confiabilidade dos alimentos procedentes da agricultura convencional, quanto à forma de produção, processamento, transporte, acondicionamento, etc. (RENTING; MARSDEN; BANKS; 2003)

Além disso, o avanço desse modelo tem encontrado suporte também em iniciativas de políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (1996) –, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2003) – e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE<sup>2</sup> –, esses dois últimos, caracterizados como mercados institucionais ou canais institucionais, os quais têm ampliado a capacidade de comercialização de alimentos com base em experiências da agricultura familiar. (GAZOLLA, 2009)

Diante às argumentações, este trabalho reascende as discussões acerca da importância da agricultura familiar e das cadeias curtas agroalimentares, como importantes instrumentos voltados ao desenvolvimento regional, suscitando a relevância dos aspectos: social, econômico e ambiental.

Para isso, a pesquisa foi desenvolvida com agricultores familiares, membros da Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – Rede APOMS – os quais compõem um grupo de 18 agricultores certificados, alocados geograficamente pelos municípios de Dourados, Glória de Dourados, Itaquirai, Mundo Novo e Ponta Porã.

Justifica-se a escolha da Rede APOMS por essa ter obtido avanços significativos, seja no fomento à produção orgânica, seja na atuação em mercados

---

<sup>1</sup> Para Granoveter (1985, p. 487) “os atores não se comportam ou decidem como átomos fora de um contexto social, nem aderem servilmente a um roteiro escrito para eles pela intersecção particular de categorias sociais que eles ocupam. Suas tentativas de ação intencional estão embutidas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais”.

<sup>2</sup> Iniciado na década de 40, em 2009 a Lei 11.947 trouxe novos avanços ao programa, entre eles, a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), devam ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Para mais informação, ver: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>

institucionais, denotando seriedade e objetividade em suas ações, respaldada por planos de expansão e ascensão a novos mercados. Além de atuar criando condições de acesso aos mecanismos para obtenção da certificação participativa.

A convicção da importância do coletivismo face ao desenvolvimento da agricultura familiar, as quais podem oportunizar melhores e maiores condições de acesso as denominadas cadeias curtas agroalimentares, norteiam este estudo, que se propõem a encontrar respostas para o seguinte questionamento:

- Quais as percepções dos produtores de orgânicos a respeito da construção dos canais de comercialização, caracterizados como Cadeias Curtas Agroalimentares?

Assim sendo, a presente pesquisa está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo traz na introdução a contextualização ao tema abordado, apresentando um importante conjunto de elementos que constituem a justificativa ao propósito do estudo.

O segundo capítulo ordena o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, afirmando inicialmente a importância da grande e da pequena propriedade, indicando que ambas têm demonstrado suas respectivas importâncias no cenário de produção de alimentos – premissa de neutralidade. A seguir, o texto apresenta um breve histórico sobre a origem e trajetória do homem do campo, anteriormente denominado camponês, e hoje, agricultor familiar, sendo possível perceber a influência modeladora do modo capitalista de produção nesse processo de transformação.

Posteriormente, são apresentadas as normativas legais que definem o enquadramento da agricultura familiar, as quais têm permitido a elaboração e o reordenamento de políticas públicas de incentivos com maior potencial de alcance e possível assertividade. Em seguida, são apresentadas duas discussões: a primeira apresenta os conceitos de cadeia agroalimentar longa, formatada para atender às expectativas do agronegócio e do mercado capitalista; a segunda traz argumentações que justificam o surgimento de uma tendência: a cadeia agroalimentar curta, a qual nasce a partir da insatisfação do consumidor quanto a qualidade dos alimentos, além de revelar preocupação quanto aos custos ambientais da cadeia vigente. A seção seguinte propõe-se a desmistificar a definição de cadeia agroalimentar curta e suas respectivas tipologias. Encerra-se o capítulo

contextualizando as dinâmicas de formação das cadeias curtas agroalimentares, as suas contribuições como fator de desenvolvimento regional.

O terceiro capítulo ordena a proposta metodológica, indicando os materiais e métodos utilizados na consecução da pesquisa. Nele, são apresentados o tipo de pesquisa, população e amostra, o manejo e o método para análise de conteúdo adotado.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa de campo, estruturados em uma ordem sequencial a partir de categorias de análise previamente identificadas no estudo teórico.

O quinto capítulo traz as considerações acerca do estudo, indicando a percepção do pesquisador.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção dos produtores de orgânicos quanto à dinâmica de construção das cadeias curtas agroalimentares.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Descrever como ocorre o desenvolvimento das cadeias curtas agroalimentares da produção orgânica;
- Identificar, sob a perspectiva dos produtores, os principais agentes institucionais envolvidos no processo, detalhando suas respectivas contribuições ou ausências delas;
- Identificar práticas (de cultivo, de processamento e/ou comercialização) associadas às dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares;
- Discutir a ideia de cadeias curtas agroalimentares como alternativa de desenvolvimento regional.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Objetiva-se, neste capítulo, expor conceitos e definições necessários ao propósito deste estudo, os quais, invariavelmente, têm pouca disseminação na literatura brasileira. Suas apresentações seguirão um contexto estrutural, objetivando correlações com a temática pesquisada.

### 2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA: A IMPORTANCIA DO PEQUENO E DO GRANDE

Inegavelmente, as atividades produtivas do campo, sejam na agricultura ou na pecuária intensiva, têm sido destaque na economia brasileira, contribuindo positivamente para o Produto Interno Bruto brasileiro (PIB), mesmo sobre os efeitos da crise econômica vigente (CNA, 2017)<sup>3</sup>. Aliás, o Brasil tem apresentado aumentos consideráveis da produtividade no campo – principalmente de milho e soja, conforme destacados no Quadro 1.

**Quadro 1 – Histórico de produção agrícola (em ton) de arroz, feijão, milho e soja – período de 2000 a 2015**

	dez/00	dez/05	dez/10	dez/15	Variação Horizontal (%)			
					dez/05	dez/10	dez/15	dez/00 - 15
ARROZ (em grãos)	3.671.063	3.920.965	2.705.730	2.145.078	6,81	-30,99	-20,72	-41,57
FEIJÃO (em grãos) total	4.301.985	3.781.348	3.486.613	2.906.854	-12,10	-7,79	-16,63	-32,43
MILHO (em grãos) total	11.614.394	11.525.093	12.890.985	15.561.673	-0,77	11,85	20,72	33,99
SOJA (em grãos)	13.618.131	22.917.006	23.302.621	32.113.131	68,28	1,68	37,81	135,81
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>33.205.573</b>	<b>42.144.412</b>	<b>42.385.949</b>	<b>52.726.736</b>				
ARROZ (em grãos)	11,06%	9,30%	6,38%	4,07%				
FEIJÃO (em grãos)	12,96%	8,97%	8,23%	5,51%				

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2000; 2005; 2010 e 2015).

Entretanto, esse aumento limita-se a produtos específicos, como por exemplo, soja e milho, os quais, normalmente, são produtos da pauta exportadora brasileira<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Para mais informações ver Relatório da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) – PIB e *performance* do agronegócio. Disponível em: <  
[http://www.cnabrazil.org.br/sites/default/files/sites/default/files/uploads/02\\_pib.pdf](http://www.cnabrazil.org.br/sites/default/files/sites/default/files/uploads/02_pib.pdf)> Acesso em: 16 ago. 2017.

<sup>4</sup> Em 2016 a soja e o milho somaram \$3.590.487.359 representando 23,36% do volume de arrecadação total das exportações brasileiras. Para mais ver: ADVFN Brasil. Disponível em:

O presente histórico decenário apresentado no Quadro 1 mostra uma constante diminuição na produção de arroz e feijão, indicada no percentual participativo para o total produzido (fórmula = total de arroz ano de 2000 / somatório arroz/feijão/milho/soja ano de 2000) e assim sucessivamente para arroz e feijão nos anos subsequentes, contrariamente ao que ocorre na produção de milho e soja. Ao final do período de análise – entre 2000 e 2015 – observa-se uma considerável redução do volume de produção de arroz (-41,57%) e feijão (-32,43%), concomitante elevação da produção de milho (33,99%) e soja (135,81%), o que significaria uma predileção por produtos economicamente mais atrativos, voltados à exportação.

O direcionamento da produção agrícola àqueles da pauta exportadora é um comportamento recorrente, assim como menciona José Graziano da Silva, em passagem de sua obra “O que é questão agrária”, o qual argumenta que:

Depois de 1967, até 1973, o país entrou numa fase de crescimento acelerado da economia. Nesse período, que ficou conhecido como o do milagre brasileiro [...]. Esse aumento vinha beneficiando os então chamados produtos de exportação (como café, a **soja**, etc.) em detrimento dos chamados produtos alimentícios (como **feijão**, **arroz**, etc.). (1987, p.8, grifo nosso)

O crescimento da produção dos produtos primários exportáveis, em muitos momentos com incentivo governamental, suprimiu os espaços destinados aos produtos alimentícios, sendo, em geral, a produção destes atendida pelos pequenos produtores.

Esta breve introdução objetiva fazer uma referência à importância das atividades do campo enquanto produtores de alimentos, apresentando um incessante paradoxo<sup>5</sup> de relevância – conforme menciona Abramovay (2007) – seja quando considerada a atuação do latifúndio, quanto para a importância da pequena propriedade.

Quando comparadas a grande e a pequena propriedade – neste estudo considera-se pequenas propriedades as que se enquadram no segmento da agricultura familiar<sup>6</sup> – fica evidente a inclinação do latifúndio por aquelas atividades

---

<<https://br.advfn.com/jornal/2017/05/lista-dos-principais-produtos-exportados-pelo-brasil-em-abril-de-2017>>  
Acesso em: 16 ago. 2017.

<sup>5</sup> Conforme citado por Abramovay (2007), o paradoxo básico da questão agrária está centrada na existência da agricultura familiar em ambiente de economia capitalista.

<sup>6</sup> Observam-se na literatura consultada inúmeros embates quanto à redação expressa na Lei 11.326/2006 que estabelece critérios utilizados para a identificação do agricultor familiar. No entanto, é preciso ressaltar o caráter regulatório da lei, que entre outros (...) “estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.”

que tragam melhores resultados financeiros e que tenham a segurança de mercados consumidores consolidados. Por outro lado, conforme argumentam Guilhoto et al, (2007, p.13) o setor agropecuário familiar:

[...] é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, voltada especialmente para o autoconsumo. Dada, ademais, sua menor produtividade do trabalho e incorporação tecnológica, tem-se que o setor focaliza-se mais nas funções de caráter social do que nas econômicas. [...] o segmento familiar da agricultura brasileira, ainda que muito heterogêneo, responde por importante parcela da produção agropecuária, apresentando, em importantes atividades, inter-relações estreitas com os segmentos industriais e de serviços, o que implica uma importante participação no produto gerado pelo agronegócio. Pretende-se, assim, agregar a esses papéis – de freio do êxodo rural e de fonte de renda para as famílias rurais –, sua contribuição na geração de riqueza.

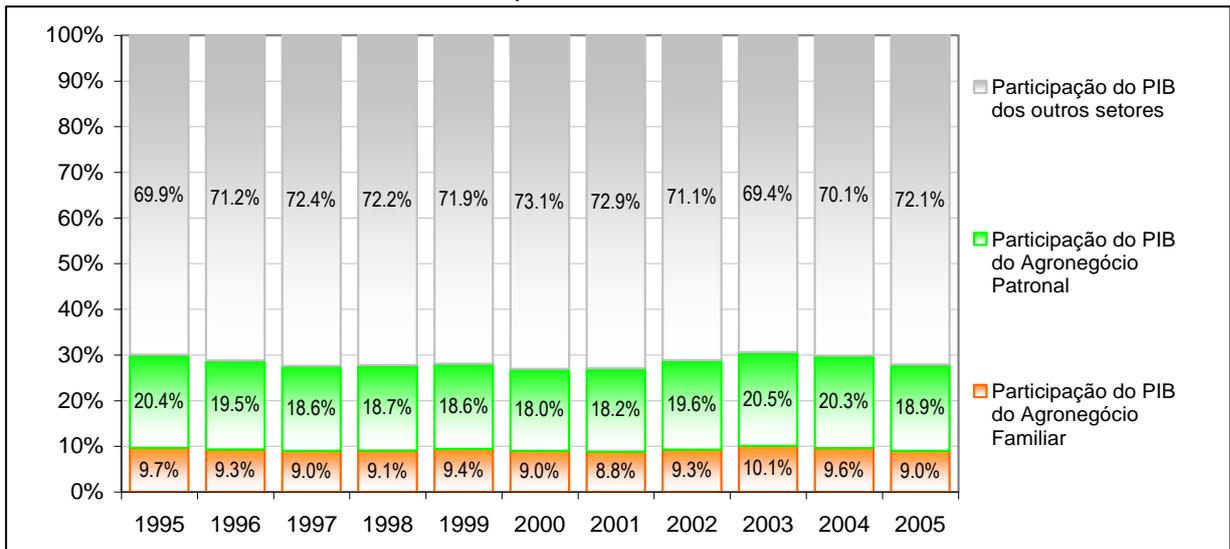
Assim, essa modalidade de estrutura fundiária que, além de contribuir efetivamente para a geração de emprego, produção de alimentos, tem sido considerada também como importante instrumento de combate ao êxodo rural. Aliás, “desruralização progressiva”, é termo utilizado na obra de Camarano e Abramovay (2007, p. 46) para descrever a progressividade deste evento, que outrora causou significativa redução da população rural:

A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970 com 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% do total. Desde então o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando em 1996 com um total de 33,8 milhões de habitantes, ou 22% do total. A redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios.

Segundo o último Censo Demográfico realizado em 2010, a população rural somou 30 milhões de habitantes, de um total de 190 milhões, o equivalente a 15,79% da população brasileira.

Entretanto, no contrassenso ao modelo hegemônico de uso da terra, e mesmo apresentando um número reduzido da população rural, a agricultura familiar tem se mostrado revigorante, contribuindo de modo significativo para a riqueza do país, conforme pode ser observado na Figura 1, que denota a permanente contribuição do segmento familiar na composição de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) que, em média, alcançou um terço do agronegócio brasileiro. (GUILHOTO et al, 2007)

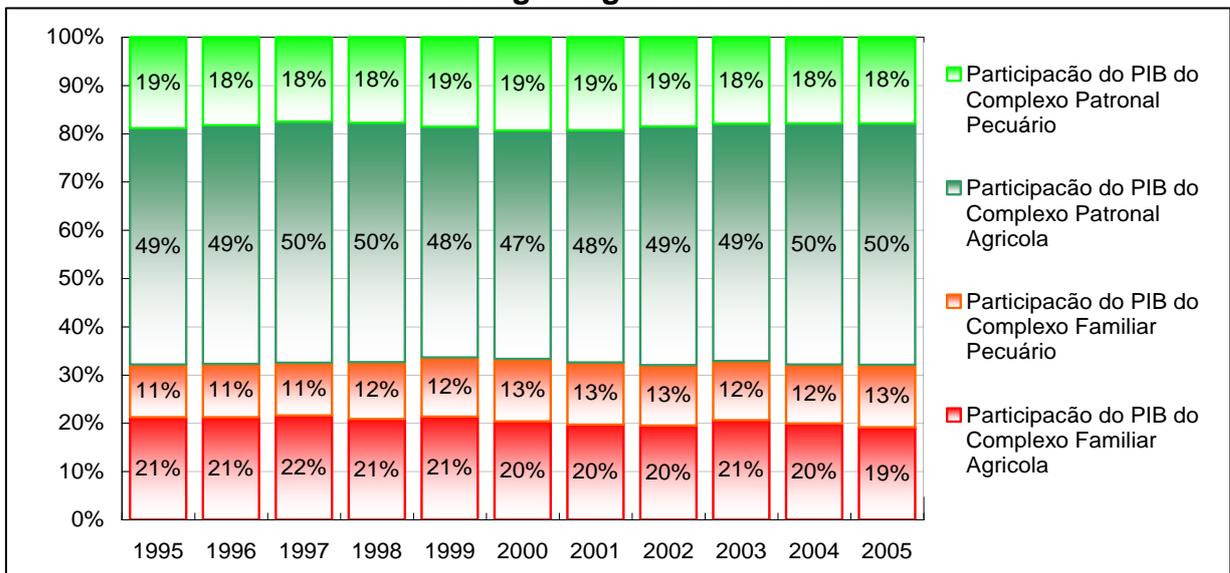
**Figura 1 - Participação do PIB do agronegócio familiar e patronal no PIB do Brasil, entre 1995 a 2005**



Fonte: Guilhoto et al, (2007, p. 23).

Para esse mesmo período, os autores realizaram a decomposição dos números associados ao agronegócio em uma distribuição por quatro complexos: patronal pecuário, patronal agrícola<sup>7</sup>, familiar pecuário e familiar agrícola, apresentados no Figura 2.<sup>8</sup>

**Figura 2 - Participações dos complexos agropecuários familiar e patronal no PIB do agronegócio brasileiro**



Fonte: Guilhoto et al, (2007, p. 23).

<sup>7</sup> O modelo de agricultura patronal apresenta as seguintes características: completa separação entre gestão e trabalho; organização centralizada; ênfase na especialização; práticas agrícolas padronizáveis; predominância do trabalho assalariado, etc. (CONTERATO & FILLIPI, 2009).

<sup>8</sup> O contexto de análise desses números, do ano de 1995 a 2005, é justificado pela ausência de registros oficiais da agricultura familiar. Essa dificuldade em encontrar números oficiais será justificada em seções posteriores.

Fica destacada na Figura 2 a percepção do aumento da participação do segmento Familiar Pecuário, elevando a sua participação de 11,0% em 1995 para 13% em 2005, bem como a manutenção do segmento Familiar Agrícola. (GUILHOTO et al, 2007)

As dificuldades centradas neste estudo<sup>9</sup>, e que devem ser salientadas, referem-se à ausência de dados oficiais, estando esses restritos ao Censo Agropecuário de 2006<sup>10</sup>, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual restringe seus estudos, considerando o enquadramento sugerido pela Lei 11.326/2006, para caracterizar estatisticamente o volume de agricultores familiares, mesmo essa não apresentando base teórica para tal caracterização.

Os dados referentes a esta pesquisa, segundo o IBGE (2006), são apresentados no Quadro 2.

**Quadro 2 – Ocupação das terras nos estabelecimentos rurais brasileiros**

Agricultura familiar	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Lavouras					
			Permanentes		Temporárias		Área plantada com forrageiras para corte	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	5.175.489	329.941.393	1.480.243	11.612.227	3.127.255	44.019.726	3.313.322	4.114.557
Agricultura familiar – Lei nº 11.326	4.367.902	80.250.453	1.233.614	4.290.241	2.719.571	12.012.792	2.851.616	1.338.027
Não familiar	807.587	249.690.940	246.629	7.321.986	407.684	32.006.933	461.706	2.776.530

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Sob o aspecto do Quadro 2 o Censo Agropecuário de 2006, revela que:

Foram identificados 4 367 902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Esse numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. (IBGE, 2006, p. 19)

<sup>9</sup> Os quais não são uma exclusividade brasileira, uma vez que Knickel e Renting (2000, apud RENTING e JO BANKS, 2003, p. 402) relatam a mesma dificuldade: “falta de dados oficiais de alcance suficiente e qualidade.”

<sup>10</sup> Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2010) argumentam que para o estabelecimento caracterizar-se como de "agricultura familiar" no Censo Agropecuário, deveria atender simultaneamente a todas as condições estabelecidas na Lei 11.326. Tal conceito apresenta várias restrições – de área, de uso de mão de obra e de origem da renda – que podem excluir parte dos estabelecimentos que muitos considerariam como familiares. Assim, excluiria, por exemplo, parte da agricultura familiar que está inserida na "agricultura industrializada", onde há processos de inovações tecnológicas, elevação da riqueza e integração em cadeias de produção e complexas redes de negócios (GONÇALVES & SOUZA, 2008). O entendimento desta lei será conteúdo da Seção 2.2.1.

Segundo esses dados, a área média de terra ocupada pelos agricultores familiares no ano de realização do censo era de 18,37 hectares. O que, no entanto, não significou obstáculo para o volume de produção, conforme pode ser observado no Quadro 3 que, para melhor entendimento comparativo, elencou os mesmos produtos citados anteriormente no Quadro 1.

**Quadro 3 - Produção da Agricultura Familiar, segundo as variáveis selecionadas – 2006.**

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei nº 11.326	Não familiar	
Arroz em casca	Estabelecimentos	354.677	41.951
	Quantidade produzida (kg)	3.199.460.329	6.247.796.383
	Área colhida (ha)	1.167.376	1.242.213
	Valor da produção (R\$)	1.414.740.013	2.615.404.728
Feijão - preto	Estabelecimentos	242.398	26.620
	Quantidade produzida (kg)	531.637.055	160.899.824
	Área colhida (ha)	639.512	124.911
	Valor da produção (R\$)	378.617.041	116.504.973
Feijão de cor	Estabelecimentos	411.963	50.417
	Quantidade produzida (kg)	697.231.567	597.074.955
	Área colhida (ha)	1.015.718	409.130
	Valor da produção (R\$)	557.814.212	508.988.359
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar em grãos.	Estabelecimentos	706.323	75.711
	Quantidade produzida (kg)	939.931.471	182.207.996
	Área colhida (ha)	1.855.299	283.126
	Valor da produção (R\$)	780.120.429	156.704.791
Milho em grãos	Estabelecimentos	1.795.248	234.874
	Quantidade produzida (kg)	19.424.085.538	22.857.714.137
	Área colhida (ha)	6.412.137	5.312.225
	Valor da produção (R\$)	5.344.665.578	6.017.976.565
Soja	Estabelecimentos	164.011	51.966
	Quantidade produzida (kg)	6.404.494.499	34.308.188.589
	Área colhida (ha)	2.707.649	12.939.342
	Valor da produção (R\$)	2.891.786.309	14.249.698.227

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006), elaborado pelo autor.

O destaque da agricultura familiar, evidenciado no Quadro 3, amplia a sua percepção enquanto mecanismo estratégico às questões relacionadas à “segurança alimentar<sup>11</sup>”, em comunhão com o Relatório Final organizado pelo Fórum Global

<sup>11</sup> Os temas da sustentabilidade na agricultura e da segurança alimentar estão presentes na agenda mundial contemporânea, que debate a questão do desenvolvimento. Isso pode, em parte, ser explicado pela busca de respostas a problemas que os modelos de desenvolvimento vigentes não têm logrado resolver. Tendo surgido

sobre Segurança Alimentar e Nutricional – FAO, que discute e apresenta a “Importância e Contributo da Agricultura Familiar”.

Ainda que nem todos os países da Comunidade apresentem o mesmo estado de cobertura normativo-regulamentar, através das políticas e instrumentos apresentados apreende-se do conjunto de comentários uma crescente preocupação e consciencialização do tecido político e social relativamente à **importância da agricultura familiar nos seus mais variados aspectos**. Assim sendo, e salvaguardando os diferentes estados de regulação em cada Estado-membro (o Brasil será, porventura, o país que mais tem avançado neste domínio), tem-se assistido globalmente à **discussão, estabelecimento e implementação de políticas** (directa e indirectamente) **de protecção, valorização e promoção da agricultura familiar, sempre com a prossecução da segurança alimentar e nutricional como linha de orientação**. (FÓRUM GLOBAL SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – FAO, 2012, p.4, grifo nosso).

Os argumentos supracitados coadunam com a percepção inicial desta discussão, a *“questão agrária”*, em uma alusão aos estudos de Ricardo Abramovay, o qual cita as observações realizadas por Karl Kautsky<sup>12</sup>, sobre a “ideia da inferioridade econômica da agricultura familiar” (ABRAMOVAY, 2007, p.20), já confirmada.

Assim, após apresentar “a importância do grande e do pequeno” (desde o latifúndio ao minifúndio) seja na expressividade do PIB, na produção de alimentos, ou mesmo na geração de emprego e renda, a *Seção 2.2* tratará de assuntos pertinentes à evolução do conceito que, por fim, formataram o atual modelo da Agricultura Familiar.

## 2.2 DO CAMPONÊS AO AGRICULTOR FAMILIAR

O sistema de produção no século XXI, caracterizado pelo modo capitalista de produção, que associa a produção à exploração da mão de obra e ao uso intensivo de tecnologia e capital, revela, conforme argumenta Kautsky (1980, p. 10), a

---

como alternativa a “Revolução Verde” a qual, mesmo tendo ampliado o volume de produção agrícola (com o uso intensivo de agrotóxico e/ou mesmo exaurindo um grande volume de recursos naturais), não tem logrado êxito no combate à fome e à desnutrição. (MENEZES, 1998, p.90).

<sup>12</sup> Em sua obra “A questão agrária”, o autor cita a ruína da indústria camponesa que produzia apenas para suprir as suas necessidades, “o camponês enfrenta as (...) necessidades de dinheiro vendendo não o excesso dos seus produtos, mas o seu excesso de tempo. Representa no mercado o mesmo papel do proletário, que nada possui. Como proprietário territorial, como produtor de cereais no seu próprio solo, **ele não trabalha para a venda**, mas para a sua casa (...)”. (KAUTSKY, 1980, p.101, grifo nosso).

existência de um “antagonismo<sup>13</sup> da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado” concebendo uma nova fisionomia, que movimenta este século.

É nesse ambiente que o camponês “luta” pela sua sobrevivência, uma vez que “o sistema de produção capitalista se desenvolve geralmente (exceção de certas colônias) em primeiro lugar nas cidades, em primeiro lugar na indústria. O mais comum é que a agricultura lhe escape à influência durante muito tempo”, (KAUTSKY, 1980, p.12). No entanto, a evolução da indústria modifica o caráter da produção rural, afetando a capacidade produtiva, incitando um desequilíbrio concorrencial.

Ressalta-se que a inserção do modelo capitalista de produção no campo é fruto da sujeição da terra ao capital, (seja na compra da terra para exploração ou venda) subjugando inclusive o trabalho nela praticado, (OLIVEIRA, 2001). E esse se caracteriza como sendo um dos vetores de luta pela terra e conseqüente ressurgimento do campesinato. Assim, estando inserido em ambientes altamente competitivos, conseqüentes do próprio avanço capitalista sob o campo, surgem a partir da década de 1990, inúmeros estudos com o intuito de distinguir o camponês do agricultor familiar. (FELÍCIO, 2006)

O prosseguimento deste estudo exige a distinção entre eles. Para isso, alguns pontos característicos diferenciam o camponês, como por exemplo: o modo de vida centrada fundamentalmente na racionalidade econômica, o modelo de organização específica e seu modo de inserção na sociedade global através de laços econômicos estritamente particulares. (ABRAMOVAY, 2007)

Em um resgate histórico elaborado por Kautsky, o autor afirma que a família camponesa da Idade Média constituía uma sociedade econômica bastando-se inteiramente, ou quase inteiramente a si mesma, em uma:

[...] sociedade que não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, os seus móveis e utensílios domésticos; fabricava mesmo a maior parte das ferramentas grosseiras com que curtia peles, preparava o linho e a lã, confeccionava as suas roupas, etc. **O camponês ia certamente ao mercado, mas unicamente para vender o sobejo do que produzia**, e apenas comprava o supérfluo, exceto o ferro que empregava, aliás, na menor quantidade possível. **Do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência.** (KAUTSKY, 1980, p. 12, grifo nosso)

---

<sup>13</sup> Termo que define um comportamento de forte oposição de ideias, sistemas, grupos sociais etc.; incompatibilidade, rivalidade.

Cena que ainda poderia ser vista, sob olhares acurados, em algumas regiões europeias.

Onde quer que se encontrem camponeses proprietários, encontra-se igualmente a abundância, na tranquilidade, a confiança no futuro, a independência que asseguram a felicidade e a virtude. **O camponês que faz, com os filhos, todo o trabalho de sua pequena herdade**, que não paga renda a nenhum senhor nem salário a nenhum subalterno, que gradua a sua produção pelo seu consumo, que come o seu próprio trigo, bebe o seu próprio vinho, que se veste com o seu cânhamo e a sua lã, pouco se preocupa com os preços do mercado; porque **ele pouco tem a vender e a comprar, e jamais é arruinado pelas revoluções do comércio.** (SISMONDE DE SISMONDI, 1837, p. 118, grifo nosso)

No entanto, a felicidade rural da família camponesa, observada pelo autor, teria sua tranquilidade abalada a partir do avanço da indústria urbana sobre a indústria doméstica dos camponeses, criando para “estes as ferramentas e os instrumentos que a segunda estava longe de poder fornecer tão perfeitos, que às vezes mesmo não podia fabricar”, (KAUTSKY, 1980, p. 13). Vê-se aí os primeiros indícios da dependência capitalista convertendo-se em um novo comportamento alheio àquele que distinguia o camponês tradicional. Assim, “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (ABRAMOVAY, 2007, p. 117). Nesse novo modelo, a indústria e o comércio produzem novas necessidades, e essas penetram tanto no meio urbano, quanto no meio agrícola, ultrajando a capacidade da indústria rural de satisfazê-la.

Atualmente, naquilo que se define por realidade agrária contemporânea, a agricultura familiar revela-se trajada de uma ascendência ao dinamismo econômico e tecnológico, anulando inclusive os questionamentos quanto ao tamanho da área destinada à produção, conforme observado por Veiga (1995, p.2):

[...] quando se examina com cuidado a questão do tamanho na agricultura e na pecuária, percebe-se que este não é o aspecto mais relevante. A adoção de inovações tecnológicas eleva constantemente a dimensão dos meios de produção (terra e capital) e reduz - na maior parte dos casos - as necessidades de mão-de-obra. Assim, a importância econômica de unidades produtivas de pequeno porte na agricultura está muito mais ligada à possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo, do que à área inicial do estabelecimento.

Abramovay (2007) evidencia um aspecto decisivo da agricultura familiar, que indica a existência generalizada de um fenômeno observado em “países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa” (p. 21). O

autor afirma ainda que a atuação do Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais.

No Brasil, as ações positivas do Estado ou mesmo a ausência dele têm sido consideradas como um dos vetores do ressurgimento do camponês<sup>14</sup> em solo brasileiro. Por um lado, têm-se o exemplo ocorrido na década de 1960, tido como o marco inicial de um novo modelo econômico brasileiro, em que o modelo de substituição de importações é sucedido pela modernização do setor agrário e formação do complexo agroindustrial, sendo considerado o período em que as indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta ou indiretamente, a agricultura a se modernizar, tendo como grande impulsionador o incentivo governamental por meio do chamado crédito rural. (TEIXEIRA, 2005)

Tal fato ampliou o distanciamento entre o grande latifundiário e os pequenos produtores. Mesmo porque se reconhece que a modernização conservadora é um processo de atualização que não destruiu os elementos tradicionais pré-existentes, originários da antiga sociedade pré-industrial, para os quais os proprietários rurais permanecem no centro do poder político. (DOMINGUES, 2002)

Por outro lado, cita-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, instaurado no ano de 1996 o qual teve por incumbência dinamizar o espaço rural brasileiro, visando atuar na viabilização de uma série de ações necessárias ao fortalecimento do segmento, em especial, atuando na construção de infraestrutura necessária e na concessão de financiamento de crédito aos agricultores familiares. Tais ações vislumbram garantir o aumento da produtividade e consequente melhoria das condições de vida da população rural, caracterizada como agricultor familiar.

Ambas as situações são exemplos de interferências do Estado, que pode assumir papéis distintos, de acordo com a ótica percebida.

Sobre essa percepção de atuação do Estado, a Seção 2.2.1 tratará especificamente das questões legais que coadunam com a Agricultura Familiar, apresentando a Lei 11.326/2006 e suas diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

---

<sup>14</sup> Na verdade, esta definição (camponês, campesinato) é aquela que explica, originalmente, o modelo camponês, ou seja, parte dos seguintes princípios: i) há interpenetração entre a organização da produção e as necessidades de consumo; ii) o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável; iii) os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca, (LAMARCHE, 1993, p. 16).

### 2.2.1 Agricultura familiar: normativas legais e políticas públicas de incentivos

Assim como anteriormente citado, o Censo Agropecuário realizado em 2006 apontou um número de 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar. Seguindo os critérios adotados pela Lei 11.326/2006, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e que traz em seu Artigo 3º a seguinte redação:

Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Muito mais do que uma afirmação identitária do agricultor familiar<sup>15</sup> (expondo regras como: a dimensão máxima das áreas cultivadas, uso exclusivo da mão-de-obra familiar e de renda mínima declarada), essa lei objetiva dar condições à formulação de futuras ações de políticas públicas direcionadas a esses, propagando os direitos que lhes assistem, conforme estabelecido no Art. 5º da mesma lei:

I - crédito e fundo de aval; II - infraestrutura e serviços; III - assistência técnica e extensão rural; IV - pesquisa; V - comercialização; VI - seguro; VII - habitação; VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; IX - cooperativismo e associativismo; X - educação, capacitação e profissionalização; XI - negócios e serviços rurais não agrícolas; XII - agroindustrialização.

Percebe-se que os fundamentos incorporados na Lei 11.326 estabelecem um entendimento à percepção citada por Wanderley (2001, p.36) que, em estudos anteriores, havia evidenciado que o meio rural dinâmico “supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”. Para a autora, na atualidade, a perda dessa vitalidade nos espaços rurais gera o que ela denomina por “questão rural”, a qual emerge precisamente quando se ampliam no meio rural os espaços socialmente vazios. (WANDERLEY, 2001)

<sup>15</sup> Anteriormente, no campo dos estudos relacionado às ciências sociais e também de construção de projetos agrônômicos, o termo *agricultura Familiar* ou *agricultor familiar* raramente se fazia presente. Os termos mais recorrentes eram: pequeno produtor, pequeno proprietário ou apenas camponês, (NEVES, 2007).

Caracteristicamente no Brasil, os espaços vazios são consequências da predominância da grande propriedade patronal. Peculiaridade que prevalece nos dados apresentados pelo IBGE/2006 indicando que 75,7% das propriedades correspondem a essa, configurando-se como fator de influência a dinâmica da vida local. Assim, a autora mostra que a estrutura fundiária:

[...] inibe o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, também explica o fato de que o Brasil esteja longe de ter atingido qualquer meta aproximativa de paridade social. A população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política. (WANDERLEY, 2001, p. 36)

Anteriormente à Lei n. 11.326, o Brasil apresentava caminhos distintos, principalmente quando comparado às “nações mais desenvolvidas”, (ABRAMOVAY, 2007). Sob essa perspectiva, Veiga (1991) argumenta que, ao analisar a história da agricultura capitalista, é possível observar constantes oposições e coexistências entre as formas de agricultura, seja “familiar” ou “patronal” de produção, sendo que a primeira, por fim, acabou predominando em todos os países capitalistas desenvolvidos neste século.

Em tais países, o papel do Estado foi fundamental na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário. Conforme relatado, a agricultura familiar:

[...] é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos, existente: na verdade o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. (ABRAMOVAY, 2007, p. 32)

As políticas adotadas atuaram de forma a garantir a atomização<sup>16</sup> da oferta, imprimindo estabilidade aos preços, possibilitando a manutenção da renda ao setor em um patamar institucionalmente definido e assegurando minimamente a produção abundante. (ABRAMOVAY, 2007)

A retórica exposta conduziu o Estado brasileiro a um novo comportamento, levando-o a, de fato, reconhecer o iminente recrudescimento da agricultura familiar:

Para o positivo reconhecimento social pressuposto pela designação agricultor familiar, foram **construídos ou reconstruídos quadros institucionais**, cujas operações básicas orientavam outras formas de intervenção social, **sob a modalidade de assistência técnica e creditícia**. E foram recrutados (através de constituição própria) agentes intermediários para alcançar a objetivação projetada pelos que se empenharam na produção de significados sociais e de práticas sob modalidades diversas: programas públicos, cursos de formação profissional, recursos financeiros

<sup>16</sup> Divisão de algo em frações menores; pulverização.

redistribuídos entre governos municipais e créditos de custeio e investimento econômico para agricultores. (NEVES, 2007, p.02, grifo nosso)

Embebida pelo reconhecimento social, a constituição de políticas públicas ou de intervenção social representa para a agricultura familiar a possibilidade de ação política com capacidade de reordenação dos sistemas relacionais de posição, (NEVES, 2007), em um evidente embate a “mercadorização” da terra, imposta pela reação conservadora. (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p.13)

Embora a normatização seja recente, Alves (1997, p.29) fundamenta em seus estudos a motivação para tal, afirmando que “o programa de governo quer mesmo é beneficiar quem se atrasou no processo de modernização e tem possibilidades de entrar na estrada da modernização”. Trata-se de um reconhecimento da ausência do Estado em não oferecer condições mínimas à transformação da agricultura.

O fortalecimento da categoria pode ser melhor observado quando comparado ao seu potencial social, econômico e ambiental. Esse contrassenso será tratado a partir da Seção 2.3, que trará as discussões acerca do agronegócio, do capitalismo e da cadeia agroalimentar longa, que por características, exclui a representatividade do agricultor familiar enquanto agente social.

### 2.3 AGRONEGÓCIO E CAPITALISMO: ALONGAMENTO DA CADEIA AGROALIMENTAR

O processo de modernização agrícola iniciado na década de 1960 consubstanciou em profundas consequências nos aspectos da vida social, econômica e ambiental das famílias residentes no meio rural e também urbana, (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012). Para os autores, é esse o processo responsável pela “deslocalização” do sistema agroalimentar, ampliando a desconexão entre produtores e consumidores de alimentos, sendo essa desconexão a principal característica que exprime o significado de cadeia agroalimentar longa, uma vez que elas alongam as distâncias percorridas pelos alimentos. Percurso anteriormente observado na obra de Davis e Goldberg, quando esses autores anteciparam a tendência aos sistemas agroalimentares modernos. Para tais autores, o agronegócio seria a soma de todas as operações desenvolvidas desde “a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; operações de produção nas fazendas; e no armazenamento, processamento e distribuição de commodities agrícolas e itens criados a partir deles”, (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p.85),

formulando e definindo o termo agronegócio ou agribusiness, que explica todo o conjunto de operações que envolvem a atividade {desde produtores/fornecedores de insumos → agricultor → intermediários → processadores (que podem ser: industrial; varejista, e/ou; institucional) → consumidor}.

Esse distanciamento, conforme cita os autores, é fruto das elevadas taxas de mudanças tecnológicas nas unidades de produção agropecuária, ampliando a ligação das indústrias de insumo agropecuárias, a indústria da alimentação e os sistemas de distribuição (seja no varejo ou no atacado). Através desse novo emblema, objetivava-se então dar um novo significado ao setor agropecuário tradicional, marcado pela concepção de ser um setor arcaico, dotado de práticas tradicionais. (BEZZERRA, 2009)

Outros autores creditam esse modelo às necessidades de atendimento à demanda da pauta exportadora, conforme mencionado anteriormente neste trabalho e agora justificado na argumentação de Fernandes (2005, p. 4863), o qual relata que o agronegócio é:

[...] o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

Desse modo, a agricultura por vezes denominada de capitalista, patronal, empresarial, passou a ser denominada por “agronegócio” ou “agribusiness”. Sob esta denominação, o agronegócio teria uma ascensão, passando a ser considerado como um “supersetor”, uma vez que estaria interligado a diversos segmentos da economia. (BEZZERRA, 2009)

A mesma agropecuária capitalista que motivou o comerciante de mercadorias, citado na obra de Marx.

O comerciante de mercadorias, enquanto capitalista em geral, aparece primeiro no mercado como representante de certa soma de dinheiro que ele adianta como capitalista, ou seja, que quer transformar de  $x$  valor original da soma! em  $x + \Delta x$  essa soma mais o lucro sobre ela. Mas para ele, não só como capitalista em geral, mas especialmente como comerciante de mercadorias, é evidente que seu capital precise originalmente aparecer na forma de capital monetário no mercado, pois ele não produz mercadorias, mas apenas comercia com elas, intermedeia seu movimento e, para comerciar com elas, precisa primeiro comprá-las, tendo de ser, portanto possuidor de capital monetário. (MARX, 1986, p.204)

Para Marx, tal comerciante é “cativo do processo de circulação” (p. 205), pois não sofre a necessidade de interrupção de sua atividade, uma vez que não precisa envolver-se na produção, por ser alheio a essa função.

Assim, como argumenta Vergopoulos (1977, p. 45), “crescendo o peso da renda, o capitalismo assume a agricultura como um todo, nela instalando um dispositivo que lhe permite recuperar o máximo do sobre trabalho camponês.” Dessa forma, o agronegócio atenderia aos anseios dos detentores de capital, mesmo que isso signifique o encarecimento do produto destinado ao consumidor final.

Assim, emoldurada pelo conceito de agronegócio, a intensificação da industrialização na agricultura dá-se em um contexto determinado pela reprodução crítica do capital, (MENDONÇA, 2013), comportamento que aprofunda o alongamento da cadeia agroalimentar, amplia o distanciamento entre produtor e consumidor, beneficiando apenas os detentores de capital face à exploração do fator terra e trabalho.

Em contraponto a essa inquietante lógica, surge a cadeia curta agroalimentar, objeto de exposição na Seção 2.4.

## 2.4 CADEIA PRODUTIVA *VERSUS* COMPETITIVIDADE

A globalização da oferta tem forçado as empresas a intensificar a busca por uma melhor eficácia nas formas de coordenação dos fluxos de materiais para dentro e para fora da empresa. E como chave para tal coordenação, a orientação para relações mais próximas com seus fornecedores e parceiros (MENTZER, et al. 2001), evidenciando a importância de organização em cadeias produtivas, a qual é percebida como um agrupamento de ações econômicas, que visam criar valor aos meios de produção associados, assegurando a articulação das operações.

Nessa perspectiva, Batalha (2007) argumenta tratar-se do somatório das operações de produção e comercialização necessárias às transformações de matérias-primas de base em produtos acabados, até que seja disposto ao consumo.

Configuram-se como um conjunto de elementos - empresas ou sistemas - que objetivam a interação de seus processos de produção, no intuito de ofertar produtos e/ou serviços ao mercado consumidor (SILVA, 2005). Assim também, um sistema de produção pode incluir subsistemas diferentes como, por exemplo: culturas de sequeiro, culturas irrigadas, gado, pescas, etc. Dependendo das

localidades e características do ambiente natural, os sistemas de cultivo e as rotações mudam e os retornos variam. A cultura implementa fatores de produção que a tornam mais ou menos intensiva. (LABONNE, 1985)

Sob o aspecto da promoção da competitividade, Batalha e Silva (2001, p. 26) argumentam que “a competitividade sustentada de uma empresa somente pode ser construída no âmbito de um sistema igualmente competitivo no seu conjunto”, sugerindo que as empresas devem adaptar sua estrutura organizacional e funcional a essa nova realidade, uma vez que a Cadeia Produtiva é por essência uma “sucessão de estágios de transformação”, nos quais a matéria-prima sofre alterações em um espaço unificado de geração e apropriação de lucro e da acumulação em seus estágios. (FARINA e ZYLBERSZTAJN, 1992)

Assim, havendo necessariamente o envolvimento de um grande número agentes políticos, econômicos e financeiros, tecnológicos, socioculturais e legais ou jurídicos (BATALHA e SILVA, 2001), há também a necessidade de uma coordenação efetiva, que promova a explicitação de normas de relacionamentos entre os agentes envolvidos.

Dessa forma, o sucesso ou insucesso das Cadeias Produtivas está atrelado não apenas aos aspectos intrínsecos das organizações, mas também a aspectos extrínsecos, como: leis governamentais; imposição dos consumidores; ações de Organizações Não Governamentais, etc. Para Batalha (2007), o consumidor final é o principal indutor dessas mudanças no sistema, que podem ser a montante ou a jusante.

## 2.5 DO PRODUTIVISMO À CADEIA CURTA AGROALIMENTAR

O peso do modelo econômico/capitalista, marcado pela presença dos mercados livres, do trabalho assalariado, dos altos investimentos (financeiros e tecnológicos), formatou a realidade do espaço rural em nível global, estabelecendo certa hegemonia de abordagens e práticas, predominantemente produtivistas, (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016). Para Lowe et al. (1993, apud DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016), o modelo produtivista surgiu a partir das atividades desenvolvidas durante muito tempo pelo setor agrário mundial, as quais eram voltadas basicamente para produção de alimentos. Modelo em que predomina a agricultura intensiva e que tem obtido apoio do Estado para sua implantação/manutenção, objetivando a ampliação da produção e da produtividade.

Historicamente, em países da Europa, sempre houve a predominância de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrícola produtivista, conforme argumentado por Cazella e Roux (1999, p. 49), ao indicar que:

A agricultura sempre ocupou um lugar de destaque no longo processo de construção da União Europeia. A Política Agrícola Comum (PAC), criada em 1962, consolidou e mantém, sem dúvida, o modelo de desenvolvimento agrícola produtivista. Em 1998, 48% dos 86,9 bilhões de Euros do orçamento da EU foram gastos com a agricultura.

Em terras brasileiras, o mesmo comportamento trouxe consequências para a agricultura, como por exemplo, a degradação ambiental, que tem alterado drasticamente as paisagens rurais.

No modelo vigente e predominante, os estabelecimentos agrícolas:

[...] especializam-se na produção de poucas variedades de mercadorias em substituição ao sistema de policultura-criação de animais. O agricultor passa a utilizar, cada vez mais, insumos industriais, e a vender para o mercado, em detrimento do autoconsumo. Substitui-se intensamente trabalho por capital implicando uma concentração da produção. Racionalizam-se cientificamente as práticas agrícolas. As experiências e os conhecimentos tradicionais diversificados vão sendo substituídos por meios de conduta mais técnicos e padronizados, tanto na produção material, quanto na gestão das propriedades. (DUFUMIER; COUTO, 1998, p. 87)

Tais práticas almejam, sobremaneira, a ampliação da produção, de modo a privilegiar a intensificação, a concentração e a especialização no uso intensivo do solo. (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016)

As consequências – relacionadas anteriormente – incitam algumas indagações, quanto aos modelos (produtivistas e possíveis modelos alternativos), as quais:

[...] indicam que as práticas produtivistas, consideradas adequadas no passado, ainda se encontram plenamente vigentes. Não obstante os avanços científicos e tecnológicos (nos campos teórico e experimental) expandiram continuamente as fronteiras do conhecimento, as práticas produtivistas permaneceram, destoando das revoluções vivenciadas nas mais distintas áreas da atividade humana. Contudo, as mudanças se impõem inexoravelmente e, no espaço rural, novas demandas propiciaram o advento das práticas pós-produtivistas, ainda em incipiente adoção. (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016, p. 128).

Em contexto de trabalho seminal, essa percepção havia sido observada por Renting, Marsden e Banks (2003), quando analisaram casos de países europeus. Lá, os autores observaram o desenvolvimento e as respectivas incidências das redes alternativas de alimentos. Sob essa perspectiva, os autores testemunham o surgimento de novas formas dinâmicas de mercados de commodities agrícolas, sendo que essas se situam no contexto de uma transição mais geral nas economias

rurais, caracterizadas por algumas mudanças de um regime alimentar produtivista, (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003) para um novo modelo, denominado de regime alimentar "pós-produtivista". (Ilbery e Bowler, 1998; Schucksmith, 1993, apud RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003)

Por outro lado, autores como Van der Ploeg et al. (2000, apud RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003) percebem esse movimento e falam no estabelecimento de um novo paradigma de desenvolvimento regional.

Relata-se para esse período a existência de trabalhos científicos que objetivam dar significado a esse novo comportamento, assim como no estudo elaborado por Marsden (1998) intitulado “*New Rural Territories: Regulating the Differentiated Rural Spaces*” no qual o autor sugere a incidência de novos espaços rurais, os quais devem ser percebidos como espaços alternativos:

*The analysis here should be seen as a contribution to these more radical debates given that the restructuring processes identified here, which are running through the differentiating countryside of rural Britain, and many parts of Europe, will require more imaginative regional forms of regulation if rural resources -- social and natural -- are to be successfully integrated and sustained. The analysis here suggests that the current dynamic processes of rural restructuring occurring in the post-productionist countryside are, under present conditions, far from harmonious or integrated. (MARSDEN, 1998, p. 116).*

O estudo indica a inexistência da integração desses novos espaços aos diferentes processos de desenvolvimento existentes. Mesmo assim, as SFSC - *Short Food Supply Chain* – (termo em inglês que define as Cadeias Curtas Agroalimentares - CCAAs) têm demonstrado sua importância como rede emergente de alimentos em um evidente contrassenso ao modelo agroalimentar globalizado, (GALLI; BRUNORI, 2013). Assim percebido, sua efetivação exigiria a construção de um planejamento espacial mais concentrado e estratégico em uma base regional que possa, pelo menos, tentar remodelar e modular as dinâmicas globais e locais, à medida que influenciassem as realidades diferenciadas do espaço rural. (MARSDEN, 1998)

Em estudos paralelos, Marsden, Murdoch e Morgan (1999) confirmam a existência de um conjunto de redes de abastecimento alternativas, altamente diversificada espacialmente e em diferentes velocidades de surgimento por toda a Europa, reforçando a necessidade da formulação de políticas direcionadas ao modelo, que possibilitem sua regulação e organização.

Para Marsden (1998, p. 107) "os mercados de alimentos estão se tornando mais diferenciados com base em uma série de critérios de qualidade de alimentos construídos socialmente", resultando no surgimento de novos mercados de

alimentos de qualidade, além de sobrepor aos mercados de alimentos em massa anônimos existentes.

Nesse sentido, muito mais que uma tendência, as cadeias curtas agroalimentares elevam-se como uma solução em potencial para os problemas das regiões rurais periféricas, principalmente àquelas áreas rurais menos favorecidas. Quiçá, constituindo-se como alternativa potencial para os sistemas de produção regional vulneráveis, cuja sobrevivência foi ameaçada pela liberalização do mercado e pelos desenvolvimentos tecnológicos produtivistas. (RENTING; MARSDEN, BANKS, 2003)

## 2.6 DESMISTIFICANDO AS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES

Há o entendimento de que o modelo produtivista desencadeia as cadeias agroalimentares longas – em função da submissão capitalista (selvagem) que a produção agrícola brasileira imergiu a partir da modernização conservadora. Nesse modelo prevalecem impactos negativos em âmbito social, econômico e ambiental, ocasionando, inclusive, quedas de eficiência técnica, de produtividade do trabalho e da renda. Dentre as mazelas citadas, os impactos ambientais são as que mais preocupam, por comprometerem a própria base produtiva da agricultura. (DUFUMIER; COUTO, 1998)

Para entender a corrente de força que fundamenta a necessidade da reestruturação das cadeias agroalimentares, é preciso entender o caminho percorrido pelo alimento na cadeia agroalimentar longa:

### Quadro 4 – Percurso do alimento na cadeia agroalimentar longa

<b>Atores diretos da cadeia de valor:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fornecedores de insumos (sementes, composto, equipamentos);</li> <li>2. Produtores (produção primária; manipulação pós-colheita);</li> <li>3. Outros negócios (transporte, armazenamento, resfriamento);</li> <li>4. Indústria de processamento (limpeza, processamento, embalagem/rotulagem);</li> <li>5. Comércio varejista (supermercados, feiras-livres, quitandas);</li> <li>6. Consumidores.</li> </ol>	
<b>FLUXO PRODUTIVO</b>	<b>CONSUMO</b>
Fornecedores de serviços comerciais e financeiros; assistência e treinamento agrícola; informações sobre o mercado; relações públicas/comunicação; assistência e treinamento em negócios.	Regras e regulamentações Normas de controle e intervenções governamentais

Fonte: Dubbeling et al. (2010).

Muito mais que um distanciamento entre a origem ou a especificidade dos insumos (sementes, compostos e equipamentos) utilizados até o consumidor final, a distância percorrida agregaria custos desnecessários, por exemplo, de transportes, o que ampliaria as emissões de gases do efeito-estufa. Havendo a dependência de regras, regulamentações e de normas de controle, (DUBBELING et al, 2010), que outrora têm-se mostrado pouco eficientes. (FERRARI, 2011)

Em resposta a essas preocupações, várias organizações têm promovido o desenvolvimento de cadeias de valor locais, também denominadas de cadeias locais de abastecimento ou mesmo de “circuitos curtos”. As quais, embora:

[...] seja relativamente complexa para gerir, devido às variações nos produtos, em sua qualidade e quantidade, a comercialização de produtos locais está sendo adotada crescentemente por grupos de produtores urbanos, especialmente onde eles estão aplicando métodos de cultivo ecológicos e orgânicos, e assumindo algum tipo de controle de qualidade (p.ex., certificação orgânica, selo verde etc.). (DUBBELING et al., 2010, p. 5)

Para Ferrari (2011), isso se deve à crescente preocupação dos consumidores quanto à qualidade dos alimentos, enraizada dentro das relações entre produtor/consumidor, com noções de confiança, respeito e autenticidade para o fortalecimento de tal conexão. Dessa forma, as redes alimentares alternativas distinguem-se das demais, ao dar ênfase na i) qualidade dos alimentos, em oportunizar ii) *embeddedness* e atuando na iii) realocização dos alimentos, (SCHNEIDER, FERRARI, 2015), os quais serão retomados nas próximas seções do presente estudo.

Através das CCAAs, emerge-se a valorização dos alimentos produzidos localmente, sejam de produção orgânica, agroecológica ou mesmo artesanal, atuando como importante instrumento de reconexão entre produtores e consumidores. (FERRARI, 2011)

A especificidade circundada ao tema, que restringe a literatura brasileira a alguns poucos casos, - comportamento que pode ser justificado em função da própria dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro, que outrora fomentou o latifúndio, menosprezando o pequeno produtor – tem-se recorrido a publicações frutos de pesquisas realizadas em municípios da região sul do país, mais especificamente nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Como exemplo, a própria tese de Ferrari (2011) que fez uso de casos observados na nova dinâmica da agricultura catarinense, onde a diversidade de iniciativas de pequenos empreendimentos familiares do meio rural tem reconfigurado os processos sociais e econômicos ali desenvolvidos.

Em trabalho similar, Schneider e Ferrari (2015) contribuem para o entendimento da importância das cadeias curtas agroalimentares ao revelar que a expressiva:

[...] participação das vendas diretas ao consumidor e em pequenos negócios nas diferentes regiões indica o quanto estes circuitos curtos têm capacidade para reespecializar e ressocializar os alimentos. A (re) conexão acontece em novos espaços mercantis que são socialmente construídos através de ações econômicas localizadas e imersas em uma rede de relações sociais que atravessam o espaço e o próprio tempo. Muitos desses mercados acabam sendo prolongamento de relações familiares, de amizade e de pertencimento. São vendas que se repetem em contatos diretos e que confirmam a reputação de um produto e sua qualidade a partir da confiança gerada nesta relação. (SCHNEIDER; FERRARI, 2015, p. 67).

A característica primordial das CCAAs concentra-se principalmente no encurtamento entre os envolvidos, sendo o ideal a figura de apenas um contato direto entre o produtor e consumidor, ou seja, o número de intermediários entre esses deve ser mínimo, ou mesmo nulo, (MARSDEN et al., 2000), o que ampliaria a capacidade de socialização dos envolvidos. (FERRARI, 2011)

Os três principais tipos de cadeias curtas agroalimentares serão apresentados na próxima Seção, possibilitando o entendimento de como se manifestam no cotidiano rural/urbano.

### **2.6.1 Tipologias de cadeias curtas**

Segundo estudos de Marsden et al. (2000), as cadeias curtas apresentam-se da seguinte forma: face-to-face, de proximidade espacial e espacialmente estendida. Essas ainda podem ser classificadas ou caracterizadas por critérios de qualidade, e regionais, artesanais e ecológico-naturais.

Para melhor entendimento, o Quadro 5 a seguir apresenta as diferentes formas de apresentação das cadeias curtas agroalimentares.

**Quadro 5 - Tipologia de cadeias curtas agroalimentares**

FACE A FACE	PROXIMIDADE ESPACIAL	ESPACIALMENTE ESTENDIDA
1 - Lojas de produtos vindos da agricultura  2 - Comercializado pelo agricultor na propriedade  3 - Colheita pelo próprio Consumidor  4 - Venda à beira da estrada  5 - Entrega em domicílio  6 - Entrega pelo correio  7 - Venda pela internet	1 - Grupos de lojas de produtos vindos da Agricultura  2 - Marca regional  3 - Cooperativas consumidoras  4 - Comunidade de apoio à agricultura  5 - Rotas Temáticas – turismo rural (articulação com o espaço)  6 - Eventos especiais e feiras (articulação no tempo)  7 - Lojas locais, restaurantes e empresas de turismo  8 - Varejistas especializados (ex. comidas especiais, lojas dietéticas)  9 - Abastecimento de instituições (cantinas e escolas)	1 - Rótulo de certificação  2 - Código de produção  3 - Efeito de reputação

Fonte: Renting et al. (2003).

Uma primeira categoria de CCAA está centrada essencialmente na interação face a face, funcionando como mecanismo para alinhar redes de produtores *versus* consumidores. Nessa categoria de funcionamento, os consumidores compram produtos diretamente do produtor ou processador, de modo a oportunizar a autenticidade e a confiança através da interação pessoal. Essa categoria coincide amplamente com a definição restrita de vendas diretas, “colha e pague”, seja por meio de feiras livres, vendas na porta da fazenda, tendas rurais, etc. (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003)

Para os autores, alguns conceitos de marketing como cestas prontas, pedidos por correspondência e entregas domésticas podem significar algumas possibilidades para estender o alcance dessa forma de CCAA, mas, principalmente esses, permanecem restritos a propriedades rurais específicas. Cita-se também a internet como ferramenta oportuna a novas variantes de contato “face a face” através de comércio *online* e comércio eletrônico.

Uma segunda categoria de CCAAs auxilia na ampliação do seu alcance, além ampliar a interação direta, e baseia-se essencialmente em relações de proximidade. Obviamente, estender os CCAAs em longas distâncias no tempo e no espaço supõe a criação de arranjos institucionais mais complexos, (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). O mais comum é a cooperação entre os produtores que, por exemplo, podem ampliar sua gama de produtos trocando produtos entre lojas de fazenda ou combinando produtos individuais sob uma marca de qualidade regional. Esse modelo o comércio é estabelecido através das vendas a varejistas locais – que podem ocorrer em restaurantes, mercados regionais, casas coloniais, em eventos do município e também através de mercados institucionais, como no caso da merenda escolar. (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012)

As redes são principalmente baseadas na proximidade espacial, em que os produtos são vendidos na região (ou local) de produção, e os consumidores (por exemplo, turistas) são conscientizados da natureza "local" do produto no ponto de retalho. Há a articulação das atividades no espaço e no tempo organizando eventos específicos, feiras ou rotas temáticas, as quais segundo Brunori e Rossi (2000, apud RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003), podem contribuir para a identidade regional dos produtos, atrair clientes e, assim, aumentar o alongamento das CCAAs.

Segundo Renting e Marsden (2003), as CCAAs próximas geralmente incluem atores intermediários na cadeia agroalimentar, que assumem o papel de garantir a autenticidade do produto. Exemplos são lojas e restaurantes locais (para produtos regionais), mas também varejistas especializados como lojas de alimentos inteiros e dietéticos que brindam um papel importante na comercialização de produtos orgânicos.

A terceira categoria tem por característica a ampliação do alcance das CCAAs no tempo e no espaço. Nela, os produtos são vendidos a consumidores fora da região de produção que pode não ter experiência de proximidade com a localidade, (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Na maioria dos casos, os produtos são exportados da região para os mercados nacionais, mas algumas CCAA estendidas podem abranger grandes distâncias que cobrem o globo.

Para os autores, essas redes globais ainda são cadeias "curtas" de fornecimento de alimentos, uma vez que, segundo o entendimento, não é a distância sobre a qual um produto é transportado que deve ser considerada, mas o fato de

estar nele embutida uma carga de valor quando esse produto chega ao consumidor, por exemplo, impresso em embalagens ou comunicados no ponto de varejo. Isso permite ao consumidor fazer conexões com o lugar/espço de produção e, potencialmente, com os valores das pessoas envolvidos e métodos de produção empregados. A tradução bem sucedida de informações permite que os produtos sejam diferenciados de produtos e mercadorias mais anônimos, um preço premium se a informação codificada for considerada valiosa pelos consumidores.

Na presença dessas concepções, as cadeias curtas agroalimentares passam a ser entendidas como alternativas de desenvolvimento regional, principalmente para os pequenos produtores, diante aos aumentos dos custos de produção, associados às constantes necessidades de investimento e reinvestimentos de novas tecnologias e de capitais – conforme prega a dinâmica de mercado capitalista/competitivo – (SCARABELLOT; SCHNEIDER, 2012). Os autores reforçam que a presença da cadeia agroalimentar curta seria ainda mais significativa por possuir, além de tudo, a capacidade de ressocialização ou reespecialização do alimento, o que permite ao consumidor fazer julgamento de valor, e aos produtores rurais a ampliação do sentido de pertencimento. (FERRARI, 2011)

Mas, de que forma essas cadeias se desenvolvem? Quais valores entrelaçados nessa dinâmica podem ser apontados? Esses pontos serão tratados na Seção 2.7, que apresentará as perspectivas ecológicas, sociais e econômicas que envolvem o segmento das Cadeias Curtas Agroalimentares - CCAAs.

## 2.7 DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES E SUAS PERSPECTIVAS

As inquietações que circundam o modelo de produção vigente na agricultura – modelo produtivista – têm incitado inúmeras indagações que remetem às consequências de atuações do modelo padrão, o qual tem produzido efeitos econômicos, sociais e ambientais negativos. (FERRARI, 2011)

Nos anos recentes o modelo produtivista na agricultura tem produzido efeitos econômicos, sociais e ambientais negativos fazendo-se repensar modelos tecnológicos dominantes e trazendo ao centro do debate **novas formas de produção agrícola, novas funções para a agricultura e novas relações entre homem e natureza**. (FERRARI, 2011, p. 83, grifo nosso)

Observa-se uma iminente necessidade de recondução das formas de produção agrícola e relação comercial que atue na reformulação dos valores associados à agricultura (econômico, social, ambiental).

Sob a perspectiva de recondução, Ferrari (2011) revela que as diversas formas sociais presentes na agricultura remetem a uma multiplicidade de modos de produção, emprego de tecnologias, de organização e divisão social do trabalho, reconfigurando e revalorizando a agricultura “tradicional” como alternativa ao processo de desenvolvimento regional. Sob essa íris, emergem:

[...] novos atores sociais e se ampliam os espaços e as relações entre o mundo rural e urbano. Antigas certezas são postas à prova, costumes e tradições se entrelaçam com a “modernidade”, novos saberes e novas identidades profissionais se misturam ao cotidiano e práticas, já naturalizadas no mundo rural, onde a família, terra e trabalho conformam um modo de produzir e viver. (FERRARI, 2011, p. 83)

Conformando um novo modo de produzir e viver, as famílias rurais potencializariam a valorização dos recursos e ativos do território, dando valor às especificidades, à preservação e revalorização dos recursos naturais, promovendo a manutenção da biodiversidade (vegetal, animal e cultural), bem como às tradições e o saber-fazer local. (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016)

Dufumier e Couto (1998, p. 103) apontam para a necessidade em estimular e pensar um modelo agrícola alternativo, “socialmente correto, ecologicamente equilibrado, que não dependa de combustíveis fósseis” que considere as especificidades das condições de produção agrícola para diferentes climas, permitindo conciliar uma agricultura mais equilibrada com a realidade socioeconômica e cultural de cada país.

Assim, o surgimento de novos circuitos alimentares em economias de agricultura globalizada deve ser percebido como consequência a uma série de mudanças fundamentais ao longo dos diversos elos de toda a cadeia agroalimentar. Englobam a percepção do consumidor, que tem demonstrado suas preocupações com as questões ecológicas, de saúde e bem-estar animal. Tal comportamento tem fomentado um mercado para produtos alimentícios que se identifiquem com as percepções de valores desses consumidores. (RENTING; MARSDEN; BANKS; 2003)

A esse propósito, surgem as Redes Alternativas Alimentares (RAAs) “utilizada aqui como um termo amplo para abranger redes emergentes de produtores,

consumidores e outros atores que incorporam alternativas de modo industrial mais padronizado de abastecimento alimentar”. (MURDOCH et al., 2000, p. 28, apud RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

As diferentes dinâmicas de apresentação das RAAs nortearam a elaboração de um novo conceito, as Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos ou Agroalimentares (CCAAs), as quais retratam as inter-relações entre os atores, diretamente envolvidos na produção, no processamento, na distribuição e no consumo de novos produtos alimentares.

Por característica, tais redes (RAAs e CCAAs) conduzem as valorações ecológica/ambiental, econômica e social, em complacência às exigências desse iminente mercado. Particularidades que serão tratadas na Seção 2.7.1.

### **2.7.1 Da produção em escala às questões ecológicas e ambientais**

O conhecimento adquirido e aprimorado ao longo dos tempos creditou ao “homem” capacidade significativa de alterar a natureza de seu modo. Durante longo tempo, a história de vida sobre a Terra era uma história de interação entre coisas vivas e o seu meio ambiente. Essa capacidade adquirida, em geral, tem ampliado a contaminação do ar, da terra, dos rios e dos mares. (CARSON, 1969)

A inicial desta seção traz a resignação de Rachel Carson, autora da obra “Primavera Silenciosa” (1969), que evidenciou um crime ecológico em função do uso “abusivo” de agrotóxicos. Iniciava-se à época uma luta que ainda prevalece nos dias de hoje, prélio por políticas destinadas à proteção do meio ambiente e da saúde humana.

Na medida em que se amplia o uso de novas tecnologias empregadas nas atividades rurais, ampliam-se também os danos ambientais diretos ou indiretos. Observa-se que essa conduta está vinculada a uma necessidade puramente capitalista – a ampliação da capacidade produtiva – em que se busca produzir mais com menos e assim atingir a almejada competitividade, em atendimento à demanda existente. Sob esta perspectiva, conforme revela Vergopoulos (1977, p. 85) “a agricultura não é mais a atividade sedentária submetida à codificação tradicional. Ela capta os fluxos de capitais, rendas e mão de obra; fá-los circular sob forma de produtos como parte integrante do sistema mecanizado”.

Entretanto, conforme anteriormente observado, entre os fatores de produção, o elemento “terra” não é suscetível de multiplicação ao livre arbítrio do homem, (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008), ou seja, é um limitador que obriga o emprego de esforços aos demais fatores de produção (trabalho, tecnologia e capital), os quais, invariavelmente, deixam sequelas socioambientais.

Já no ano de 1969, Carson revelava esta iminente ameaça. Em trechos de sua obra, a autora argumenta que em condições primitivas o fazendeiro pouco enfrentava problemas relacionados a insetos, e que tais problemas surgiram com a intensificação da agricultura. Para Carson:

[...] com a entrega de imensas quilômetros quadradas a um **único gênero de colheita**. Este sistema preparou o terreno para **umentos explosivos de população de insetos específicos**. O cultivo da terra com um único gênero de plantação não tira vantagem dos princípios pelos quais a Natureza opera; a agricultura, dessa maneira, é agricultura como o engenheiro a concebe. A natureza introduziu grande variedade na paisagem; mas o Homem vem acusando inclinação para simplificá-la. **Assim o Homem desfaz os controles e os equilíbrios intrínsecos, por meio dos quais a Natureza mantém as espécies dentro de determinados limites**. (CARSON, 1969, p. 20, grifo nosso)

Nesses moldes de produção, a agricultura tem intensificado suas atuações, prejudicando a limitada possibilidade de reação da natureza. Essa percepção tem conduzido a inúmeras indagações que questionam o modelo vigente de produção. Tais inquietudes extrapolam o aspecto do espaço rural – já imensamente prejudicado com o desmatamento, com a poluição hídrica e consequente extinção de plantas e animais – e tem incorporado, por exemplo, preocupações com a origem e a qualidade dos produtos, dando início a um comportamento denominado “crise de confiança”.

Como muitos analistas têm sugerido a perturbadora frequência das crises alimentares na Europa ocidental – especialmente a pandemia de BSE (encefalopatia espongiforme bovina, vulgarmente conhecida como doença da vaca louca) e os recentes surtos de febre aftosa no Reino Unido – provocou uma crise de confiança, entre os consumidores e levou à inspeção mais atenta das práticas de agricultura empresarial de grande escala. (GOODMAN, 2017, p. 60)

Tal comportamento tem enfraquecido o modelo fordista de produção de alimentos – com suas linhas padronizadas de produtos altamente processados - estabelecendo uma crise de confiança naqueles alimentos de produção em massa, “sem origem e sem identidade”. (GOODMAN, 2017)

O compêndio desse comportamento em muito se correlaciona a inserção da dinâmica capitalista de produção na agricultura, que fez prosperar o que se denomina por cadeia longa, assim definida, por engendrar um número cada vez maior de envolvidos no processo<sup>17</sup> de produção de alimentos, que se inicia nos diversos tipos de insumos necessários ao preparo do solo, nos grãos adquiridos, no cultivo, manejo, colheita, transporte da matéria prima, armazenamento, processamento, destruição atacadista e por fim distribuição/venda no varejo.

Dessa forma, a incalculável distância percorrida (pelos insumos e posteriormente pelos produtos) e os recursos despendidos em tais processos (água, combustíveis fósseis ou não, etc.) traduzem o termo “sem origem e sem identidade” utilizado por Goodman (2017), para expressar a complexidade de um efetivo controle sobre a qualidade do que se produz, sendo essa a principal contestação observada atualmente. Afirmar que tal produto originado em tal cadeia tem a garantia da qualidade ali expressa, mesmo que haja um esforço dos órgãos de controle (vigilância sanitária e demais agente públicos de controle).

Além disso, têm surgido novas reocupações, que trazem a tona discussões acerca da permanente existência de processos de grilagens de terra em todo mundo, em geral motivada pela expansão da produção de commodities agrícolas, a qual não tem respeitado os limites da legalidade e da institucionalidade, agindo quase sempre de modo violento. (MALAGODI, 2017)

Entende-se aqui a necessidade em propiciar áreas de cultivo para a produção agropecuária – onde se reconhece a importância da grande e da pequena propriedade, cada uma com seus atributos – mas também se valoriza a necessidade de garantir o direito das populações tradicionais com a preservação de seus modos de vida, assim como a importância de se resguardar quantitativamente e qualitativamente as áreas de preservação ambiental. (WANDERLEY, 2009)

Em síntese, compreende-se que os interesses setoriais devem estar submetidos à dinâmica territorial, entendida enquanto capaz de mobilizar e potencializar os recursos ambientais e humanos disponíveis nesse espaço, havendo sempre a prioridade da produção sobre a propriedade. E mesmo os setores mais eficientes – do ponto de vista produtivo – não podem eximir-se dos compromissos

---

<sup>17</sup> O acesso ao mercado está quase sempre vinculado a ação livre de “intermediários ávidos de captarem os parcos excedentes da agricultura”. (MALAGODI, 2017, p. 6)

com os projetos de sociedade, voltados ao bem estar da população e a preservação dos recursos ambientais. (WANDERLEY, 2009)

Assim, a proteção aos recursos providos pela natureza configura-se como fundamentais à continuidade do desenvolvimento social e econômico em qualquer sociedade.

Essa discussão terá sua continuidade Seção 2.7.2 a seguir, que tratará das perspectivas sociais e a importância do enraizamento ou *embeddedness*, em que serão apresentadas suas formas de interações nas Cadeias Curtas Agroalimentares.

### **2.7.2 Questões socioambientais, *embeddedness* e suas interações**

Contrariamente ao modelo vigente, os mercados agroalimentares (cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas) têm se demonstrado “diferenciados sobre as bases de uma variedade de critérios de qualidade dos alimentos socialmente construídos”, (MARSDEN, 1998). Mesmo porque, para que isso aconteça, há uma importante necessidade de interação social entre os diferentes atores que compõem essa cadeia agroalimentar, (FERRARI, 2011) na composição do que se denomina “mercados socialmente construídos”.

Sob este prisma, de um lado, a cadeia longa traz por característica a globalização agroalimentar e nela, a produção, o processamento e o consumo são de difícil rastreabilidade. Por outro, as RAAs e CCAAs induzem a uma reestruturação rural a partir de dinâmicas sociais e econômicas agrícolas e não agrícolas dos territórios locais regionais, nas quais se estabelecem conexões entre o social e o espacial, em promoção ao crescimento da diversidade e da heterogeneidade no espaço rural. (MARSDEN et al., 1993; FERRARI, 2011)

Esse enfoque social está vinculado à perspectiva ambiental/ecológica, em que as crescentes preocupações:

[...] acerca da segurança e nutrição dos alimentos estão levando muitos consumidores nos países capitalistas avançados a demandar produtos de qualidade que estão “imersos” em ecologias e culturas regionais. Isto está criando uma geografia de alimento alternativa baseada em cadeias de alimentos ecológicas e sobre uma nova atenção para lugares e natureza. (MORGAN, et al., 2006 apud FERRARI, 2011).

Sob este aspecto, procura-se compreender a abordagem sociológica dos mercados não através das premissas da ação econômica, mas observá-las por meio de seus resultados concretos de interação social, os quais ocorrem em espaços reais e induzem a uma necessidade de envolvimento, de união de forças e de organização, seja do poder ou dos recursos ali disponíveis, (SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Tais mercados devem ser estudados sob o prisma institucional, sociológico e histórico – devem ser percebidas como construções sociais. (ABRAMOVAY, 2004)

Abramovay (2004) entende que os mercados podem ser observados tanto como mecanismos de formação de preços, como por estruturas sociais de relações padronizadas entre os atores, garantidas por meio de sanções, justificando o enraizamento ou *embeddedness*, (GRANOVETTER, 1985)<sup>18</sup>, característico da ação econômica em redes de relações sociais. Portanto, as redes, objeto deste estudo, configurar-se-iam como alternativa aos indivíduos que as compõem. Nelas, eles podem tomar decisões, realizar acordos e distribuir os benefícios de suas atividades, “em outras palavras, é dentro e através das redes que são forjados os incentivos, as recompensas, e as formas de controle social que coordenam as atividades econômicas dos indivíduos”. (FERRARI, 2011, p. 60)

Assim, o enraizamento é percebido como resultado da ativa construção de redes por vários atores dessa nova cadeia agroalimentar, os quais atuam na ressocialização e realocação dos alimentos, permitindo a valorização do local:

[...] pois é nesta escala espacial que se dá construção de relações de confiança entre produtores e consumidores, possibilitando que as interações mercantis de troca sejam menos impessoais e mais enraizadas (*embeddeness*) fazendo com que a sociabilidade passe a considerar e valorizar a ética, a qualidade e a diferenciação dos alimentos. É no espaço local que as relações sociais de proximidade, interconhecimento e solidariedade são acionadas para promover mecanismos de confiança que acabam por reduzir riscos e custos de transação. (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012 p. 105)

Associa-se qualidade aos alimentos à medida em que se associa à imagem do rural ou à região como fonte de qualidade, ocorrendo a realocação a partir da

---

<sup>18</sup> A noção de *embeddedness* ou enraizamento, Granovetter (1985) sugere adotar abordagem que reconheça as ações econômicas dos indivíduos como inserida em uma rede de relações sociais. O autor reconhece que, pelas interações sociais, os atores vão construir valores como a confiança, a racionalidade limitada do lucro, as relações de proximidade. Isso quer dizer que a confiança e a atividade econômica devem ser analisadas por meio das redes sociais. Isso significa dizer que o mercado deve estar imerso na vida social, (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012, p. 109).

correlação direta com práticas da agricultura local, natureza rural, paisagens e recursos locais. (RENTING et al., 2003)

Havendo interação social, o local favorece o estabelecimento do conhecimento mútuo, ampliando a possibilidade de maior interação entre os produtores e consumidores. Dinamicidade que permite a construção da confiança e o avivamento de novos critérios de julgamento. (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012)

### **2.7.3 Valoração econômica**

O modelo fordista de produção ou regime intensivo de acumulação de capital, (ABRAMOVAY, 2007), associado ao desenvolvimento capitalista circundante, tem ampliado o aperto econômico “sobre as condições de produção dos agricultores”, (FERRARI, 2011, p. 14) e, em geral levando-os a processos de descapitalização e inviabilidade econômica, resultando em aumento dos custos de produção, condicionados em parte pela esteira tecnológica, “que pressiona agricultores a investirem continuamente em novas tecnologias para não perderem a corrida por menores custos de produção”. (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003)

Além disso, o aumento das exigências das indústrias alimentícias e do varejo tem contribuído para a ampliação dos custos dos produtos agrícolas. O próprio acesso aos mercados tem se condicionado ao atendimento de critérios específicos, como por exemplo: variedade e aparência dos produtos, selos de adesão a boas práticas, e também capacidade de entregas flexíveis, (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003), o que raramente são compensadas financeiramente.

Uma vez inseridos nessa trajetória tecnológica, os agricultores tornam-se cada vez mais dependentes do uso de insumos externos (sementes, fertilizantes, agroquímicos, etc.), ocasionando uma situação – descrita por Ploeg (2008) como *profit squeeze ou compressão do lucro* – como efeito, a evolução dos custos de produção são mais velozes e do que os ganhos potenciais no aumento da produtividade, em função da inovação tecnológica empregada. (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012)

Como saída a esse “aperto”, as RAAs e CCAAs têm se traduzido em formas diferenciadas e multifuncionais para a agricultura, oferecendo formas de produção alternativas e novos modos de comercialização, os quais podem se caracterizar pela adoção de uma agricultura orgânica ou com baixo uso de insumos, no

desenvolvimento da pluriatividade, na diversificação das fontes de rendas (gestão da natureza e da paisagem, agroturismo, etc.), na valorização dos alimentos típicos (locais e regionais), configurando-se na adoção de uma agricultura mais ecológica, com significativa redução dos custos externos e considerável ampliação no uso dos recursos internos à propriedade. (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; FERRARI, 2011)

As discussões apresentadas nas seções supracitadas conduzem ao entendimento da existência de diversos modelos produtivos para a agricultura, os quais resultam da diversidade cultural, social, econômica e ambiental, cada vez mais localmente organizada, em um mundo até então globalizado, mas que se constituem, objetivando atender às mais distintas necessidades particulares de formação social, as quais são próprias de cada região. (DUFUMIER; COUTO, 1998)

Essa multidiversidade percebida pelos autores revelam pontos fundamentais ao desenvolvimento local, próximo tema a ser abordado na Seção 2.8.

## 2.8 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ORGÂNICA EM CONTEXTO CAPITALISTA

A intensidade do processo de modernização da agricultura brasileira, intensificada no período denominado “modernização conservadora”, contribuiu amplamente para inúmeras transformações e impactos ambientais e sociais, o que tem justificado a necessidade de uma revisão de todo o modelo de desenvolvimento adotada pelo setor (CAPORAL; COSTABEBER, 2002), como bem observado por Graziano da Silva (1987, p.12):

Com o desenvolvimento da produção capitalista na agricultura (ou seja, nas transformações que o capital provoca na atividade agropecuária), tende a haver um maior uso de adubos, de inseticidas, de máquinas, de maior utilização de trabalho assalariado, o cultivo mais intensivo da terra, etc.

Nos modelos alicerçados sob intenso investimento de capital, o intuito é elevar a produtividade e, desse modo, elevando-se a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas, fazendo uso de adubos, máquinas, defensivos, etc., ou seja, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo ocorre mediante a “industrialização” da própria agricultura. (GRAZIANO DA SILVA, 1987)

Entretanto, a chamada industrialização da agricultura não demonstrou ou tem demonstrado êxito:

A difusão dos pacotes tecnológicos engendrados nos países industrializados não mostrou, até agora, ter sido a melhor estratégia para tirar a agricultura brasileira do subdesenvolvimento. A atual dependência do setor agrícola por máquinas, e equipamentos e insumos, intensivos em capital e energia, aliada a uma maior subordinação aos grandes grupos industriais – fornecedores de insumos e compradores/processadores da produção–, se faz sentir não somente naqueles setores já modernizados, mas também nas unidades familiares de produção. Continuar a difusão deste modelo, que privilegia o uso de recursos naturais não-renováveis, especialmente o petróleo, e que desemprega a crescente força de trabalho do meio rural, é de fato pouco promissor. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 14)

Observa-se então uma dependência tecnológica e financeira, uma vez que a competitividade é ou pode ser alcançada apenas mediante a realização de investimentos em mecanismos que propiciem essa condição, mesmo que momentânea, até que crie uma nova tecnologia, exigindo novos investimentos e mais capital.

Em contrapartida, Caporal e Costabeber (2002) defendem um novo comportamento fundamentado na adoção da Agroecologia como paradigma diretivo a promoção do manejo adequado dos recursos naturais, no intuito de reduzir os impactos sociais, econômicos e ambientais negativos, causados pela mal denominada agricultura moderna.

Agroecologia é uma ciência para o futuro sustentável. Isto porque, ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, ou dos modos isolacionistas das ciências convencionais, baseadas no paradigma cartesiano, a Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística. (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2009, p. 73-74)

Assim, uma vez articulando as diferentes ciências e também o conhecimento popular, a agroecologia é então entendida como uma ciência em construção com características transdisciplinares, que proporciona a integração das diversas ciências com o conhecimento tradicional.

Neste sentido, a agroecologia surgiria como um novo campo de estudos que poderia contribuir no desenho estratégico de desenvolvimento regional sustentável, com base no descobrimento e na sistematização, análise e potencialização de elementos de resistência local diante ao atual processo de modernização e assim, através deles, redesenhar formas participativas de desenvolvimento, definidos através da própria identidade local.

Além da agroecologia, outras formas de agricultura sustentáveis qualificam-se como mecanismos alternativos. Dentre elas, a agricultura orgânica, a qual por característica, distingue-se por não fazer o uso de agrotóxicos, fertilizantes e adubos químicos em seu processo produtivo, evitando assim danos ao solo, ar, água.

Quando consultada, a Lei da Agricultura Orgânica (Lei n. 10.831/2003) traz a seguinte redação:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Nesse entendimento, o termo “orgânico” é empregado para designar um dos sistemas não convencionais de cultivo da terra, baseados em princípios ecológicos. Ou seja, trata-se de um sistema de produção comprometido com a saúde, a ética e a cidadania do ser humano, no intuito de prover a preservação da vida e da natureza, no qual há uma racionalização de uso dos recursos naturais através de práticas de métodos de cultivos tradicionais e também através da adoção das mais recentes tecnologias ecológicas. (PENTEADO, 2001)

Penteado (2001) enumera diversos movimentos ou processos que assimilam os princípios básicos agroecológicos, entre eles: agriculturas alternativas, biológica, orgânica, natural, biodinâmica, yamaguishiana, permacultura, agroflorestais, etc.

Por ser livre de agrotóxicos, a produção orgânica contribui para a preservação da água utilizada no processo de irrigação, evitando, conseqüentemente, a poluição do solo e lençol freático; por outro lado, ao fazer o manejo mínimo do solo, assegura-se a estrutura e fertilidade dos solos, evitando-se erosões e degradações de solo, o que, de fato, contribui para a promoção e restauração da biodiversidade local. Tais conjuntos de fatores característicos da cultura orgânica, viabilizam a sustentabilidade da agricultura familiar, ampliando a capacidade dos ecossistemas locais em prestar serviços ambientais a toda a comunidade do entorno, contribuindo para a preservação ambiental como um todo.

## 2.9 DESENVOLVIMENTO: DO LOCAL AO REGIONAL

Entende-se que as atividades econômicas não se apresentam em todas as partes do território. Nesse sentido, “a concentração econômica, as descontinuidades espaciais e as desigualdades regionais são inevitáveis, pelo menos nas fases iniciais do processo de crescimento e ocupação do território regional” (SOUZA, 2009, p.3). Além disso, conforme argumenta o autor, as análises econômicas tradicionais têm negligenciado os custos da mobilidade espacial, o que, de fato, pode prejudicar as leituras adequadas da realidade e também possíveis implementações de políticas públicas assertivas.

Assim, a distinção entre espaço (geográfico, matemático e econômico)<sup>19</sup> e região está circundada pela restrição da contiguidade. Essa última, necessariamente, deve apresentar-se de tal forma. Por outro lado, o espaço econômico pode ter descontinuidades que ultrapassam as fronteiras político-administrativas da região do referido centro, (SOUZA, 2009). Citando Richard Cantillon (1680-1734, apud SOUZA, 2009, p.4), o problema consistiria na articulação entre as cidades e o campo. Defendida pelo autor como única fonte de riqueza - pelo fato de produzir excedentes acima dos custos de produção – no qual o trabalho é a fonte geradora de tal riqueza. Assim, tais excedentes de produção ampliariam as possibilidades desenvolvimento regionais.

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento local deve ser entendido, na prática, como ação de desenvolvimento regional, que promova condições de efetiva participação cidadã, oportunizando a esse o “controle social sobre a gestão pública através do fortalecimento e empoderamento de grupos sociais antes excluídos nas esferas de tomada de decisão” (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012, p.120). Compreende-se essa como uma associação de valores característicos à inclusão social, quando ocorreria o fortalecimento da economia local através da promoção de riquezas econômicas, consubstanciada na melhoria da qualidade de vida associada à justiça social, concomitante ao uso sustentável dos recursos naturais disponíveis,

---

<sup>19</sup> O espaço pode ser visto através de três noções: geográfico, matemático e econômico. O espaço geográfico diz respeito às condições naturais de solo, clima e de acessibilidade aos homens, sem considerações técnicas ou econômicas. O espaço matemático compreende as relações técnicas de variáveis econômicas, independentes de considerações geográficas. Já o espaço econômico, diz respeito à localização de tais relações técnicas em uma área geográfica, compreendendo também de comportamento de produtores e consumidores. (BOUDEVILLE, 1972, p. 17 apud SOUZA, 2009, p. 13 e 17)

denotando particularidades que evidenciam sua clara relação com a noção de cadeias agroalimentares curtas. (SCARABELLOT; SCHNEIDER, 2012)

Argumenta-se que, em termos de políticas públicas, o fortalecimento das cadeias curtas de abastecimento alimentar pode ser entendido como iniciativas catalisadoras de um desenvolvimento regional alternativo que significaria uma trajetória diferente àquela adotada no modelo produtivista de pacto agrícola. Nessa, haveria vetores de resistência, identidade cultural e regeneração rural, conduzindo à “reconexão” entre produtores e consumidores, mediados por novos mercados para a produção com atributos locais.

Dessa forma, o desenvolvimento regional é resultado da capacidade de articulação da região em mobilizar seus recursos endógenos de modo a atualizar seus processos e arranjos produtivos permanentemente (FOCHEZATTO, 2010). Em conexão a afirmativa de Costa (2005, p. 477, apud FOCHEZATTO, 2010) ao dizer que “todo o desenvolvimento tem de ser desenvolvimento regional.”

### **2.9.1 Vetores do desenvolvimento regional**

O desenvolvimento regional baseia-se em diferentes modelos e fatores que, por fim geram práticas e dinâmicas distintas. Entre tais fatores, citam-se: a cultura, a tradição, as crenças, os arranjos organizacionais, a liberdade, o capital social e o associativismo, os quais, quando integrados, tendem a elevar a potencialização das oportunidades da região. (WITTMANN; DOTTO; BOFF, 2010)

Entre os aspectos que marcam a concepção de desenvolvimento regional, observam-se a possibilidade de geração e distribuição de riquezas, valorização do capital humano e socialização da produção. Sob este entendimento, a atividade econômica constitui-se como um fator social de promoção do desenvolvimento ao conferir ao trabalhador a possibilidade da autoestima, ampliando a sua capacidade de consumo e de satisfação de necessidades complementares face àquelas de mera sobrevivência, principalmente a educação. (ABDALA; SANTOS, 2007)

Quando associadas agricultura familiar e cadeias curtas agroalimentares, manifesta-se também a proteção ecológica/ambiental, a qual vem a ser uma das principais características louváveis da agricultura familiar, pois revela a consciência de ação ambientalista que se identifica com o setor, uma vez que as propriedades familiares são antes de tudo:

[...] o local de moradia das famílias e, nesse sentido, apesar de, por uma questão cultural e financeira os produtores familiares não apresentarem esse nível de consciência, é neste nicho que encontra-se o maior potencial de conscientização, mesmo porque um dos principais atributos da agricultura familiar [...] é sua multifuncionalidade, plenamente relacionada a sustentabilidade ambiental. (ABDALA; SANTOS, 2007, pg. 687)

Entretanto, é necessário considerar que os agricultores familiares apresentam certas diferenciações entre si, as quais estão associadas, por exemplo, à própria:

[...] formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social e assim por diante. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas etc. As diferenças são tantas que talvez seja um equívoco conceitual seguir tratando grupos com características e inserção socioeconômicas tão distintas sob o mesmo *label* — agricultores familiares — apenas porque têm um traço comum: utilizar majoritariamente mão-de-obra familiar. (BUAINAIN, 2006, p. 15)

Para o autor, essa constatação é o ponto chave para possíveis reflexões a despeito do desenvolvimento da agricultura familiar como potencial mecanismo de desenvolvimento regional. Mesmo porque esses não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza, mas também em função a restrições associadas ao acesso à capacitação e ao aprendizado. (BUAINAIN,2006)

Recentes estudos têm demonstrado que essa é uma dinâmica verdadeira e que ocorre em espaços geográficos relativamente próximos, assim como observado em estudo elaborado por Dallabrida, Tabasco e Pulpón (2017), quando evidenciaram o desenvolvimento atribuído a agricultores familiares estabelecidos no Estado de Santa Catarina e suas capacidades de adaptação aos atuais mercados agroalimentares.

Acredita-se positivamente no potencial da agricultura familiar em integrar-se às cadeias agroindustriais mais dinâmicas do país. Podendo, inclusive constituir-se:

[...] na base principal da dinamização de subsistemas agroindustriais já existentes ou na criação de novos subsistemas, neste último caso pensando-se especialmente em nichos de mercado ou em canais alternativos de comercialização. Alternativa, não excludente, é a exploração de nichos de mercados, de potencialidades locais, de produtos orgânicos e artesanais. Deve-se destacar que os “nichos” de ontem vêm se expandindo aceleradamente, e muitos já representam fatias substanciais dos mercados.

Por isso, deixaram de ser nichos e hoje atraem a atenção de produtores patronais e até mesmo de grandes empresas. (BUAINAIN, 2006, p. 17)

Assim, a busca por canais alternativos de comercialização, citada por Buainain (2006), Müller (2001) reforça que isso sempre foi imprescindível para os agricultores familiares que, dessa forma, efetuavam a venda de alguns produtos para posteriormente complementar as necessidades básicas da família, adquirindo aquilo que não produziam, como por exemplo, sal, querosene, roupas, etc.

Diante ao exposto, as cadeias agroalimentares curtas, objeto deste estudo, podem ser consideradas um dos elos entre a agricultura familiar e o desenvolvimento regional ao ensejar aos residentes rurais a oportunidade de geração de emprego e renda. Entretanto, para isso, o desafio da agricultura familiar passaria pela melhoria de sua capacidade de interação social e de inserção nos mercados no que tange à economia da qualidade. Haveria, então, a necessidade do desenvolvimento de habilidades para a construção de novos mercados com capacidade de tradução das tendências e de leitura dos gostos dos consumidores, e que, de alguma forma, conjugue na capacidade de organização de redes sociotécnicas e de cadeias curtas de produção que, por fim, condicionem a capacidade de atendimento às demandas.

A presente pesquisa objetiva aclarar as dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares na agricultura familiar. Assim, após o aprofundamento teórico, necessário ao entendimento da proposta e também de sua simultaneidade a temas emblemáticos, serão apresentados no 3º Capítulo a descrição dos Materiais e Métodos adotados para o desenvolvimento do estudo.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Neste Capítulo, são apresentados os aspectos metodológicos adotados. A caracterização da amostra estudada – os instrumentos de coletas, respectivas formas de tratamento dos dados e mensuração dos resultados.

Assim, conforme argumenta Marconi e Lakatos (2010, p. 81), o método é entendido como “um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido”.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem i) qualitativa, a qual destaca-se por não se preocupar com a representatividade numérica, mas por enfatizar a compreensão aprofundada nas características evidenciadas em um grupo social, ou de uma organização, etc. Nessa perspectiva, o autor busca explicar o “porquê das coisas”, sem necessariamente evidenciar quantidades ou valores. (GOLDENBERG, 1997) Nesse sentido, a prerrogativa adotada está centrada na abordagem empírica e indutiva que objetiva compreender as cadeias curtas no seu processo de construção, notadamente em seu enfoque prospectivo, fundamentado na análise participativa das práticas dos envolvidos.

Quanto ao aspecto da natureza do estudo, dada a sua importância, objetiva-se gerar conhecimentos teóricos acerca da realidade observada e quiçá possam auxiliar na aplicação prática, dirigidos a soluções de problemas específicos. Desta forma, trata-se de uma pesquisa aplicada, uma vez que esta envolve verdades e interesses locais.

Tais aspectos condicionam este estudo como sendo exploratório-descritivo. O traço exploratório deve-se à característica objetiva em proporcionar um maior aprofundamento ao tema, com vistas a torná-lo mais explícito, (GIL, 2002), principalmente por se tratar de um assunto emblemático e recente na literatura brasileira. Por sua vez, o estudo descritivo prevê a descrição de determinada população ou fenômenos, o qual ocorre mediante a utilização de técnicas como questionários ou mesmo mediante a observação sistemática (GIL, 2002). Desse modo, a percepção descritiva está centrada na objetividade do pesquisador em descrever os fatos e fenômenos identificados na população estudada, caracterizada, principalmente, pela pesquisa *ex-post-facto*, (TRIVIÑOS, 1987), sendo esse um dos componentes da pesquisa de campo, por:

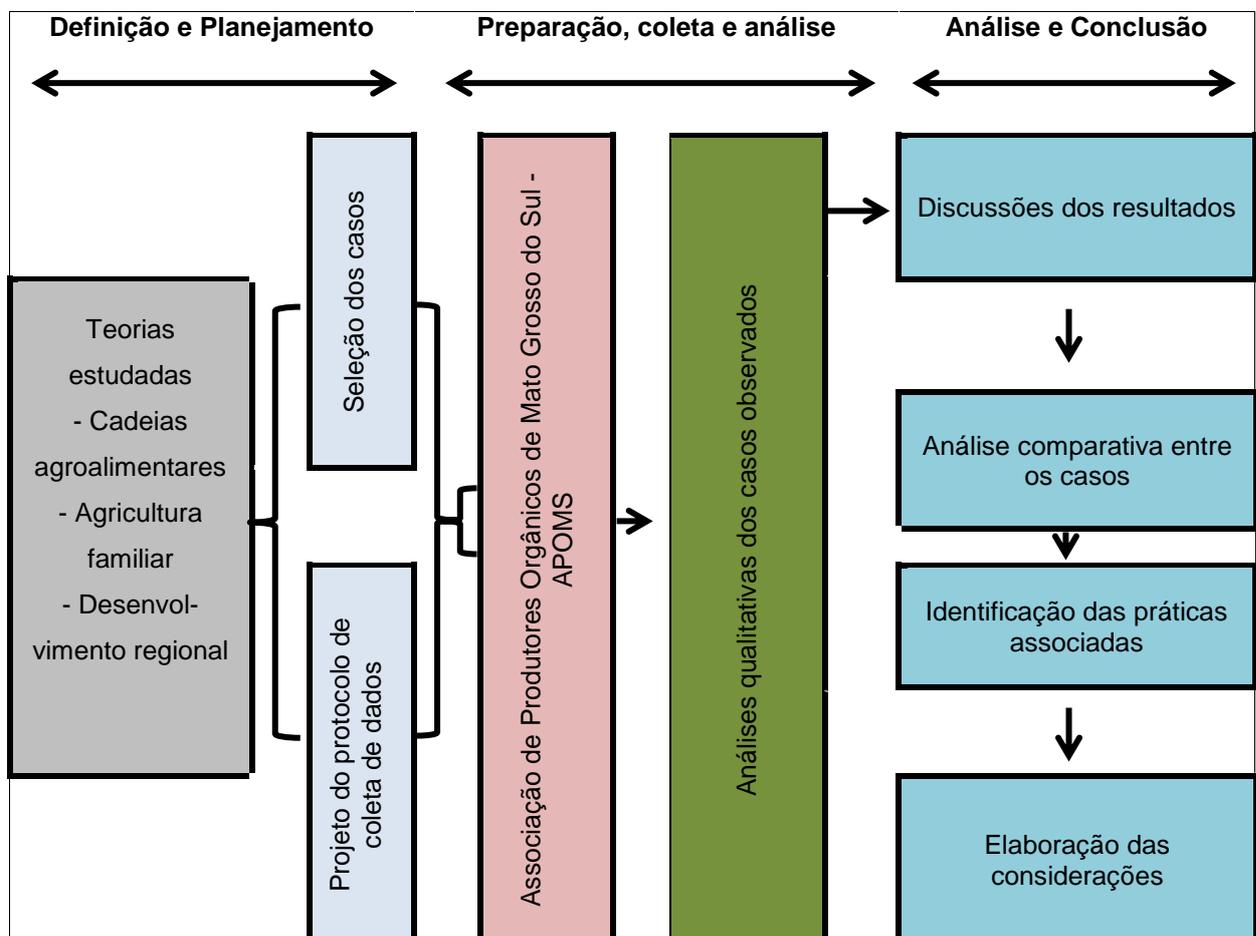
[...] investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre

posteriormente. A principal característica deste tipo de pesquisa é o fato de os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos. A pesquisa *ex-post-facto* é utilizada quando há impossibilidade de aplicação da pesquisa experimental, pelo fato de nem sempre ser possível manipular as variáveis necessárias para o estudo da causa e do seu efeito (FONSECA, 2002, p. 32).

O que proporciona a oportunidade de aproximação e entendimento da realidade investigada, em que o exame minucioso permite que uma pessoa ou mesmo um grupo capacitado (sujeito de investigação) seja correlacionado ao aspecto da realidade (objeto da investigação) no sentido de descrevê-la ou mesmo explorá-la, típico da investigação descritiva e exploratória. (FONSECA, 2002)

Destarte, configura-se como estudo i) multicaseos, que para Gil (2002), caracteriza-se por ser um estudo exaustivo, na busca por conhecimentos amplos e detalhados de um ou mais objetos. Este estudo alicerça-se sob o modelo das etapas descritas por Yin (2001), o qual define três fases necessárias ao desenvolvimento da pesquisa: definição e planejamento; preparo coleta e análise; análise e conclusão. Conforme demonstrado na Figura 3.

**Figura 3 – Etapas adotadas na elaboração da pesquisa**



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Yin (2001).

Trata-se então, de um estudo multicasos com aprofundamento ii) bibliográfico a conceitos pertinentes ao entendimento macro. Gil (2002) entende a pesquisa bibliográfica como aquela desenvolvida através da apreciação de material já elaborado, a qual é constituída, principalmente, por livros e publicações científicas. Ou seja, trata-se de um estudo sistematizado com base em material acessível ao público geral, (VERGARA, 2005), o qual proporciona conhecer e evidenciar as principais teorias existentes. (KÔCHE, 2011)

### 3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM

Os procedimentos metodológicos anteriormente descritos foram delineados com base na população e amostragem a serem abordadas. Dessa forma, a presente seção objetiva esclarecer os procedimentos adotados para a escolha final da população e sua referida amostragem.

Para Marconi e Lakatos (2010), o problema da amostragem está concentrado na necessidade de escolha da amostragem, ou seja, a definição de uma parte do todo que tenha uma representatividade significativa. Para esses mesmos autores, a população compreende um conjunto de pessoas que apresentam pelo menos uma característica em comum.

Neste sentido, após uma análise das entidades que compõem populações atuantes nas CCAAs, como por exemplo: cooperativas, associações e/ou grupos isolados de agricultores familiares, foi possível chegar à Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul, ou simplesmente APOMS<sup>20</sup>.

Trata-se de uma amostragem intencional (não-probabilística), selecionada mediante percepção do pesquisador. Quanto à especificidade “não-probabilística” citada, ressalta-se que tal necessidade, muitas vezes, é aplicada por conveniência, seja por inacessibilidade a toda população ou quando o pesquisador atinge apenas parte da população que lhe é acessível. Entretanto, os efeitos da utilização de uma amostragem não probabilística podem ser considerados equivalentes ao de uma amostra probabilística. E neste sentido, os resultados de processos não probabilísticos de amostragem têm também sua importância. (COSTA NETO, 2002)

---

<sup>20</sup> O Apêndice B traz mais informações acerca da Associação de Produtores Orgânico de Mato Grosso do Sul, sua constituição, abrangência e forma de atuação.

A população estudada é composta por agricultores orgânicos, os quais têm suas propriedades localizadas nos municípios de Dourados, Glória de Dourados, Itaquiraí, Mundo Novo e Ponta Porã, em um total de 18 (dezoito) agricultores, devidamente certificados e registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como produtores de alimentos orgânicos.

Como amostragem, obteve-se 12 (doze) indivíduos, ou seja, sessenta e seis por cento (66,66%) da população total, composta por 8 (oito) agricultores estabelecidos no Assentamento Itamarati no município de Ponta Porã/MS e 4 (quatro) estabelecidos no município de Dourados/MS. O Quadro 6 apresenta um ordenamento dos agricultores participantes da pesquisa, os quais são identificados por códigos, permitindo o sigilo de identidade dos entrevistados.

**Quadro 6 – Identificação dos Produtores de Orgânicos, participantes na pesquisa - municípios de Dourados e Ponta Porã/MS**

N. ORDEM	TIPO	MUNICÍPIO	IDENTIFICAÇÃO
1	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP1
2	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP2
3	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP3
4	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP4
5	Produtora Orgânica	Ponta Porã	OPP5
6	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP6
7	Produtora Orgânica	Ponta Porã	OPP7
8	Produtora Orgânica	Dourados	ODD8
9	Produtor Orgânico	Dourados	ODD9
10	Produtor Orgânico	Dourados	ODD10
11	Produtor Orgânico	Dourados	ODD11
12	Produtor Orgânico	Ponta Porã	OPP12

Fonte: Elaborado pelo autor

Para melhor entendimento, o Apêndice B traz informações quanto a Rede APOMS, apresentando um breve histórico de sua caminhada e a modalidade de Certificação Participativa para a produção orgânica.

## 3.2 COLETA DE DADOS EXPLORATÓRIA

Essa etapa envolve a coleta de dados através da utilização de entrevistas previamente planejadas. Para isso, o pesquisador fez uso de um roteiro de perguntas semiestruturadas no qual se estabelece um eixo norteador para a conversação, permitindo a perseguição a tópicos específicos levantados pelo respondente. Para Markoni & Lakatos (2003), a entrevista pode ser aplicada no encontro entre duas pessoas, objetivando-se obter informações a respeito de um determinado assunto.

### 3.2.1 Tratamento e análise dos dados

Consiste no tratamento dos dados obtidos na pesquisa de campo para posterior interpretação à luz das referências e aos propósitos norteadores da pesquisa.

O presente estudo constitui-se basicamente por dados primários obtidos mediante o desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas. Instrumento que compreende questões fechadas para caracterização dos participantes e referidas unidades de produção, e questões abertas (30) e fechadas que indiquem as respostas aos objetivos propostos na inicial. O roteiro de entrevista consta anexo, no Apêndice A deste estudo.

Assim, conforme argumenta Manzini (2003), o uso da entrevista semiestruturada permite que, durante o processo de realização do estudo, realizem-se questões complementares surgidas mediante circunstâncias momentâneas, não condicionando o entrevistado a uma sequência padronizada de respostas, oportunizando, através dessa técnica, a flexibilidade e a possibilidade de rápida adaptação.

Para testar tais características centradas na flexibilidade e na possibilidade de adaptação do instrumento (questionário) de pesquisa, foi realizado um pré-teste entre os dias 03 e 12 de abril de 2018 que possibilitou a observação da eficiência prática do instrumento e possíveis correções e/ou ajustes. Essa etapa foi aplicada a 05 (cinco) agricultores familiares que comercializam seus produtos na feira municipal da cidade de Amambai/MS, pertencentes à Associação de Produtores de Orgânicos São Pedro.

Após o pré-teste, observou-se a necessidade de alguns ajustes no instrumento, principalmente na substituição de alguns termos técnicos por palavras que denotem a linguagem cotidiana dos entrevistados, além da supressão de algumas perguntas que se demonstraram redundantes.

Após os ajustes, a coleta de dados propriamente dita ocorreu mediante prévia autorização dos entrevistados, entre os dias 24 de abril ao dia 15 de maio de 2018, envolvendo agricultores familiares estabelecidos nos municípios de Dourados e Ponta Porã/MS. As entrevistas foram gravadas em áudio com equipamento *Quanta* – Gravador Digital 4GB – MODELO QTG220, além do uso de aparelho celular modelo *Samsung A9* (este último utilizado como medida de precaução e segurança quanto à qualidade do som).

Na sequência, as entrevistas foram ouvidas e transcritas para documento de *Word*, formato que possibilita a sua inserção em sistemas de análise de conteúdo, além de possibilitar uma visão generalizada de todo conteúdo obtido a campo.

A etapa da análise consiste na utilização da técnica denominada análise de conteúdo, a qual se caracteriza, segundo Vala (1986), por ser uma das técnicas mais comuns na investigação empírica, empregada em estudos sociais e humanos. Ou, conforme afirma Bardin, trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam:

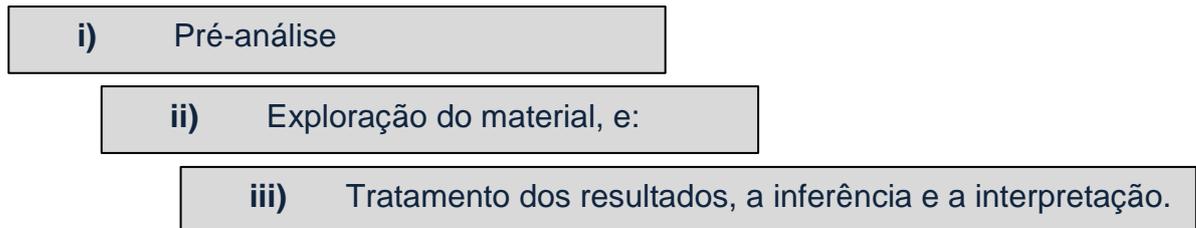
[...] obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (2016, p. 41)

Refere-se pois a uma técnica que, por característica, constitui em um método de pesquisa utilizada para descrever e interpretar conteúdo de toda classe de documentos e textos (MORAES, 1999). O que de fato contribui para este estudo, pois:

*La observación y la entrevista son instrumentos para poder llevar a cabo con éxito y acierto la interpretación de las interpretaciones, o la explicación de las explicaciones. El análisis de los datos, en los estudios cualitativos, consiste, por tanto, en desentrañar las estructuras de significación y en determinar su campo social y su alcance. [...] El análisis de los datos se lleva a cabo básicamente a través de una descripción densa cuyos rasgos característicos son que: es interpretativa, que los que interpreta es el flujo del discurso social y que esa interpretación consiste en tratar de rescatar lo dicho en ese discurso de sus ocasiones precederas y fijarlo en términos susceptibles de consulta. (OLABUENAGA & ISPIZÚA, 1989, p. 71)*

Assim, a análise de conteúdo configura-se como uma técnica para ler e interpretar todas as classes de documentos que, uma vez analisados de modo adequado, promovem o acesso a novos conhecimentos e aspectos e/ou fenômenos da vida social do ambiente pesquisado. (OLABUENAGA & ISPIZÚA, 1989)

Essa técnica se constitui em três fases (BARDIN, 2016, p.126):



A primeira fase consiste na elaboração de um esquema de trabalho a ser seguido que objetiva sistematizar e tornar operacionais as ideias iniciais e que por fim, permitam o desenvolvimento das operações sucessivas.

A etapa seguinte consiste na exploração do material com a definição de categorias (ou sistemas de codificação) e posterior identificação das unidades de registro. Ressalta-se nessa etapa a importância da bagagem teórica, dos conhecimentos que antecedem a leitura dos resultados da pesquisa de campo e que, por sua vez, permitem a identificação de certas categorias, ainda que essas não sejam definitivas e únicas. (FLICK, 2009)

Ainda sobre o aspecto da segunda etapa, a fundamentação teórica deste estudo indicou a necessidade da elaboração de algumas categorias teóricas as quais seguem apresentadas no Quadro 7.

**Quadro 7 – Categorias Teóricas**

<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conexão com consumidor;</li> <li>2. Inovação;</li> <li>3. Interação (Tipologia das cadeias);</li> <li>4. Dinâmicas de construção;</li> <li>5. Valoração dos bens produzidos/comercializados;</li> <li>6. Atores envolvidos.</li> </ol>
--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Agora, sob a égide dos resultados apurados em pesquisa de campo (fase três), codifica-se e categoriza-se o teor das entrevistas, possibilitando interpretações

e inferências do pesquisador (BARDIN, 2016), resultando em possíveis categorias empíricas que somadas àquelas (categorias teóricas) permitem desvelar conteúdo latente, que expresse a realidade pesquisada.

Dessa forma, quanto às categorias, Bardin (2016) argumenta que essas necessariamente devem possuir certas qualidades, como por exemplo: i) exclusão mútua – cada elemento só poderá existir em uma categoria; ii) homogeneidade – deve haver uma só dimensão na análise, caso apareça diferentes níveis de interpretações, essas devem ser separadas, originando uma nova categoria; iii) pertinência – devem satisfazer as intenções da inicial da pesquisa, ou seja, deve atender aos propósitos que motivaram o estudo (questão norteadora, objetivos, etc.); iv) objetividade e fidelidade – uma vez bem elaboradas, as categorias, tendem a exprimir a realidade que se pretende evidenciar, não havendo espaço para distorções devido à subjetividade dos analistas; v) produtividade – serão produtivas se os resultados assim o forem, ou seja, deverão proporcionar resultados férteis, hipóteses novas, dados exatos.

Assim, a análise de conteúdo apresenta-se como uma técnica de investigação que se destina “a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BERELSON, 1971, apud BARDIN, 2016). Sob essa perspectiva, Bardin (2016) afirma que a análise quantitativa faz uso das frequências com que se apresentam determinadas características do conteúdo analisado. Por outro lado, na análise qualitativa são observados e considerados a presença ou ausência de determinadas características de conteúdo ou conjunto de características.

### 3.3 LIMITAÇÃO AO MÉTODO

Como todo método de pesquisa, há sempre certos questionamentos quanto a sua eficiência, circundada quanto a categorização, que é própria do método, sendo necessária para que se obtenha resultados quantitativos e posteriormente resultarão na leitura qualitativa (FLICK, 2009). O autor argumenta que a categorização pode obscurecer a visão do conteúdo, impedindo o alcance a possíveis aspectos mais profundos do texto analisado.

Entretanto, há uma certa dicotomia em tal posicionamento ao entender que o pesquisador adentra o campo de pesquisa contendo o aprofundamento teórico (adquirido na fundamentação teórica). Assim, o pesquisador não está em uma posição totalmente neutra, o que significa que sua inferência não é por si, totalmente neutra, mas que deve procurar interferir minimamente.

A superação a tal limitação está assegurada no detalhamento dos procedimentos a serem adotados na abordagem de modo que garantam a validade da sua análise.

### 3.4 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO

Esta seção objetiva descrever os procedimentos necessários ao método de análise de conteúdo.

Conforme mencionado em seções anteriores, os conteúdos coletados em pesquisa de campo foram transcritos e salvos em documento do *Word*. Nota-se o grande volume de dados, considerando o número de entrevistados *versus* a quantidade de questões, todas abertas.

Para o prosseguimento do estudo, foi necessária a identificação de um software que contribuísse para um melhor entendimento dos resultados à luz do levantamento teórico. Para essa etapa, utilizou-se o software Nvivo 12 Student, o qual, após a inserção de todos os arquivos correspondentes às entrevistas, permite, por exemplo, a seleção das palavras que mais se repetem no corpo das entrevistas, possibilitando, através de suas ferramentas, a exclusão de palavras sem peso analítico, como, por exemplo, “que”, “um”, “até”, “então”, ou mesmo a identificação de palavras com nexos de diferentes interpretações (registra-se o uso da palavra “gente” ou invés de “nós”).

Os resultados do estudo serão apresentados na próxima Seção, seguindo um ordenamento estrutural fundamentado nas seis (6) categorias teóricas: i) Atores Envolvidos; ii) Conexão com consumidor; iii) Interação / Tipologia das cadeias; iv) Dinâmicas de construção, v) Valoração dos bens produzidos/comercializados, e; vi) inovação. Categorias resultantes do aprofundamento teórico tomado como base a este estudo.

Justifica-se esse formato de apresentação em função do grande número de informações apuradas, de modo que o entendimento macro e micro não sejam prejudicados.

## 4 ANÁLISE DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES

Esta seção objetiva apresentar os resultados obtidos na coleta de campo. Sua estrutura de apresentação segue uma concomitância entre os resultados empíricos e a teoria relacionada.

### 4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES

Para este estudo, houve a participação de 12 agricultores atuantes nas Cadeias Curtas Agroalimentares, residentes nos municípios de Ponta Porã e Dourados/MS. Outros 06 (seis) agricultores certificados que compõem a população identificada (18) não participaram do presente estudo (03 de Dourados; 01 de Mundo Novo; 01 de Itaquiraí, e; 01 de Glória de Dourados. Centra-se a justificativa por suas ausências em fatores como: distância e custo financeiro para o deslocamento.

Conforme mencionado, a identificação será dada por meio de códigos criados a partir de características singulares, preservando desta forma a identidade dos respondentes.

**Quadro 8 – Identificação dos agricultores – participantes da pesquisa**

<b>Identificação</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>T. experiência (anos)</b>
<b>OPP1</b>	Fundamental Incompleto	M	56	(+40)
<b>OPP2</b>	Superior	M	41	(+40)
<b>OPP3</b>	Fundamental Incompleto	M	53	(+40)
<b>OPP4</b>	Ensino Médio Incompleto	M	40	(31-40)
<b>OPP5</b>	Ensino Médio Incompleto	F	49	(+40)
<b>OPP6</b>	Fundamental Completo	M	54	(+40)
<b>OPP7</b>	Fundamental Completo	F	63	(+40)
<b>ODD8</b>	Ensino Médio Completo	F	42	(+40)
<b>ODD9</b>	Ensino Médio Incompleto	M	54	(11-20)
<b>ODD10</b>	Fundamental Completo	M	49	(+40)
<b>ODD11</b>	Superior incompleto	M	58	(11-20)
<b>OPP12</b>	Fundamental Incompleto	M	46	(+40)

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 8 revela que, entre os agricultores entrevistados, setenta e cinco por cento (75%) possuem formação escolar inferior ao nível médio, e apenas um (1) entre os doze (12) entrevistados possui nível superior completo (agricultor OPP2, técnico agrícola, com especialização em Residência Agrária). Entretanto, a formação empírica equilibra essa equação, apresentando 9 (75%) de agricultores com experiência prática na atividade acima de 40 anos, aqui percebida como conhecimento empírico.

O Quadro 9 indica a situação legal da propriedade, se titulada ou posse. Apresenta também o percentual de renda familiar atribuída à atividade e o volume percentual de produção orgânica para cada unidade familiar de produção.

**Quadro 9: Situação legal da propriedade, percentual de renda e produção orgânica**

Identificação	Área (ha)	Sit. Propriedade	%Renda / Atividade	%de produção orgânica
OPP1	6	PNT	50	70
OPP2	4	PNT	100	15
OPP3	4	PNT	80	60
OPP4	5	PNT	20	20
OPP5	6	PNT	60	70
OPP6	4	PNT	40	70
OPP7	6	PNT	80	70
ODD8	3	PT	90	100
ODD9	2,5	PT	30	30
ODD10	3,5	PT	100	100
ODD11	14,52	PT	50	100
OPP12	4	PNT	100	100

Legendas: PNT = Própria não titulada; PT = Própria titulada.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre as propriedades, apenas uma tem área superior a 10 hectares (14,52 ha) e outra com área inferior a 3 hectares ( 2,5 ha). Para um cálculo de média, excluindo-se o valor maior e menor, obteve-se uma média de 4,55 hectares. Para esses, 75% declararam dependência financeira estimada entre 50% e 100% da renda obtida pela atividade relacionada. Os respondentes OPP4, OPP6 e ODD9 declararam possuir outras atividades que lhes conferem renda.

Considerando a capacidade produtiva por área, a amostragem revela apenas 4 (quatro) Unidade Familiar de Produção com 100% de produção orgânica e as

demais, entre 15 a 70 por cento, indicando uma possibilidade de ampliação do volume de produção orgânica em 395%, considerando as especificidades de cada propriedade.

Outro dado importante revela que apenas 33,33% dos agricultores entrevistados possuem titulação definitiva de suas propriedades rurais. A relevância dessa informação pode ser vinculada às dificuldades de acesso a crédito, uma vez que a necessidade de garantia fidejussória (onde a terra é o bem garantidor) pode frustrar o acesso.

Nas próximas seções será apresentado o discurso relativo a cada entrevista. Devido à extensão do conteúdo, este estudo fez uso de software apropriado (conforme mencionado no Capítulo de Materiais e Métodos), que permitiu identificar no corpo textual a essência da resposta.

#### 4.2 ATORES ENVOLVIDOS

O entendimento das dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares, entre outras análises, exige a leitura de uma combinação de fatores que podem contribuir de modo positivo e/ou negativo à sua formação. Por exemplo, a participação familiar e a importância dada aos processos que envolvem as atividades, o tempo de dedicação às atividades, a interação social entre agricultores ativos e as ações públicas e/ou privadas ou sua ausência.

Contudo, para entender melhor o papel e potencial dessas cadeias de alimentos nos processos de desenvolvimento rural é preciso que se examinem **como elas são construídas, formadas e reproduzidas** no tempo e no espaço. Daí a necessidade de uma sociologia do mercado que tenta desemaranhar **os padrões de interação social entre diferentes atores** na cadeia agroalimentar e analisar como estas são construídas. (FERRARI, 2011, p. 22, grifo nosso)

Conforme afirma o autor, uma vez construídas, as cadeias são reproduzidas no tempo e no espaço. No entanto, existe a necessidade de entendimento do padrão de interação social entre os diferentes atores. É nesse sentido que a categoria “atores envolvidos” foi pensada.

No sentido figurado, toda construção de um imóvel deve apresentar uma fundação bem elaborada, com profundidade e robustez necessárias para suportar qualquer tipo de abalo ou ventania. Assim, também o deve ser para a construção das Cadeias Curtas Agroalimentares, principalmente porque toda ação, ou falta dela,

está condicionada no agricultor e na família, ou seja, é um segmento em que a participação de intermediários é quase inexistente ou mesmo nula.

Sobre esse aspecto, o envolvimento familiar é extremamente importante pois pode significar a continuidade e manutenção das atividades, não tratando apenas da sucessão familiar, mas também no embate ao êxodo rural, na escassez financeira ou na ausência de políticas públicas assertivas para o segmento, o que muitas vezes mutila as iniciativas locais, configurando-se como barreiras ao desenvolvimento regional.

A importância do envolvimento familiar é registrada em todas as falas:

É importante, extremamente **importante**. Hoje a **família** toda tá lidando né! Com uma forma ou de outra, nós tamo em quatro da família, minha esposa mais dois filho. [...] Meus filhos são de menor ainda mais cada um tem a sua atividade já, cada um já vem contribui já... **Pra pode segui o processo “depois.”** (agricultor OPP2)

Ali em casa agora tá eu e meu moleque só. Não... sim, incentiva eles ali né. [...] **Ele já vai aprendendo junto comigo.** [...] Uma coisa que a gente não tem muita experiência, mais já vão praticando junto. [...] **Aprende junto.** (agricultor OPP4)

Era eu e a esposa. Hã... É **importante**, é **importante** né! **Porque daí já vai gerando mais renda.** (agricultor OPP6)

Ahh, acho importante que sim. [...] **é importante porque, é... pra valorizarem, né! O trabalho**, “conhece” um pouco, né! Desse tipo de trabalho e pela ajuda em si também, né! (agricultor ODD9)

Notadamente, o envolvimento familiar é importante pois é através dele que a unidade familiar de produção atenua as necessidades de mão de obra que envolvem distintas atividades no campo, configurando-se como fator principal para a sua efetiva participação nos mercados. Não obstante, a falta de mão de obra implicaria na falta de produção, que pode culminar com a descontinuidade da atividade, inclusive para as gerações futuras. Nesse sentido, Ferrari et al (2004) argumentam que a sucessão e o êxodo rural estão atrelados não apenas a questões relacionadas ao convívio familiar, a penosidade do trabalho rural e à falta de oportunidade no meio rural, mas também, ou principalmente, quanto às questões financeiras.

Nesse cenário, as Cadeias Curtas Agroalimentares (CCAAs) colocam-se como alternativa de combate ao êxodo rural, atuando como mecanismo auxiliar voltado ao desenvolvimento econômico e social da ruralidade brasileira. Isso pode ser observado na fala do agricultor OPP12, que percebe uma abertura de mercado aos produtos originados na agricultura familiar, e ao final reforça a importância do envolvimento familiar no processo.

[...] É muito importante porque, hoje a agricultura de hoje, o campo de hoje não é o campo de uns anos atrás. O campo de uns anos atrás ele não oferecia, [...] você não tinha muito pra onde ir, mas hoje, não hoje, [...] Ele é bem assistido com a educação, com essas coisas, e ta muito bem no mercado hoje. A agricultura família ta muito bem no mercado. A informação, o mercado ta muito aberto, cê não tá tendo “poblema” pra bota no mercado. Então hoje é... o envolvimento da família hoje é fundamental nisso aí. (agricultor OPP12)

A percepção assinalada denota o otimismo vivenciado no campo e às relativas possibilidades de desenvolvimento regional, mesmo que tal conotação apresente-se demasiadamente prematura, uma vez que não há dados estatísticos da agricultura familiar<sup>21</sup> que permitam essa afirmação, assim como ocorre em outros países. (MARSDEN, 1998)

Ademais, o volume de tempo dedicado às atividades rurais (seja no plantio, no processamento e na comercialização) também pode ter sentidos diferentes.

O volume de tempo dedicado é intenso para todos os entrevistados, mesmo porque a maioria atua no mercado de legumes e hortaliças, o que exige uma “dedicação cem por cento” conforme discurso do agricultor ODD11. Pode ocorrer “diariamente” (agricultor OPP12), “de segunda a segunda, até feriados.” (agricultor OPP1)

Meu marido é das três horas da madrugada, até oito/nove horas da noite sem parar, não temos descanso... E eu levanto com ele também pra tirar o leite e depois eu preparo a verdura e vou para feira vender né! Que eu fico, eu tenho um local para vender, uma feira lá na vila, e o meu... E eu fico lá até quatro/cinco horas, três horas... Não tem horário para mim vim embora né! É... E daí eu chego, e daí a gente, daí eu vou ajudar ele a mudar, é... Cata produto, no domingo a gente trabalha também o dia inteiro catando produto. [...] É “trabaiado”, cê não tem feriado, cê não tem folga, cê não tem nada. [...] E planta tem que ta em cima. (agricultor OPP5)

A dedicação às atividades reforça o pensamento da importância do envolvimento familiar em cada uma das etapas do processo produtivo. A ausência dessa pode ser o início da desestruturação do mercado socialmente construído.

Sobre a perspectiva do envolvimento da família na agricultura familiar, Cazzela e Roux (1999) advogam para sua importância como mecanismo inserção social e profissional, denotando potencial ferramenta de desenvolvimento rural.

Além disso, as CCAAs dependem também do envolvimento e da interação social entre os atores desse processo. Essa conduta fica evidente na troca de

---

<sup>21</sup> No Brasil temos o Censo Agropecuário de 2006 e o Censo Agro de 2017, com previsão de divulgação dos resultados para julho/2018.

experiências, no estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, entre outros, o que de fato se apresenta como importante comportamento no ganho de mercado.

Sobre esse aspecto, percebe-se entre os entrevistados a importância dada às trocas de experiências realizadas principalmente através das “visitas de pares”, quando normalmente ocorrem “troca de experiências” (agricultor OPP2 e OPP3) e “troca de ideias.” (agricultor OPP5)

[...] aqui **há um envolvimento muito grande**, [...] chamado aqui de **visitas de pares**, é **pra se conhecer, pra fazer trocas de experiências** onde a gente consegue **dialogar com outros agricultores que tem outras experiências**, então isso é muito rico. (agricultor ODD10)

As visitas de pares são devidamente valoradas pelos participantes, uma vez que tem efeitos motivadores aos membros do núcleo, pois “quando um, tá balanceado, nois puxa pra modo de continuar” (agricultor OPP6)

As visitas de pares são um condicionante previsto no sistema de Certificação Participativa. No entanto, conforme mencionado pelos agricultores, ela ocorria mensalmente e passou a ocorrer a cada 60 dias, o que tem despertado preocupação por parte dos agricultores, indicando que “agora ta com três meses que a gente não ta sentando por falta de tempo mesmo” (agricultor OPP5), “antes tinha mais agora ta, o negócio ta meio enrolado. [...] não ta tendo quase encontros pra gente, [...] para se conversar.” ( agricultor OPP1)

Existe. Sim. [...] É... sempre tem né! nois senta e conversa [...] Nos reunimos sempre. [...] Nois tava fazendo uma por mês né! [...] **Só que daí que nem eu falei pra você, não é todos que eu podia ir né!** (agricultor OPP4)

**Ai eu acho meio fraco** né, a gente tem sim de vez em quando, se visita né, é, mais é só quando o “Valtair” diz assim: tem que faze uma reunião. [...] Ele que motiva né, porque os produtores mesmo não diz assim: “vamo visita um ao outro.” (agricultor OPP7)

Assim, observa-se nas falas supracitadas que o envolvimento familiar e a interação entre os membros do núcleo constituem a base para o fortalecimento do segmento, mesmo porque a característica centrada na certificação participativa corrobora para essas interações. Entretanto, manifesta-se um risco associado à ampliação do prazo para a realização das visitas de pares, que foi alterada para bimestral. Entende-se que a troca de experiências está associada ao saber-fazer, as quais coadunam com a valorização dos recursos em determinado território, de modo

a considerar as especificidades locais, a biodiversidade, as tradições e culturas. (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016)

Sabe-se também que o desenvolvimento das atividades relacionadas às CCAAs depende de ações desenvolvidas pelo poder público, que pode atuar de modo direto ou não. Ressaltam-se as inúmeras instituições públicas e privadas que podem ajuizar a sua participação nesse processo de construção dos canais, sendo elas: órgãos e secretarias nas esferas federal, estadual e municipal (MDA, MAPA, EMBRAPA, SEMAGRO, AGRAER, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, universidades, etc.).

Os resultados apurados identificaram solicitações pontuais, como no discurso do agricultor OPP2 ao dizer que poderia ser uma “ajuda na busca do insumo”, ou no apoio com “maquinário adequado”, segundo o agricultor ODD9; outras, porém atenderiam o coletivo, como no caso da realização de “curso, palestras” (agricultor OPP1) ou na melhoria das “estradas” solicitada pelo agricultor ODD10.

As demandas são diversas, porém retratam as necessidades mais comuns da agricultura familiar brasileira: infraestrutura, crédito ou subsídio – (nesse caso específico, o agricultor OPP12 lamenta a ausência de subsídio no PRONAF, alegando que não há nada específico para a produção orgânica) e profissionalização, as quais podem ser pontuadas por ordem de importância, a partir de um mapeamento interiorizado. Há no entanto algumas iniciativas, conforme citado pelo agricultor ODD11 que relata a existência de uma Secretaria de Agricultura e Economia Solidária no município, mas que no entanto não faz um mapeamento dos agricultores existentes na região, de modo a identificá-los, para posterior ajustes de políticas públicas mais assertivas.

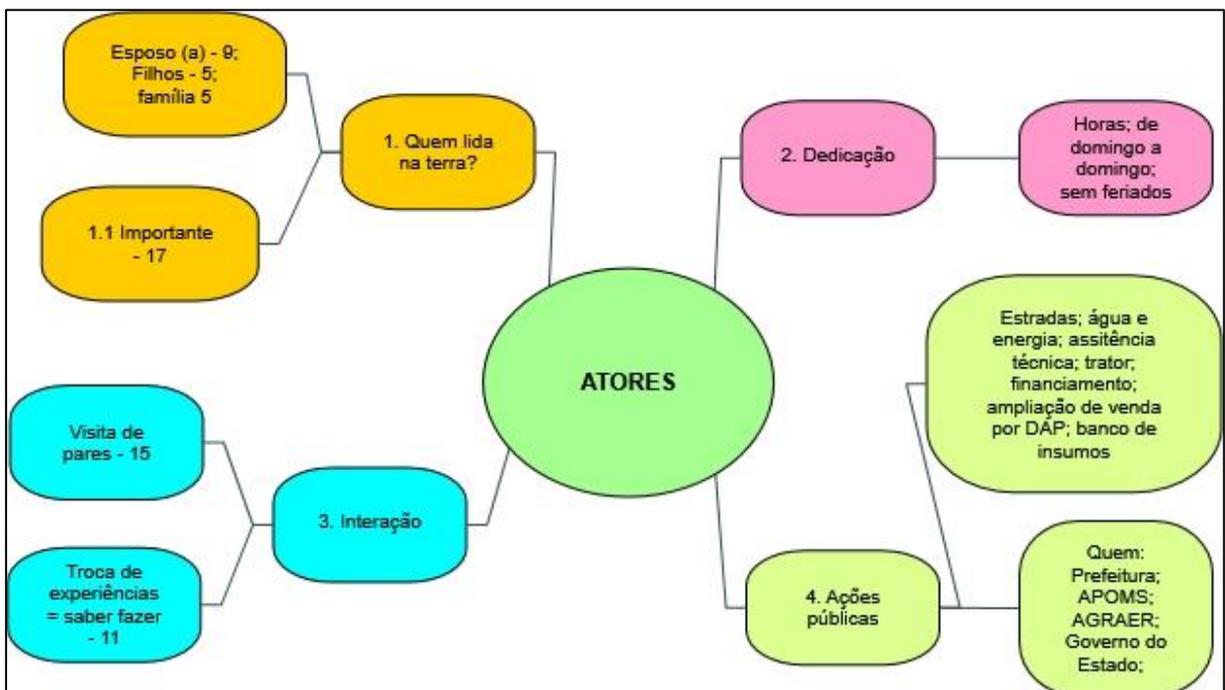
Como pode ser observada, a ruralidade estudada aponta sempre para as mesmas solicitações (acesso ao crédito, assistência técnica, e estrutura), mesmo porque aqui, como em todo o Brasil, não existe um apoio distinto a agricultura familiar e quiçá à produção orgânica. No caso específico de Mato Grosso do Sul, há um agravante: o crédito dado à importância das cooperativas e associações é ainda muito pequeno.

Essa primeira categoria apresentada (atores envolvidos) traz a luz para discussões e reflexões do que ocorre no meio rural da agricultura familiar em

análise, os quais denotam o esforço realizado por pequenos produtores, suas conquistas, angústias e ansiedades na tentativa de fixar suas atividades de produção e comercialização.

A leitura dos discursos para essa categoria possibilitou a construção de uma figura esquematizada que permite um entendimento visual desse comportamento.

**FIGURA 4 – Esquema com palavras-chave para a categoria Atores**



Fonte: Elaborado pelo autor.

De um lado, demonstra a importância do envolvimento familiar e da interação social na constante busca pela motivação, cooperação e troca de experiências. Por outro, suas angústias residem em suas capacidades limitadas na ampliação de suas atuações (produção, comercialização), balizada por restrições financeiras.

Além disso, suas angústias residem na precariedade da máquina pública, que outrora poderia ser mais eficiente e pontual, mas que, no entanto, não denotam esforço para realizar um mapeamento das reais dificuldades vivenciadas pelos agricultores. O acompanhamento *in loco* resultaria em ações públicas mais assertivas.

#### 4.3 CONEXÃO COM O CONSUMIDOR

Conhecer o mercado e suas necessidades de consumo são premissas para a

manutenção de qualquer atividade comercial, principalmente quando essa relação pretende estabelecer a troca de informações a respeito da avaliação que os consumidores fazem do produto consumido, no que se refere a gosto, qualidades percebidas, modos de se fazer, cuidados com a natureza e elementos da tradição e culturas locais. (MARSDEN et al., 2000)

Essa categoria objetivou a identificação de alguns pontos relacionados e que envolvem atores e agentes públicos na promoção à conexão com o mercado consumidor.

Questiona-se junto aos entrevistados suas condutas quanto à realização de pesquisas de mercado e suas dificuldades no estabelecimento de uma conexão com o público consumidor. Inicialmente, é possível identificar duas modalidades de canais de comercialização acessados pelos respondentes: a venda em mercados institucionais (PAA e PNAE) e a venda direta (porta-a-porta, feiras, *e-commerce*, e entrega em mercados e restaurantes).

Os canais de comercialização condicionam o grau de importância dado às conexões com o público consumidor, as quais podem ocorrer através de “experiências” obtidas nas “feiras”, conforme citado pelo agricultores OPP5 e ODD9, uma vez que nela acontecem as “troca de ideias” (agricultor OPP6) ou a partir da percepção dos produtos com maior “procura”. (agricultor OPP6)

Essas interações permitem, segundo o agricultor ODD11, um “mapeamento” “daquilo que mais se procura na banca.” (agricultor ODD8)

E... agente acaba acostumando com, com o freguês, né! Então a gente já percebe mesmo o que eles mais gosta o que eles, o que a gente mais vende [...] Aquilo que mais se procura na banca, começamos a produzir. (agricultor ODD8)

É, a gente costuma, principalmente na feira, né! Há essa interação, né! com o consumidor e as vezes o próprio consumidor fala, né! [...] Então a gente vai conhecendo assim melhor as necessidades [...]. (agricultor ODD9)

Trata-se de uma solução local em que o agricultor acessa as feiras semanais, em um espaço dinâmico de comercialização geração de renda e abastecimento (RIBEIRO, et al., 2003). Nele, o feirante estabelece a sua forma de conexão com o público consumidor, seja através do diálogo ou da percepção de demanda.

Por outro lado, existem agricultores que produzem sem a percepção de mercado, uma vez que esses acessam apenas os denominados mercados institucionais (PAA e PNAE), tendo o seu contato restrito aos técnicos da associação.

Não. Com os consumidor mesmo nois, eu mesmo não cheguei a participar né! [...] tem os técnico que da assistência [...] É definido pra mim planta [...] (agricultor OPP4).

Hum não... Não to fazendo isso, porque eu só to entregando mesmo através de... O “Valtair” [...] Né, a gente precisava assim de mais clareza né, ta precisando de mais clareza, nesse sentido ai. E no PAA né, a gente já sabe, tem que entregar 300 quilos de abobora, quatro/cinco quilos de cenoura, esse eu sei certinho, então quando a gente plantar agora tem que plantar essa quantidade pro PAA né, porque esse ai é um compromisso que a gente assinou em baixo. [...]. (agricultor OPP7)

Como pode ser observada, a produção é feita com foco nas demandas expressas nos editais lançados para atender os mercados institucionais, os quais absorvem grande parte da produção desses agricultores.

No entanto, há registros de que houve uma pesquisa de mercado no município de Dourados denotando a importância das parcerias com as instituições de ensino, conforme relatado pelo agricultor ODD10, informando que, na oportunidade, uma “professora da universidade” fez um estudo de “identificação” de produtos direcionados à comercialização de orgânicos.

Entretanto, percebe-se, nesse estudo, a ascendência do mercado consumidor para o consumo de produtos orgânicos, puxado principalmente pelas demandas institucionais. Todavia, os agricultores não têm conseguido organizar-se coletivamente para identificar com exatidão os produtos com maior potencial de produção e ganho que possam contemplar também as condições estruturais de produção relativos a cada unidade familiar.

O acesso aos mercados institucionais acarreta outro problema, conforme mencionado pelo agricultor OPP5, que aponta certa dissonância de datas entre a abertura e autorização de compra (em editais públicos) e a disponibilização dos produtos para o consumo. Segundo o agricultor, existe:

[...] muita dificuldade porque, que nem a gente tem o contrato, é assim, eu tenho o contrato do PAA, e o contrato do PNAE, aí no contrato do PAA ainda vai abrir, e aí meu quiabo já tem três meses que ta perdendo. Ai a gente “pranta” porque quando chega o PAA a gente quer entregar o produto, cê entende? Chegou já quer entregar, então, a gente fica naquela expectativa de entregar o produto e aí não abre. É... É muita burocracia, muita. E daí é onde a gente tem, a gente sofre esse tipo de coisa aqui. (agricultor OPP5)

Em outros casos, existe a construção do mercado propriamente dito a partir de uma percepção de consumo, baseados no questionamento direto ou no uso das “redes sociais, através de diálogos” (agricultor ODD10). Em outros, através de visitas

aos clientes, na tradicional venda “porta-a-porta”, canal acessado pelo agricultor OPP3.

Existe, no entanto, uma limitação observada na ampliação dessa conexão com os mercados consumidores e que está associada à falta de produção.

[...] dificuldade hoje, [...] ela tá no “produtô”. Não de faze o contato [...] Porque hoje o consumo ta muito alto, ta muito alto, as pessoas tão comprando. (agricultor OPP12)

Então, a gente não tem essa dificuldade. A gente tem a **falta de produto**. [...] Contato a gente tem, é fácil. [...] Basta chega com o produto, que todo mundo vai vê o produto, é um produto diferente, de qualidade, não tem... aí se não tem dificuldade com contato. (agricultor OPP2)

Por outro lado, as cooperativas, associações e agentes de extensão têm apresentando pouca interação com os consumidores, restringindo suas atuações àqueles mercados já acessados, mesmo porque a limitação na capacidade de ampliação da produção impede a prospecção a novos mercados.

A conexão também pode ser melhorada através da percepção notada pelo consumidor de orgânicos, devendo o agricultor ajustar o discurso teórico/prático. Nesse entendimento, grande parte dos agricultores assinala a importância para a “qualidade e aparência” dos produtos, conforme argumenta o agricultor OPP1, e que esta qualidade está associada principalmente à “ausência de agrotóxicos.” (agricultor OPP2).

Ah... eu levo em consideração que eu to vendendo um produto natural, um produto que faz o bem das nossa saúde, daquelas pessoa também que, que tão comprando, tão consumindo, né! E, principalmente agente ta respeitando a natureza, né! (agricultor OPP3)

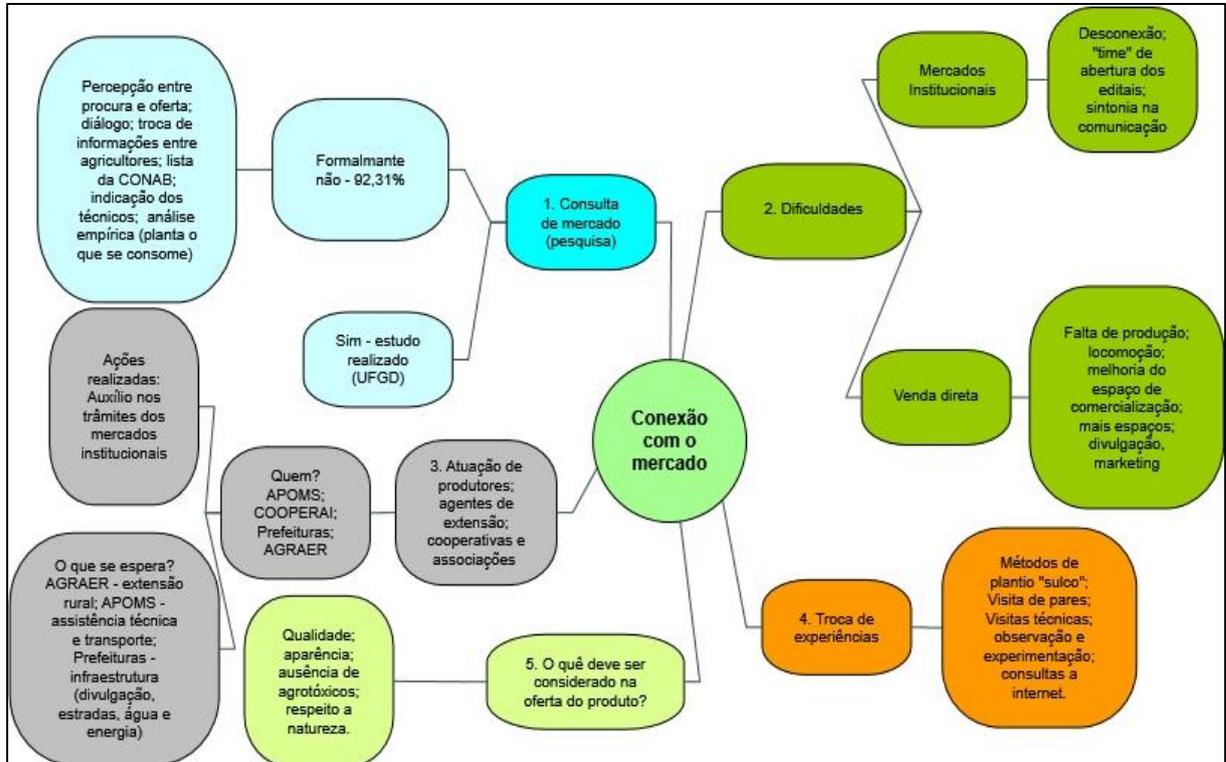
[...] então a gente “grega” valor no nosso produto por ser puro, sem veneno né, sem intoxicação nenhuma [...]. (agricultor OPP5)

Conforme argumentado pelo agricultor ODD8, deve então ser “considerado, que você leva algo saudável para tua casa. De boa qualidade, é diferente de você ir ali comprar umas coisas mais baratas, mas com veneno, que daqui a uns tempo”, vai te trazer problema na tua saúde.”

Essa categoria buscou evidenciar, através das experiências dos entrevistados, as suas formas para o estabelecimento da conexão com o consumidor, que pode, quando bem desenvolvida, nortear as ações dos agricultores e parceiros. Trata-se de uma ferramenta auxiliar que na maioria das vezes não é creditada com a sua real importância prática.

Para este estudo, a análise de conteúdo indicou palavras-chave que permitiram a elaboração da Figura 5 esquematizando a leitura visual da categoria.

**FIGURA 5 – Esquema com palavras-chave para a categoria Conexão**



Fonte: Elaborado pelo autor.

As construções das CCAAs denotam dependência de um alinhamento com o público consumidor, pois a ampliação dos canais acessados (objeto de estudo na próxima seção) ocorre mediante um fluxo informacional eficiente entre os pares (atores e agentes). No entanto, conforme pode ser observado, o fluxo informacional não tem ocorrido de modo satisfatório, elevando os riscos associados à atividade.

#### 4.4 INTERAÇÃO – TIPOLOGIAS DE CADEIAS

Entende-se que o contato com o consumidor ocorre a partir do estabelecimento de um nível de confiança entre o que é ofertado e o que realmente é comercializado, sendo essa uma das principais características das CCAAs. No entanto, essa conexão depende das formas de interação – tipologias de cadeias - acessadas, mesmo porque elas dependem da região de atuação, da estrutura de produção e de comercialização, da interação com os agricultores circunvizinhos e das ações públicas realizadas para esse fim.

Conforme afirmam Marsden et al., (2000) e Renting et al., (2003) existem três tipos principais de cadeias curtas agroalimentares, i) face-a-face; ii) de proximidade espacial, e; iii) parcialmente estendidas, as quais podem se apresentar de acordo com critérios de qualidade (regionais/artesanais e ecológicas/naturais).

As vendas face-a-face são aquelas que se aproximam mais das vendas diretas, em que o agricultor produz e vende diretamente ao consumidor, como é o caso das feiras, vendas porta-a-porta, etc. No caso das vendas de proximidade espacial, ou parcialmente estendidas, podem ser percebidas nas vendas a comércio locais como supermercados, restaurantes, etc. A outra modalidade de venda é aquela que detém uma marca e consegue atingir mercados distantes, como em vendas através de exportação. (MARSDEN, et. al 2000)

Os resultados indicam as modalidades de canais de comercialização (face-a-face) já citados – feiras e mercados institucionais –, porém há sinais de acesso a outros mercados (venda direta em mercados e restaurantes, porta-a-porta, *e-commerce* e degustação – bistrô), com a participação de associações, como por exemplo, a Associação Assentamento Itamarati Gerando Vidas (AAIGV) e a Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati II (COOPERAI).

Os exemplos de agricultores que acessam diferentes tipos de canais, como é o caso do agricultor OPP12, em que argumenta acessar “o mercado institucional, que é o, PNAE, e os mercados [...] convencional. Atendo o convencional. Eu atendo os dois Nippon, o mercado Sol, o Bom Gosto, o Feirão do seu Isaias, e atendo fora, atendo restaurantes. Direto, duas vezes por semana.” No caso específico, o agricultor tem uma escala de atendimento para fazer suas entregas em restaurantes “duas vezes por semana”. Nos mercados, o atendimento é diário.

Outros acessam as feiras e as vendas denominadas por *e-commerce*, como é o caso do agricultor ODD11.

Bom principalmente a feira, [...] também a venda direta, nós temos assim um pequeno cadastro de consumidores, e divulgamos também em rede social (Facebook), eu divulgo em público depois as solicitações vem em forma de mensagem [...].

Outro canal observado, e que também é denominado de venda direta, tem eventualmente ocorrido na propriedade do agricultor ODD10, conforme relatado: “as vezes, algum caso específico, as vezes já aconteceu isso, [...] momentos que o consumidor vai lá buscar, [...] interage, ajuda a colher, participa do processo,

conhece e vê na prática.” (ODD10)

Assim como ocorre com o agricultor ODD11, que faz uso das redes de relacionamento pela internet, o agricultor ODD9 utiliza-se de mecanismos de mensagens instantâneas.

[...] a gente tem participado das vendas, é do PNAE, né! Que são as escolas, essas coisas... e do quartel, esses dois e mais o grupo de Whatsapp. Além da feira [...]. (ODD9)

Entre as experiências observadas, uma delas chama a atenção pois associa venda com conhecimento, relatada no discurso do agricultor ODD8.

[...] aqui na feira, [...] no bistrô, pro PNAE, PAA e pras pessoas que assim as vezes vai e busca em casa também e pessoas que encomendam que a gente faz entrega, faz entrega. O bistrô, é um projeto da UFGD, a incubadora que tem lá e daí é onde que serve assim, pra poucas pessoas, refeição pra poucas pessoas, a gente faz, tipo assim, uma... um plano, né! pra quantas pessoas vai servir. [...] Mas é lá dentro da UFGD, um projeto de uma professora de nutrição. Isso acontece na segunda, quarta e sexta...lá na UFGD. [...]. (agricultor ODD8)

O caso supracitado aponta para a importância dada às parcerias, como é o caso da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) que, através de seus professores do curso de nutrição, desenvolve esse trabalho com os agricultores, acadêmicos e comunidade.

Além das modalidades face-a-face, há sinais pontuais de modalidades parcialmente estendidas, conforme observa-se na fala.

[...] a gente fez uma. [...] rede, é uma rede. [...] essa feira ela é itinerante. Ai a gente tem, um ponto de feira lá em Ponta Porã, [...] no centro. [...] vai pra Ponta Porã, e daí, toda sexta-feira, [...] a feira itinerante, [...] um dia ela ta na terminal, outro dia ta lá na Cophá, outro dia ta lá no bairro São Pedro, e assim vai, ela vai correndo a cidade. [...] e daí a gente tem feira em São Paulo também, que vai, é uma vez por ano. A de São Paulo também vai o ônibus e vai o caminhão também que levam. [...] É... A gente é uma rede, e tem em Campo Grande também, direto. Então daí, fica a mulher fixa lá na feira de Ponta Porã, sexta-feira vai o grupo de mulheres daqui vende à itinerante, de vários lugares na cidade, e temos lá em Dourados, e temos em Campo Grande, e temos lá em São Paulo uma vez por ano. (agricultor OPP5).

Estruturado em rede, esse agricultor acessa mercados locais (feiras) e mercados em outros municípios, configurando a tipologia de mercado espacialmente estendido. Para esse canal, existe a necessidade mínima de organização, na qual sempre haverá uma coordenação e mecanismos logísticos eficientes. Sob este aspecto, as redes podem ser formadas por intermédio da organização de

cooperativas, uma vez que essas facilitariam a comercialização, a logística, entre outros. (MIOR et al., 2014)

Todas as modalidades de comercialização citadas dependem do arcabouço organizacional interno e das estruturas de apoio dos parceiros (externos) como: transporte, acondicionamento, estruturas das feiras, estradas, energia elétrica, água, etc. Mesmo porque a qualidade do produto deve ser mantida, sem prejuízo à qualidade e a fidelidade alcançadas.

Individualmente, no atendimento aos mercados locais, os agricultores apontam para uma estrutura minimamente constituída.

Por outro lado, nas modalidades parcialmente estendidas, registra-se uma estrutura logística formada.

A associação a APOMS ela tem todos esses equipamentos, tem dois caminhão, e ela faz esse recolhimento pra entrega no PNAE. [...] Mais quando se envolve é, PNAE, e o centro “comercialização” ai vai te. Ai vai ter os caminhão, tem dois caminhão pra fazer esse processo. Vem na forma coletiva. [...] Então ele vem de Dourados aqui, tem o pessoal reúne o que vai ser comercializado, leva até tal ponto, e dali é por conta deles. (OPP2)

Até ali no centro social. [...] Ai ali tem uma feira, não sei se cê viu na COPERAI tem uma lona, ali é minha feira. Ai a gente leva até ali, e dali os caminhão vem... Ai os caminhão vai lá 30 km lá na um, ai ele vem pegando os feirante, ai ele passa na minha feira, pega o meu e leva. Daí eu levo no meu carrinho. (OPP5)

Alguns canais de comercialização, denotam certa dependência da participação de agentes públicos para que continuem ativas. Neles, os agricultores que acessam os mercados institucionais (PAA e PNAE) ajuízam suas preocupações quanto a continuidade dessas linhas de venda institucional. Como pode ser observado no discurso do agricultor OPP1, ao argumentar que a preocupação está centrada no “Governo Federal, porque é ele que repassa o recurso [...] é ele que libera o edital, e o PNAE depende da prefeitura, porque é recurso do Governo Federal também e se a prefeitura não faz a licitação nada acontece.”

No caso o “PAA tem o apoio da prefeitura que vem busca esse produto [...] E também de abrir o edital, [...] Que de repente se não abre o edital, [...] o PAA envolve por exemplo, o Governo do Estado, Federal já que ele que abre edital e disponibiliza no sistema da CONAB. Já aconteceu de abrir (o edital) e a gente não consegui participar. [...] Por falta de recurso.” (agricultor OPP2; ODD9)

O lado positivo associado a essa condição ocorre no município de Dourados, conforme relato:

Ah com certeza neh, eu falo assim, principalmente é os programas institucionais, aqui em Dourados nós estamos quebrando paradigmas, aqui em Dourados tinha uma máfia que dominava a merenda escolar, por exemplo, e graças a Deus ai com apoio da Secretaria da Agricultura Familiar, nós conseguimos ser inseridos dentro do programa, a APOMS, por exemplo [...]. (ODD10)

As atuações das prefeituras têm se concentrado no escoamento da produção direcionada ao atendimento dos mercados institucionais, “buscando produtos” para atender o PAA (agricultor OPP1 e OPP2) em pontos de coletas pré-definidos, que centralizam o volume de produção.

Isso, com certeza. A gente tem assim, o prefeito é dez, ajuda nois na melhor forma possível, ele que ta mandando o caminhão daqui da parte municipal, a parte municipal é o prefeito que manda pra nois o caminhão, e manda o ônibus pra fornecer, pra nois vender nosso produto, é grátis, nois paga nada. (OPP5)

O formato dessa estrutura produtiva, através de núcleos de produção, associada à parceria logística feita pela prefeitura, têm atendido à demanda dos mercados institucionais. Nesse formato, o agricultor preocupa-se apenas em movimentar a sua produção até os pontos de coleta.

Porém, sendo o volume produzido suficiente apenas para as demandas firmadas, não há espaço para novos mercados coletivos locais, - onde teoricamente haveria a necessidade de uma logística coletiva própria do grupo. Essa percepção fica evidente no discurso do agricultor OPP4 ao afirmar que “hoje em dia pro cê consegui mercado bem as coisa assim, vai depende da quantidade e a frequência [...] Não adianta um mês você tê uma quantidade boa e no outro mês cê não tê, o mercado não quer isso.”

Não obstante, essa ampliação da produção impulsionaria novos mercados, como a venda através de “cestas diretas” firmado através de “uma parceria com grupos de consumidores”, por exemplo, um “grupo de professores” (agricultor OPP2). Ou “fazer uma espécie de almoço [...] uma degustação.” “De repente também, poderia se “chama” esses consumidores para visita as propriedades, [...] e passa pela propriedade e outra, pra eles verem realmente como é o sistema, quais as diferenças, [...] de produzi um sistema orgânico de um sistema convencional.” (agricultor ODD9)

Existe também o formato “de encontros [...] feitos pra população. Mesa, [...] pra divulgação do produto, mais [...], também não adianta que a nossa produção não da, que aí, nós traria a Secretaria de Educação e Cultura. [...] Faze essas mesa,

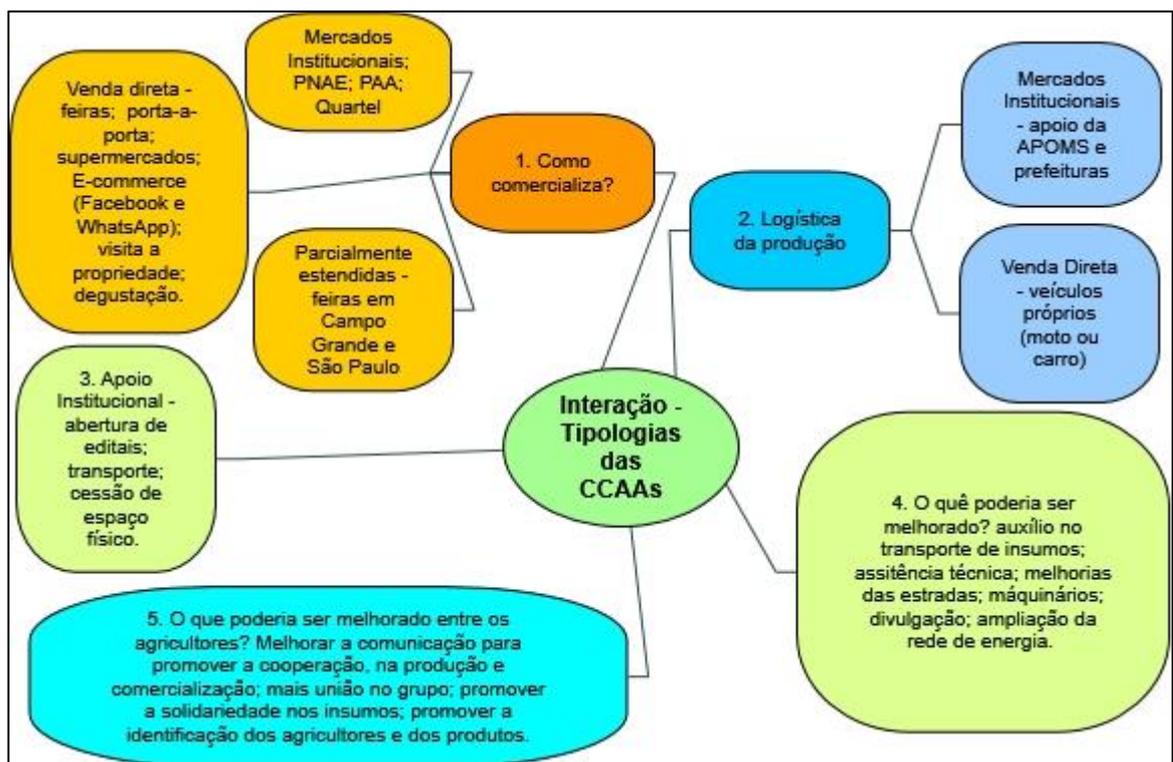
[...], e promove as sacolas, e lá eles viam e através da internet cê faria a venda, venda direta. Por encomenda. (agricultor OPP12)

Para todas essas novas formas de comercialização e divulgação, o mesmo dilema: “mas aí precisaria te produção, por isso que to falando, nois tamo amarrado a não te produção. É um “poblema” que nois temos que resolve.”(agricultor OPP12)

Nota-se que as dinâmicas de construção desses canais estão associadas às participações de atores e agentes, por exemplo, para os mercados institucionais, como a prefeitura, através de suas secretarias, o Governo do Estado, através da Agência de Desenvolvimento Econômico e Extensão Rural – AGRAER, as associações e cooperativas de produtores, como APOMS e COOPERAI.

Para essa categoria, obtiveram-se as seguintes palavras-chave:

**Figura 6 - Esquema com palavras-chave para a categoria Interação**



Fonte: Elaborado pelo autor.

A forma como se desenvolve a interação nas CCAAs está estritamente associada a estrutura a que o agricultor dispõe. Nos casos evidenciados neste estudo, a produção atende principalmente aos canais institucionais, os quais demandam necessariamente de uma estrutura mínima de organização, como é o

caso evidenciado, no qual o apoio logístico é desenvolvido por meio de parcerias (associação e prefeituras).

#### 4.5 DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO

Essa categoria objetiva evidenciar as formas de construção desses canais de comercialização, os quais podem ter origem na iniciativa do próprio agricultor ou através interação com os consumidores. Sobre essa relação, Triches e Schneider (2015) reforçam o entendimento de que nesse novo modelo agroalimentar, o consumidor deve ser percebido como agente ativo na implementação dessas formas de conexão, remetendo a valorações locais, à qualidade do alimento e à relação entre os meios urbanos e rurais.

Os canais de comercialização evidenciados neste estudo tiveram sua criação a partir de iniciativas recentes. É o caso do PAA:

[...] gente **começo aqui no município de Ponta Porã em 2010** [...] Na época só tinha a associação. [...] Foi através da **associação**, então a gente saiu daqui, **foi na Vila Formosa**, copia o modelo que tinha lá, aí de lá a gente venho e “impranto” o projeto PAA aqui em 2010. [...] Ficamos o dia inteiro lá, passando com os produtor, [...]. (OPP1)

[...] a feira aqui, do Parque dos Ipês, foi o **secretario Edmar** há uns três anos, **em dois mil e quatorze**. Ele na época era **Secretario da agricultura**. [...] Aí era uma ideia dele e do antigo prefeito de fazer alguma coisa, sempre nos Parque dos Ipê, aí onde o Edmar deu a ideia que seria bom uma feira pra atender a agricultura familiar, [...]. (ODD8)

Conforme observado, são iniciativas recentes e que ainda buscam sua fixação, enquanto canais de comercialização.

A incorporação da APOMS nos mercados institucionais, nasceu a partir da criação de uma comissão de comercialização, formada por agricultores com experiências, a ideia era “pegar aquela pessoa que tá lá no núcleo,” que “faz o comércio dela”, que “tem a sua experiência de comercialização, e trazer ela pra sentar aqui com outros daqui e vários, e aí agente foi discutindo como é que a gente faria a comercialização.” (agricultor ODD10)

A partir dessa comissão novas ideias surgiram como “incentivar as feiras locais, [...] no caso de Dourados, [...] ela foi puxada pela prefeitura, mas a APOMS sempre foi parceira e estava presente [...] posteriormente [...] a questão da venda direta através de cesta [...]” (agricultor ODD10)

É o caso das vendas diretas através de cestas, realizadas mediante o uso de

site criado pela APOMS, em que os produtos poderão ser visualizados e pedidos pelos consumidores, que receberão na comodidade de suas casas. Na prática, haveria “no site os produtos disponível a venda. A [...] pessoa acessa, [...] de manhã cedo faria o pedido e no máximo seis horas da manhã estaria na casa da pessoa. (agricultor OPP12)

Entretanto, para todas as formas coletivas de comercialização há registros de sobrecargas de função, principalmente na APOMS, onde há uma carência de pessoas, indicando uma dicotomia, pois as pessoas associadas à entidade são agricultores e também exercem funções dentro da associação, atuando em processos de coleta de produtos, transporte, seleção de produtos, entrega e formalização de contratos.

Isso é retratado nas falas do agricultor OPP1, ao comentar as ajudas recebidas em processos de documentação, como é o caso da emissão de romaneios: “[...] o Eduardo também ajudou bastante pro PAA né! Ajudou no acompanhamento, tipo assim, faze romaneio [...] da uma assessoria nessa parte do Eduardo [...] O Valtair, [...] trabalha até hoje.” (agricultor OPP1)

[...] Não, sim... é... o Valtair que é APOMS né! Que ele “trabaia” pra APOMS né? [...] Ele é o “técno” e... **apóia** e é o “técno”, e é **responsável pela venda**, [...] E também **ajuda na comercialização**, ele também faz a parte dele.[...] E tem a **AGRAER** também junto, junto com a parceria com nois, com **APOMS**. [...] Pra dá **apoio na produção**. (agricultor OPP6)

[...] quem participo foi os **técnicos da APOMS**, então eles que correram atrás. Eles fizeram simplesmente uma espécie de planejamento, no início, né! cada um ficaria responsável por tais produto, né! Mas aí depois, com essa correria, porque **eles que tem que correr atrás e pegar os produtos preparar eles e separar** e eles mesmo tem que fazer isso, então eles estão sem tempo de correr as propriedades e da uma **assistência**, da alguma coisa. Hoje tão precisando de gente, né? e a gente não tem condições ainda de banca esse pessoal, né? De contratar gente, pagar e tal. (agricultor ODD9)

Esse acúmulo de função é motivado pela dificuldade financeira, pois a associação não detém recursos para terceirizar serviços de assistências técnicas. Tal escassez foi a motivação para a suspensão da parceria entre a APOMS e a Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF). Que “atuou assessorando mesmo, acompanhando, dando todo o suporte técnico, organizacional.” (agricultor ODD10)

Existe também na associação uma forma compartilhada para cobrir os custos relacionados à assistência. A APOMS faz a cobrança de valor financeiro simbólico

no intuito de cobrir as despesas relacionadas à assistência técnica. Há uma contribuição de “R\$ 20,00 (vinte reais) pra assistência técnica, né? Pra eles vim pra da apoio pra nois.” (agricultor OPP5)

Por consequência a essa defasagem de pessoal, o esforço tem sido direcionado ao acompanhamento documental (burocrático, porém indispensável). Essa assessoria contempla o controle documental (Nota Fiscal do Produtor - NFP, Declaração Anual de Produtor Rural – DAP) exigidos nos mercados institucionais e aqueles relacionados à Certificação Orgânica (planilhas, requerimentos, etc.)

Quanto às possibilidades de iniciativas públicas ou privadas, no contexto da melhoria dessas dinâmicas, alguns pontos destacam-se. A primeira está relacionada à necessidade de ampliação nos formatos de divulgação das chamadas públicas de compra, dispondo de “mais informações sobre os produtos que compõem os editais.” (agricultor OPP2)

A segunda e mais conflitante denuncia o uso intensivo e descontrolado do agrotóxico 2,4 D, que tem significado prejuízos ambientais e financeiros incalculáveis a produtores de orgânicos, principalmente aqueles estabelecidos no Assentamento Itamarati.

Sobre esta temática, registra-se:

Então a gente faz as denúncias sempre, que a gente qué que a Câmara Municipal faça lei, porque no plano lá tem leis que não pode aplicar veneno, tem que respeitar. Então [...] o que nois gostaria de fazer leis, [...], que funcionasse as leis, porque as leis não ta funcionando né? Que nem eu fui uma que fiz a denuncia, fui pra cima, registrei o caso, é, fui prejudicada, e até hoje, pelo prejuízo que eu tive dava 15 mil reais do prejuízo, ninguém me indenizo, ninguém fez nada por mim, e eu só fiquei no prejuízo, a lei, na lei não ta valendo, então eu acho assim, que a, esse ai que é o apoio que a gente deveria, o orgânico deveria ter esse apoio, chegou a prejudica nois, [...]. (agricultor OPP5)

A dificuldade evidenciada revela a apreensão vivenciada em espaços da reforma agrária, denominados coletivos, como é o caso do modelo adotado no Assentamento Itamarati II, que comunga espaços de lotes individuais e áreas coletivas.

Sob essa condição, o produtor de orgânico tem encontrado dificuldades adicionais.

Eles querem o produto, eles exigem de nois, é... exige de nois tudo natural, é, fiscalização da federal que a gente tem, é pressão daqui, é pressão dali,

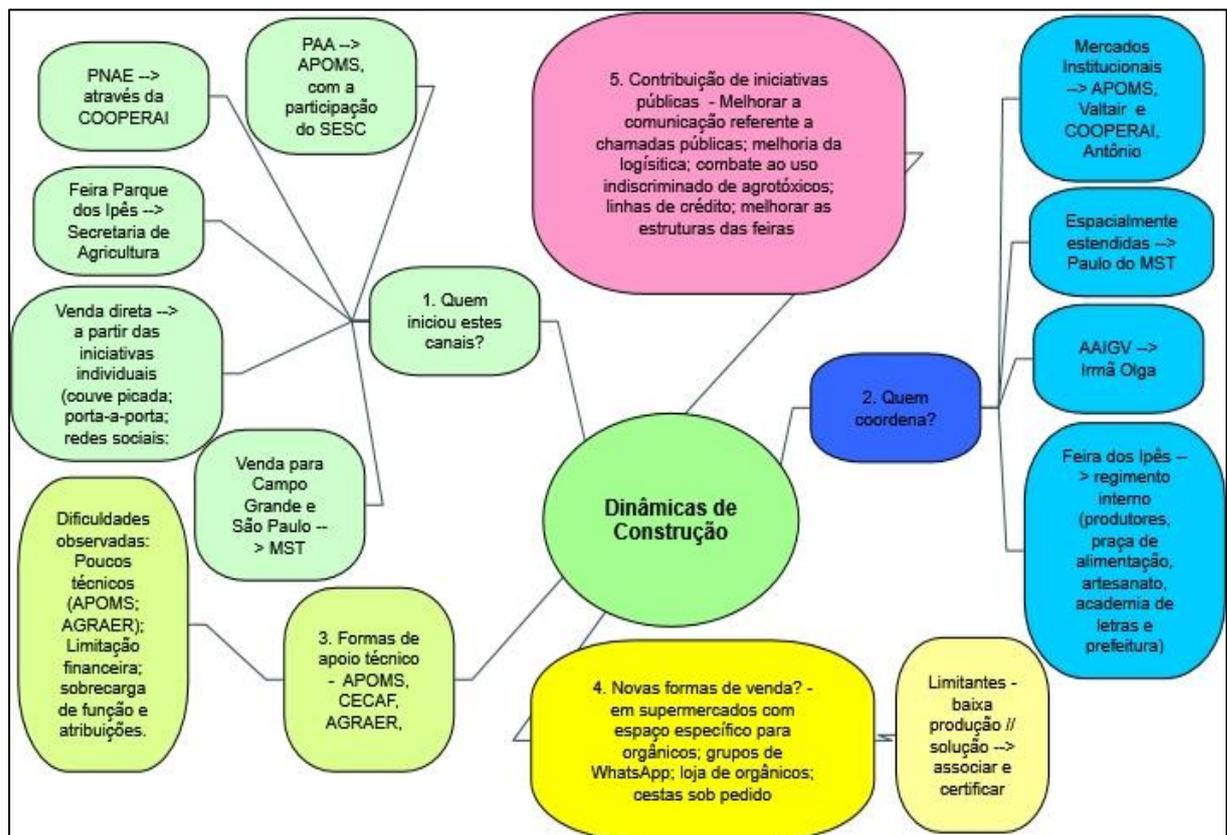
é trabalho que nem nois trabalha que nem, nois trabalha muito, e chega na hora a gente tem aquela dificuldade, tem aquele desespero, e a gente não é atendido pela lei.

Por fim, percebe-se, a partir dos discursos analisados, a debilidade dos canais de comercialização acessados pelo grupo em estudo e também os entraves ao desenvolvimento e fortalecimento do segmento. Notadamente, um dos obstáculos está na carência de pessoal de apoio, principalmente no atendimento às exigências documentais para os canais institucionais.

Por outro lado, os próprios valores embutidos na produção orgânica exigem uma dinâmica de produção diferenciada, mesmo porque o rigor para essa atividade é maior e permanente. Resta aos agricultores a busca pelo conhecimento na tentativa desenvolver suas competências individuais, encerrando tal dependência.

Para essa categoria, houve a seguinte esquematização de palavras-chave.

**Figura 7 - Esquema com palavras-chave para a categoria Dinâmicas de Construção**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para as modalidades de vendas institucionais, há uma demanda maior de organização. Nos casos apresentados, as vendas para o PAA e PNAE encontram-se

minimamente estruturadas, o suficiente para atendimento à demanda contratada. No entanto, se houver a ampliação do volume contratado, os agentes e atores envolvidos deverão otimizar suas formas de organização.

A principal demanda para esses casos está em: i) fortalecer os atores através de cursos, palestras e assistência a campo; ii) ampliar o número de pessoas atuantes nas associações, cooperativas e de agentes públicos, e; iii) firmar novas parcerias.

#### 4.6 VALORAÇÃO DOS BENS PRODUZIDOS/COMERCIALIZADOS

As Cadeias Curtas Agroalimentares são um movimento associado à crescente preocupação dos consumidores com relação à qualidade dos produtos e aos problemas de segurança alimentar e ambiental. O consumidor tem direcionado a sua atenção a produtos com menor incidência de agrotóxicos, uma vez que a produção convencional em larga escala tem sido uma das principais razões de danos ambientais mundo a fora. Afinal, a severidade do uso de agrotóxicos na modalidade convencional – feita no intuito de garantir a produção em escala, a qualquer custo – agride a vida na natureza, afetando todo um complexo de micro e macro organismos necessários ao equilíbrio ambiental.

Entretanto, o que acontece na Natureza, não é permitido que aconteça no mundo moderno ensopado de substâncias químicas, mundo este que as pulverizações destroem, não somente os insetos, mas também os seus principais inimigos naturais, que são os pássaros. Quando, mais ocorre, o reaparecimento da população de insetos, como quase sempre acontece, pássaros já não estão mais ali, para manter a sua quantidade sobre controle. (CARSON, 1969 p.122)

Nesse enfoque, as Cadeias Curtas Agroalimentares conduzem para si outra característica, a confiabilidade. Não que essa deva ser almejada apenas na produção de orgânicos, mas para todas as manifestações características nas CCAAs. O agricultor que atua nessa modalidade sempre estará aberto à visitação, mesmo porque isso amplia a interação.

Assim, neste sentido, os consumidores têm encontrado nas CCAAs o elo que proporciona a segurança de que se está realmente consumindo produtos de qualidade, com o mínimo de riscos a sua saúde.

Há, portanto, um movimento em escala mundial que consiste em alteração aos padrões de consumo agroalimentar (modelo dominante ou cadeias longas).

Nesse novo paradigma de consumo, que substitui o “mundo industrial” pelo mundo “doméstico”, as convenções são direcionadas à qualidade enraizada na confiança, na tradição e no lugar, que dão apoio aos produtos e às formas de organização econômicas, localizadas e ecológicas. (GOODMAN, 2017)

Sob este aspecto, identificar e transmitir esses valores aos consumidores torna-se não apenas um comportamento que associa positivamente a comercialização, mas, um dever, pois agricultor é, acima de tudo, o primeiro consumidor de seu produto. Mesmo porque, primeiramente, a subsistência é também uma das características da população estudada.

Assim, foi feito o direcionamento da quinta categoria de análise que procurou determinar de que forma é feita a valoração; como ela é comunicada aos consumidores, e qual o nível de importância dada pelos próprios agricultores.

Os resultados observados no estudo indicam que a valoração acerca da produção comercializada é mínima. Conforme relatado “hoje no assentamento não [...] tem!, você não consegue vender produto orgânico, como orgânico [...] O único local que a gente consegue vende esse produto como valorizado, é em Dourados [...].” (agricultor OPP2)

Outro agricultor comenta: “[...] muitos falam: não hoje não compensa orgânica porque, hoje o povo tá comprando ainda no olho, cê olha o produto é bonito vai pela, pela aparência do produto, não vai pelo. Vai pela qualidade [...]” (agricultor OPP4). Com sinais de sátira inclusive: “[...] aí se vai fala para os “cliente” que é orgânico, tem gente que dá risada da gente que não entende esse lado ainda a maioria. [...]” (agricultor OPP6). Exigindo certa prudência e tato dos agricultores: “[...] as vezes a gente tenta passar isso pra eles quando eles cobram que, ahhh, ta caro, né! Porque além da gente ta pensando na saúde, na natureza também, né!” (agricultor ODD8)

Por se tratar de uma cultura incipiente, a produção orgânica ou agroecológica deve ser colocada a conhecimento público, visto que a maioria do público consumidor acessa os canais convencionais de modo automático. Haveria então a necessidade de uma alteração comportamental, que deve ser iniciada pelos agricultores.

É, acho que a gente tem falhado um pouco, né! e fortalece isso, né! e reforça isso, [...] quando você tem uma conversa maior, você pode mais muitas vezes ali no pouco contato que tem, a gente acaba não reforçando isso, [...] poderia usar talvez folhetos ou alguma coisa escrita, [...] Talvez cartaz pra dar uma ênfase [...]. (agricultor ODD9)

O aprofundamento nos discursos indica que tanto consumidores, quanto agricultores não têm conseguido pontuar essas valorações, pois não se trata apenas do valor monetário atribuído ao produto (mais caro ou mais barato), mas ao valor implícito em uma produção que se preocupa com os danos que podem ser causados à natureza. É válido lembrar que a produção orgânica está na contramão do modelo convencional, ou seja, existem valores éticos e morais que não aparecem no aspecto do produto em si, sendo esses os valores que necessariamente devem ser realçados.

No entanto, isso depende de uma série de ações individuais e coletivas. Mas, de que forma isso é colocado a público?

[...] eu vendi muitos anos **na rua**, essa caminhoneta agora tirei, mais ela tinha uma corneta... Eu tinha um pendrive gravado, eu enchia de verdura e ligava o pendrive e saía. A aceitação era boa. [...] Vendia bem. (agricultor OPP1)

E deixo do lado. Por exemplo, o produto tá aqui e o **certificado tá aqui. Aqueles que duvidarem a gente mostra.** (agricultor OPP2)

Eu **fiz minha propaganda**, né! vesti minha camiseta e **com certificado** na mão, cada, cada cliente meu mostrava e me apresentava e foi na onde que eu cresci na venda, porta a porta. (agricultor OPP3)

Tenho certificado né! Eu tenho o certificado, e daí **a gente apresenta o certificado** pra eles né! E a importância, e os papéis também né, que a gente vende. Tenho ainda o certificado lá na feira eu ainda não tenho. (agricultor OPP5)

É ela **fala de boca a boca**. É quando alguém vem aqui eu falo. [...] Pode compra, porque né? É produto de qualidade. Não tem veneno. (agricultor OPP7)

[...] temo o certificado, né! nois as vezes num trás ele, que o certo é trazer o certificado, mas aqui sempre um da **banca tem o certificado**, pelo menos um sempre trás. (agricultor ODD8)

Bom, a **gente tem o certificado**, né! [...] no caso mais na questão da feira, né! [...] colocar isso lá a vista do consumidor, sim... porque o certificado, o cara vai olhar lá você não vai ficar mostrando, Oh! eu tenho o certificado aqui, né! [...] a gente pensou, é... através dessas toalhas, né? (agricultor ODD9)

É, além da **divulgação boca a boca**, que o pessoal vai lá conhece, visita, tem o certificado, **certificado de produção orgânica** [...] (agricultor ODD10)

Cada agricultor, a sua maneira, tem alçado tentativas para informar que sua produção é orgânica e certificada, entretanto, de maneira solitária, sem articulação coletiva.

Atenta-se que a declaração documental que lhes credita essa condição é um documento que não pode ficar exposto ou manuseado a todo momento, a não ser em situações específicas, por exemplo, quando houver visitas de auditores, ou mesmo na prospecção a novos mercados.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de uma discussão entre atores e agentes que proporcione uma forma mais adequada aos agricultores para que eles possam ser vistos como orgânicos e que alcancem a valoração de sua produção, sem que para isso seja necessário carregar o certificado a tira colo.

Como solução a este imbróglio, o uso de um selo de origem, uma marca regional poderia sanar as dificuldades observadas.

No estudo, entre os agricultores participantes da pesquisa, apenas um já havia pensado em um selo.

**Tem uma logomarca**, ela foi criada já há muito anos, em dois mil e doze eu acho. Foi criada em conjunto com o SEBRAE, [...] **tem um visual** né, agora tô começando a usar de novo porque eu tinha desprezado um tempo, achava que não era importante, agora vi que não! **É o mais importante** [...]. (agricultor ODD11)

Sobre a certificação acompanhada de uma marca, Ferrari (2011) em estudo realizado com agricultores catarinenses, afirma:

Muitas vezes a marca por si só não garante esta aproximação, assim a diferenciação através da produção orgânica com certificação é uma forma de o consumidor reconhecer e valorizar o produto. Mas, essa conexão se torna mais completa e duradoura a partir de sinais que permitem enraizar o produto ao território, uma forma de produzir, uma tradição. (FERRARI, 2011 p.311)

A importância dada ao conjunto (certificação e marca) vem a ser o diferencial, uma vez que cria valores enraizados àquela região, àquele produto.

Quanto aos procedimentos de adesão ao selo de certificação orgânica, esse é feito através de um longo processo, inicialmente organizado pela APOMS, desenvolvido e acompanhado pelos próprios agricultores que fazem as orientações indicando os procedimentos obrigatórios. Primeiramente, o agricultor candidato à certificação deve participar de reuniões dos núcleos existentes. No momento que em

sua propriedade esteja apta, ele também passa a receber as visitas de pares, formada por agricultores locais, os quais, munidos de um *checklist*, acompanham e anotam se todos os requisitos exigidos para a certificação estão sendo cumpridos.

O processo é a participação na Rede APOMS inserido, cadastrado, participando do núcleo da APOMS, feito reuniões, que pelo menos uma visita na propriedade né, por ano dos agricultores, tudo é a campo, [...] os agricultores se reúnem ali a gente conversa os assuntos e depois vai a campo isso tem que acontecer pelo menos uma vez por ano, mais uma visita de verificação, que a visita de verificação é você reunir de novo pelo menos 30% do núcleo [...]. (agricultor ODD10)

Após a aprovação do grupo de agricultores, a certificação propriamente dita dar-se-á com a visita de pelo menos um agricultor de núcleo distinto, como forma de garantir idoneidade e transparência ao processo.

[...] trazer um agricultor de fora, para dar credibilidade pro processo, [...] então tem que ter um agricultor de fora. Acontece na sua propriedade e ela vai acontecer na propriedade do seu vizinho. Tem o regimento interno, que você não pode falhar três reuniões sem justificativa, senão você é cortado. E ela tem que ser no sistema rotativo. E lá agricultor que vai te visitar ele é chato, ele vai falar assim, Oh rapaz esta mata aqui não esta fechada, tem melhorar a barreira vegetal, oh e este lixo ali? Isso aqui também é processo de não conformidade. (agricultor ODD10)

Uma vez aprovada, a APOMS comunica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre o processo, encaminha a documentação comprobatória e o cadastro da propriedade e do agricultor é disponibilizada a público.

Além disso, ainda a propriedade recebe uma visita de um auditor do MAPA, por ano, pelo menos uma visita, então no mínimo, eu falo pra você que terá três reuniões na sua propriedade por ano, isso no mínimo, pode acontecer de ter mais que isso, até 4 ou 5 reuniões, além das visitas esporádicas entre os agricultores, eles estão atentos e chamam a atenção. (agricultor ODD10)

No entanto, é importante ressaltar uma característica para essa modalidade de Certificação Participativa, que envolve os próprios agricultores, creditando a eles o papel de auditores de si próprio. Nesse modelo, em casos de não conformidades severas identificadas por auditores federais, todo o grupo é penalizado.

Essa certificação tem validade anual, exigindo um controle contínuo das atividades inerentes.

Para essa categoria, obteve-se as seguintes palavras-chave:

**Figura 8 - Esquema com palavras-chave para a categoria Valoração**



Fonte: Elaborado pelo autor.

A valoração dos produtos é uma característica importante em um relacionamento comercial. Trata-se de uma via de mão dupla. De um lado, agricultores convictos da qualidade e dos valores que produzem (socioeconômica, cultural e ecológica), de outro, consumidores com desenvoltura crítica. Para todos, a persuasão deve ser uma qualidade em comum.

#### 4.7 INOVAÇÃO

O processo de inovação considerado neste estudo está relacionado à busca por fatores com potencial dinamizador do crescimento econômico, ou seja, iniciativas que fazem usos de combinações de recursos já existentes, no intuito de produzir novas mercadorias ou mesmo para uma produção mais eficiente.

Dessa forma, a inovação poderá ocorrer na criação de 1) novos produtos; 2) no desenvolvimento de novos métodos; 3) na utilização de novas matérias-primas; 4) na exploração de novos mercados, e por fim, 5) em novas formas de organização das empresas. (SCHUMPETER, 1982)

Ante tal entendimento, este estudo procurou identificar junto aos agricultores formas de inovação, entendendo que essa é uma característica própria de cada pessoa, mas que pode sofrer influências externas positivas.

O estudo evidenciou de que forma isso é realizado. Há aqueles que modificam o processo através do “experimento”, na busca pela “fórmula correta.” (agricultor OPP1).

Outros colocam em “primeiro” lugar a “qualidade e visibilidade do produto” pois entendem que: “quando você inova tanto na produção quando você cria seu produto, um produto mais visível, que dá aparência, isso já uma forma, e aí você vai e inova, coloca seu produto num saquinho biodegradável, com selinho, apresentável.” (agricultor ODD9)

Para esse agricultor, trata-se de “inovações que você vai criando pra dar mais garantia ao seu produto no sentido da comercialização. [...] nós compramos uma máquina pra lavar o limão, e ele dá um brilho, quase que encerado, além de tudo você tira tida e qualquer sujeira.” (agricultor ODD9)

A racionalidade é uma qualidade inerente na fala do agricultor ODD11.

Claro, isso é tudo, penso que nós somos seres pensantes, pra que nós temos que copiar tudo, **eu crio praticamente tudo, não gosto de copiar o que os outros fazem, eu gosto de criar o meu modo** fazer, dentro daqueles princípios que somos todos iguais, mas os critérios mudam de local para local, depende da posição geográfica, depende do modo de cada um, das condições, **então criativo a todo momento**, você vai ver daqui a pouco, eu tenho, eu vou lançar meus vasos ecológicos, quer dizer já é uma criatividade.

Entre outras vantagens atribuídas ao processo inovador, o agricultor (OPP12), ratifica uma outra, tão importante quanto as demais.

**Te trás independência** né! [...]. Faz de você um produtor independente. Entendeu? Quando você **começa a explorar teu sítio, como forma de produção de coisas que você precisa no cotidiano**, você começa a se tornar independente. Te dá uma independência, [...] que aí eu, eu, eu tenho o porco que produz a carne, que as fezes produz o gás, que produz o esterco. (OPP12)

A inovação então passa a ser um condicionante ao agricultor para que ele consiga, a partir de suas iniciativas, criar alternativas para o uso racional de seus recursos (disponíveis) destinados a produção.

Nesse processo, tanto a inovação quanto o processo de diversificação podem caminhar juntos como alternativas ao melhor uso de tempo, espaço e recursos.

A diversificação aqui estudada é aquela que permite aos agricultores trabalharem em sua propriedade no sentido de otimizar sua capacidade produtiva ao longo do ano, em todos os meses, nas quatro estações, sem que fique refém do mercado, das sazonalidades de consumo, ou das intempéries do tempo.

No entanto, a diversificação também está condicionada à capacidade inovadora do agricultor, além de sua capacidade de percepção de mercado, estando atento às demandas de consumo. Conforme pode ser observado na fala do agricultor ODD10:

Ah! Dentro daquele espírito de você ter a biodiversidade, ou seja agro biodiversidade você tem que conviver com a natureza, pois ela é perfeita, você cultiva alguma coisa, mas visualizando que ele tenha o equilíbrio, um equilíbrio do natural, você não consegue exatamente deixar uma mata crescer sozinha e ter produção isso não dá né. Mas você pode visualizar um equilíbrio destes dois objetivos de preservação e produção. (ODD10)

O espírito que contempla a ideologia da agricultura orgânica pode ser percebido no discurso em destaque, no qual o agricultor deve estar atento as suas iniciativas direcionadas à inovação ou à diversificação, sem prejuízos à harmonia do equilíbrio ambiental.

Os resultados da pesquisa indicam algumas iniciativas de inovação e diversificação, seja no plantio e no uso da terra, nas tecnologias empregadas na produção ou nas formas de apresentação do produto. Como é o caso do agricultor ODD10, ao afirmar que em sua propriedade “o primeiro sinal é trabalhar o sistema agroflorestal o SAFIS, neste sentido já é uma inovação, o plantio consorciado né, tanto com plantas arbóreas como frutífera e de produção alimentar, do consumo diário.”

Outras iniciativas inovadoras vão de encontro às demandas de consumo percebidas, como é o caso da couve fatiada: “É [...] a couve ela é fatiada, tem uma mesa lá dentro com uma “maquinazinha”, agora memo ta lá, ta picada, só que assim normalmente só é picada na parte da tarde, bota sob mesa de mármore, onde ela perde um pouco da umidade, ai eu só embalo ela de madrugada.” (agricultor OPP13)

A diversificação é uma das características percebidas na propriedade do agricultor ODD11

O que mais, tem toda uma diversidade, nós temos plantio palmeiras para o palmito, nós temos viveiro de mudas que não é um viveiro convencional,

nós temos viveiro que a gente produz mudas, frutíferas muito né, não temos só produção a curto prazo, nós temos perene, muitas frutíferas. Então este conjunto que nos interessa, nunca ter uma fonte específica de renda, mas o conjunto que nos dê uma sustentabilidade, isso pra mim é ser criativo, isso dentro da visão do sistema agroflorestal né, você nunca visualiza uma produção mas sim todas as possíveis. (ODD11)

Entretanto, essas inovações e diversificações estão atreladas apenas às iniciativas pessoais, evidenciando uma demanda reprimida por parte das instituições de apoio (prefeituras, APOMS, AGRAER, etc.) identificadas ao longo do estudo, muito em função das dificuldades financeiras e de recursos humanos com capacitação técnica/profissional para essas funções.

O estudo evidenciou algumas iniciativas em fase de planejamento (orquestrado pela APOMS) ou em desenvolvimento (prático pela COOPERAI), as quais podem contribuir no ganho.

Conforme relatado, “esse é um processo hoje que vem sofrendo modificação e é interessante [...] lógico que é a através da APOMS a gente tá tentando monta esse Centro de lá, de processamento lá em Dourados. Que nem esse espaço, onde a gente pretende vende esses produtos pré-industrializado.” A ideia é agregar valor à produção, “por exemplo, abobrinha, em vez de vende ela inteira, vende a fatiada, vende ela em cubo, vende. Nem todos têm essa possibilidade, por exemplo a cabotiã, é possível de faze isso aí. Por exemplo, outras cultura, que nem a cenoura, beterraba, couve picada.” (agricultor OPP2)

Como vem sendo feito em cooperativas.

A COOPERAI, vem fazendo isso aí para entregar no PNAE. Parte desses produtos assim, tudo minimamente processado. Por exemplo: beterraba, cenoura, mandioca, cabotiã, couve... não sei se tem outros produtos. [...] Uma agregação de valor grande, enorme. E outro, pro outro lado a facilita pra que vai consumi, por exemplo, nas merenda, nas escolas, tem as merendeiras, chega lá tudo processo, tudo negócio bagunçado lá. [...] tudo bruto, chega longe tudo limpinho, nos pacotinhos é só tira dali e prepara, facilita muito a vida deles também. (agricultor OPP2)

A inovação e a diversificação para a agricultura orgânica podem ser consideradas como importantes iniciativas de estímulos à manutenção das Cadeias Curtas Agroalimentares. Mesmo porque a carência produtiva poderá significar a descontinuidade dos canais de comercialização acessados e fidelizados.

Resta aos atores e agentes envolvidos a elaboração de um planejamento que contemple as necessidades, estritamente identificadas.

A análise de conteúdo dessa categoria possibilitou a elaboração da figura esquematizada das palavras-chave.

**Figura 9 - Esquema com palavras-chave para a categoria Inovação e diversificação**



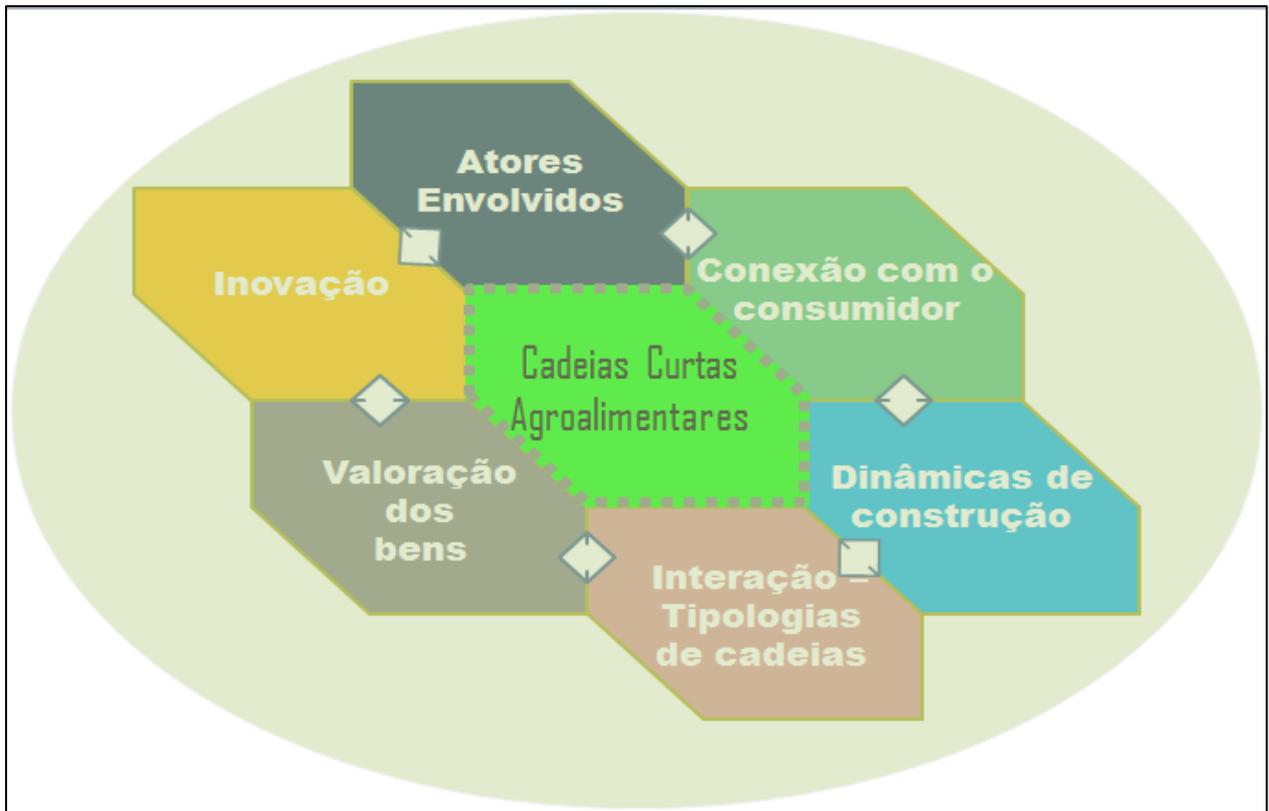
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se que a inovação e a diversificação nos casos em análise podem ser conduzidas por iniciativas próprias, mas dependem principalmente de iniciativas atribuídas a instituições parceiras (APOMS e COOPERAI). Quanto às ações da esfera pública, a desburocratização de processos podem dar um novo fôlego aos mercados institucionais, bem como o fortalecimento das secretarias municipais/estaduais e agências de extensão criadas para esse fim.

#### 4.8 O DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES

Este estudo apontou em seu referencial teórico 6 (seis) categorias construídas a partir do referencial teórico, as quais se apresentam intimamente ligadas, denotando interdependência. Quando bem desenvolvidas, podem contribuir positivamente para o desenvolvimento das cadeias curtas agroalimentares.

**Figura 10 – Interdependência das Categorias Teóricas e as CCAAs**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sob o aspecto da interdependência, as categorias devem ser entendidas como “frentes” que ao mesmo tempo são autônomas e dependentes. De um lado, são autônomas pois apresentam características distintas às demais, e dependentes umas das outras, pois a manutenção e continuidade (crescente) de uma depende da outra. Como exemplo, podem-se citar as categorias “Conexão com o Consumidor” *versus* “Valoração dos bens produzidos ou comercializados”, analisa-se de que forma o valor (intangível) dos produtos livres de agrotóxicos e construídos socialmente poderão ser percebidos pelos consumidores, se não existir uma conectividade entre os envolvidos.

De outra forma, a categoria “Inovação”, como daria resultado (econômico e social) caso não houvesse o envolvimento dos “atores”, haveria o risco desses processos inovadores ficarem restritos a uma determinada família, sem que os demais membros do grupo tenham acesso aos novos meios de produção ou comercialização. Trata-se aqui da disseminação do “saber-fazer”.

Há, dessa forma, uma explícita necessidade interativa dessas ações, sem prejuízo às iniciativas individuais, porém com foco no coletivo, de modo que a

construção das denominadas Cadeias Curtas Agroalimentares possa ser fortalecida com a participação de cada família e do grupo, com o propósito de fortalecimento do segmento, através da construção e manutenção desses canais de comercialização.

Percebe-se que esses canais nascem de dentro pra fora, reafirmando a argumentação de Marsden (1998): “[...] as cadeias curtas agroalimentares e as redes agroalimentares alternativas, se caracterizam por apresentar o diferencial da valorização dos mercados socialmente construídos”. Nele, o envolvimento e interação são primordiais ao sucesso.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cadeias curtas agroalimentares têm atuado na reconexão entre produtores e consumidores, desempenhando importante mecanismo de ressocialização e reespecialização do alimento, seja aproximando produtor e consumidor através de canais de comercialização, a exemplo das feiras livres e outras formas de venda direta, ou proporcionando noções de confiança respeito e autenticidade.

Assim, sob esse entendimento, esta pesquisa buscou ampliar o leque de discussão acerca do papel do pequeno agricultor, seja agricultor familiar (conforme critérios da lei 11.326/2006) ou não, na produção de alimentos, de modo a analisar as dinâmicas de construção dessas cadeias como alternativa ao desenvolvimento regional.

Sabe-se que as modalidades de venda direta sempre existiram e que detêm capacidades de promoção social e econômica, por vezes adormecidas. Dessa forma, a partir desse entendimento, a condução do presente estudo atuou na identificação de populações passíveis de observação e análise atuantes em canais de comercialização, aqui denominadas Cadeias Curtas Agroalimentares (CCAAs).

Acredita-se que a proposta de analisar as dinâmicas de construção das cadeias curtas agroalimentares como alternativa ao desenvolvimento regional tenha sido alcançada, visto que ela foi desenvolvida com o grupo de produtores orgânicos, que denotam perspicácias em suas atividades. Atuando com dedicação e efetividade em canais de comercialização acessados, como vendas institucionais, feiras livres, *delivery*, porta-a-porta, *e-commerce*, etc., as quais denotam cooperação, sejam por intermédio de associações (APOMS e AAIGV), ou em parcerias com as prefeituras.

Esses canais têm atuado como ferramentas de desenvolvimento econômico e social aos agricultores, pois o ganho financeiro relacionado às atividades proporcionam melhorias em sua qualidade de vida, conforme observado nos percentuais de renda associados à atividade de cada agricultor. Além disso, uma vez atuando em espaços rurais, periféricos e urbanos – em um processo minimamente dual – esses canais têm incitado um iminente potencial de desenvolvimento regional.

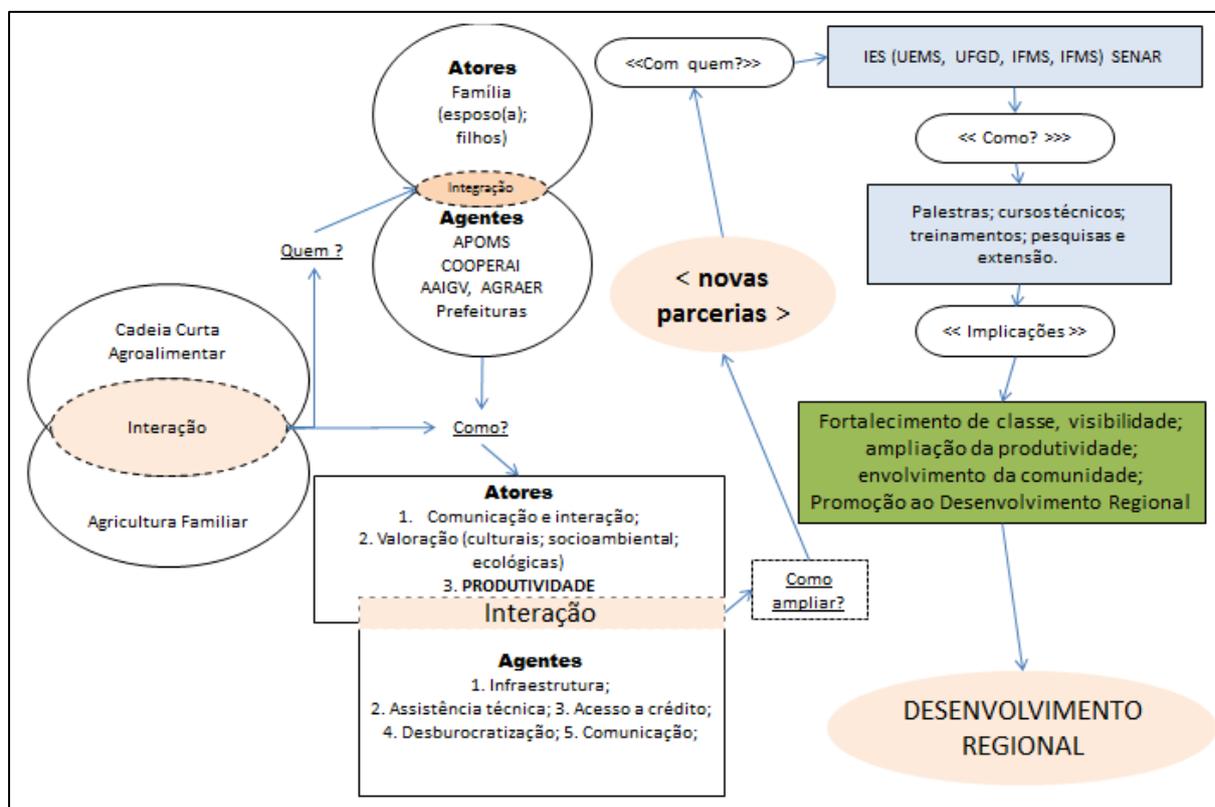
A similaridade dos resultados apurados em estudo de campo às categorias teóricas evidenciadas denotam particularidades a serem consideradas. Sob esta perspectiva, a categoria atores envolvidos ajuíza o envolvimento familiar, enfocando a importância desse envolvimento. No entanto, desperta-se para a importância das reuniões e visitas de pares, que outrora eram realizadas mensalmente e passaram a acontecer em modo bimestral. Entende-se que, conforme evidenciado em discursos, a falta de pessoal para a realização das visitas técnicas comungam para a ampliação das visitas entre os participantes do núcleo ou mesmo, inter núcleos, no intuito de fortalecer o grupo e ampliar a troca de experiências. Para essa categoria, o registro participativo de agentes públicos e privados é tímido. Sua atuação poderia ser ampliada com a realização de cursos, palestras e seminários.

No caso específico do Assentamento Itamarati, que demanda um número maior de atendimento, uma solução seria o estabelecimento de parcerias entre órgãos federais, estaduais e municipais, e demais instituições como SENAR, SENAI, SEBRAE, SESC, CECAF, APOMS, COOPERAI (conforme observado na Figura 11) no intuito de formar equipes de apoio técnico, composta por agricultores locais, conhecedores de suas realidades. O aporte dessas equipes a campo, poderia sanar definitivamente as demandas observadas (por exemplo: emissão de NFP, DAP e planilhas de controle de insumos).

Entende-se que as atividades de comercialização, configuradas como cadeias curtas agroalimentares, ocorrem naturalmente no meio rural/urbano consubstanciadas através das vendas porta-a-porta, feiras livres locais ou mesmo venda em beiras de estradas. Entretanto, a ampliação desses canais depende da interação entre agricultores, no intuito de fortalecer o segmento através da interação e troca de experiências. Assim também a integração entre atores e agentes públicos e privados, através de parcerias, intensificam essas possibilidades..

A Figura 11 indica a ocorrência dessas interações e integrações, entretanto há um fator limitante a expansão das CCAAs: a produtividade limitada ao atendimento dos canais já acessados.

**Figura 11 - A construção das cadeias curtas agroalimentares e o desenvolvimento regional**



Fonte: Elaborado pelo autor.

O acesso restrito a determinados canais está relacionado a uma questão mais complexa, a falta de produto em função da baixa produção. Não se pode afirmar aqui que a produção individual é pequena, mas que a existência de poucos produtores limita as intenções de acesso ou criação de novos canais. Assim também a atuação de agentes públicos e privados é pequena.

Seria necessário estabelecer parcerias com as instituições de ensino superior dos municípios (UFGD, UFMS, IFMS, UEMS, etc.) na tentativa de resolução aos problemas observados, como pesquisa de mercado, projetos de *layout* para as feiras, publicidade e marketing, etc. Nesse sentido também, a elaboração de manuais explicativos poderia auxiliar em vários processos (plantio em sulco, plantio com canteiros elevados, produção de fertilizantes), reforçando assim outra característica das CCAAs, o saber fazer.

Outra preocupação em evidência neste estudo está nas formas de conexão percebidas entre agricultor e consumidor. Primeiro porque a identificação de demanda, na prática, significa alocar recursos de maneira enfática, evitando a oferta

em demasia de determinado produto. Segundo porque a maioria dos entrevistados comercializam seus produtos apenas em mercados institucionais (PAA e PNAE), os quais, apesar de garantir uma renda, digamos, assertiva, exclui o agricultor do contato direto com o consumidor.

Na terceira categoria, foi possível observar as demais formas de interação acessadas pelo grupo de agricultores em estudo. Algumas com potencial de ampliação, como as vendas através de grupos de WhatsApp e a modalidade de degustação (bistrô). O primeiro canal denota a facilidade de comunicação para ambos, a segunda atua associando comercialização e aprendizagem.

A insegurança concentra-se nos mercados institucionais, seja pelo rigor burocrático (documental) para acesso, seja em função da dependência logística ou a incerteza da abertura de novos editais de compra.

Para que os agricultores não fiquem subjugados eternamente a essa situação, a solução volta novamente à questão do aumento da produção, permitindo assim a promoção a novos canais. À medida que os canais se fortalecessem, não haveria mais dependência dos mercados institucionais, que por ora, apresentam-se com pouca dinamicidade.

Na quarta categoria, evidenciaram-se as dinâmicas de construção dos canais mencionados. Eleva-se para essa discussão a sobrecarga de função e atribuição de atores e agentes, como é o caso dos agentes “extensionistas” da AGRAER, que atuam com equipe pequena, insuficiente para atender a demanda local, e a APOMS, que sobrecarrega seus colaboradores em várias etapas do processo (assistência técnica, coleta, transporte, seleção de produto e entrega)

Para todos os canais citados haveria condições de ampliação, caso houvesse incrementos financeiros através de linhas de créditos específicos para a produção orgânica. Além disso, a melhoria visual das feiras poderia contribuir significativamente para ampliação dessas dinâmicas.

Por outro lado, a valoração dos bens produzidos e comercializados atua como um indutor na ampliação dos canais acessados e para aqueles em planejamento. Entretanto, fica evidente a necessidade de criação de uma marca que se associe a certificação orgânica no intuito de estabelecer uma rastreabilidade daquele produto, creditando a ele valores intrínsecos do local e ampliando seu potencial de desenvolvimento regional.

Sob essa perspectiva, a produção devidamente identificada poderia extrapolar divisas em atendimento a mercados regionais e internacionais. Para essa percepção, haveria a necessidade de uma consulta pública, de modo que a comunidade também participasse da escolha da marca que melhor lhes represente.

A última categoria analisada trata das inovações e das diversificações desenvolvidas pelos agricultores. Esse comportamento diferenciado pode significar na indução de novos produtos ou processos que venham agregar valor às CCAAs. As situações observadas denotam que a inovação é valorada entre os agricultores, principalmente por promover certa independência de produtos e serviços.

Os resultados deste estudo evidenciam a existência de Cadeias Curtas Agroalimentares (CCAAs) em atividade. No entanto, são iniciativas recentes e pontuais, sendo esta uma das razões principais que dificultam a sua expansão e percepção, como importante atividade indutora ao desenvolvimento regional.

A atuação concentrada em mercados institucionais (PAA e PNAE) oferece riscos iminentes à preservação do retorno econômico aos agricultores, uma vez que esses canais dependem da liberação de recursos e publicação de editais públicos de compra. Além disso, o acesso, criação ou ampliação de novos canais, estão condicionados ao aumento da oferta de produtos, o que tem limitado as iniciativas pessoais em novos canais, como é o caso das feiras, do e-commerce, da venda sob pedido, etc. Esse aumento de produção exige um pacto entre atores e agentes públicos/institucionais. Para os atores, a ampliação na troca de experiência condicionaria a independência. Para os agentes públicos/institucionais, a formalização de novas parcerias poderia atenuar as dificuldades de recursos financeiros e humanos.

Nesse cenário, a confirmação das Cadeias Curtas Agroalimentares como mecanismo de desenvolvimento regional depende de novas dinâmicas, públicas ou não.

Por fim, os resultados oferecidos apresentam algumas limitações, uma vez que denotam o ponto de vista do agricultor familiar. Nesse sentido, acredita-se que as cadeias curtas resultam da construção compartilhada entre atores e agentes (públicos e privados). Admite-se assim a necessidade de novos estudos que permitam o desvelar de novos olhares.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, K. O.; SANTOS, M. M. DOS. **Políticas agrícolas, desenvolvimento regional e agricultura familiar**. Estudos. Goiânia, v. 34, n. 9/10, p. 677-693, set/out. 2007. Disponível em: < <https://bit.ly/2Oy9alC> > Acesso em: 15 Abr. 2018.

ABRAMOVAY, R. **Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Ed. Hucitec/UNICAMP, 2007.

ALMEIDA, R. A. de.; **Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio**. In. Campesinato e territórios em disputa. Ed. Expressão Popular, 2008: São Paulo.

ALVES, E. **A agricultura familiar**. Revista de política agrícola – Ano VI – n.º 03, jul/set 1997. Disponível em: < <https://bit.ly/2MCwdK7> > Acesso em: 20 set. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). São Paulo: Edições 70, 2016.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. da. **Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas**. In: BATALHA, M. O. (Coord.). Gestão agroindustrial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.v.1,p.23-63.

BEZERRA, J. E. **Agronegócio e ideologia: Contribuições teóricas**. Revista Nera: Ano 12, nº. 14. Presidente Prudente, 2009. Disponível em: < <https://bit.ly/2xpn6H8> >. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL, **Lei n. 10.831**, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: < <https://bit.ly/2QBpcwf> > Acesso em: 02 Mai. 2018.

BRASIL, **Lei n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < <https://bit.ly/2DbJxpw> >. Acesso em: 25 Ago. 2017.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para o debate**. Brasília: IICA, 1 ed. 2006. 136p.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos**. Revista Brasileira

de Estudos Pop. Brasília, 2007. Disponível em: < <https://bit.ly/2peQNqG> >. Acesso em: 17 ago. 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF, 2002.

CAPORAL, F. R.; PAULUS, G. COSTABEBER, J. A.. **Agroecologia: Uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: DF, 2009.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. (Tradução: Raul de Polillo). 2ª Edição, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1969.

CAZELLA, A. A.; ROUX, B. **Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 13, p. 46 - 69, out. 1999.

CONTERATO, M. A. FILLIPI, E.E. **Teorias do desenvolvimento**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística**. 2. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.

DALLABRIDA, V. R.; BENEDETTI, E. L. **Do produtivismo, ao neoprodutivismo, para o pós-produtivismo**: perspectivas teóricas na interpretação das mudanças no espaço rural e elucidação de práticas inovadoras. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 117 - 136, set./dez. 2016.

DALLABRIDA, V. R.; TABASCO, J. J. P.; PÚLPON, A. R. R. **Agricultura familiar, organização de produtores e desenvolvimento territorial**: oportunidades e ameaças em experiências agroalimentares no Estado de Santa Catarina (Brasil). Rev. REDES – Revista do desenvolvimento regional. V. 23, n.2, 2017.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. **A concept of agribusiness**. Division of Research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DOMINGUES, J. M. **A Dialética da Modernização Conservadora** e a Nova História do Brasil. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p.459-482, 2002.

DUBBELING, M; HOEKSTRA, F; VEENHUIZEN, R. V. **Da semente até a mesa**: desenvolvendo cadeias de valor na agricultura urbana. In. Ruaf Foundation. Resource centres on urban agriculture & food security. Revista de Agricultura Urbana, nº24 – Setembro de 2010.

DUFUMIER, M.; COUTO, V. A. **Neoprodutivismo**. Caderno RH, Salvador, n. 28, p. 81 - 112, 1998.

FAO. Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Consulta Electrónica. **Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP**. Outubro - Novembro 2012. Relatório final. Disponível em: < <https://bit.ly/2ME1k82> >. Acesso em: 17 ago. 2017.

FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. **Organização das cadeias agroindustriais de alimentos**. Anais. São Paulo: PENSA, 1992.

FELÍCIO, M. J. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão**. Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: < <https://bit.ly/2MDGd5P> >. Acesso em: 22 ago. 2017.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Disponível em: < <https://bit.ly/2xowCu3> > . Acesso em: 07 set. 2017.

FERRARI, D.L. **Cadeias Agroalimentares Curtas: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, v. 12, n. 2, pp. 237-271, 2004. Disponível em: < <https://bit.ly/2NKeoxr> > Acesso em: 15 Mai. 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3a ed. J. E. Costa (Trad.). São Paulo: Artmed, 2009.

FOCHEZATTO, A. **Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo**. In: CONCEIÇÃO, O. A. C.; GRANDO, M. Z.; TERUCHKIN, S. U.; FARIA, L. A. E. (Orgs.). O ambiente regional. Porto Alegre: FEE, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, M. F. de A. C. NOBRE, F. **Tensões, negociações e desafios aos processos de certificação na agricultura orgânica**. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Org.). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura sustentável. Brasília: Embrapa, 2005. p. 215 - 236. FONSECA, M. F. A. C. Desafios e perspectivas dos sistemas participativos de garantia. Revista Brasileira de Agroecologia , v. 2, n. 2, 2007.

GALLI, F; BRUNORI, G. (eds.) (2013) **Short Food Supply Chains as drivers of sustainable development**. Evidence Document . Document developed in the framework of the FP7 project FOODLINKS (GA No. 265287). Laboratorio di studi rurali Sismondi, ISBN978-88-90896-01-9.

GAZOLLA, M. **O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar**. In: SCHNEIDER, S. (Org.). A Diversidade da agricultura familiar. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GAZOLLA, M. **Cadeias curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos**. In: Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. Negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOODMAN, D. **Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo**. IN. GAZOLLA, M. e SCHNEIDER, S. (Orgs). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional** (online). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 204 p. ISBN: 978 – 85 - 9966 – 229 – 8.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura continental brasileira: reflexão sobre a diversidade de uma totalidade complexa**. Revista de Tecnologia e Inovação Agropecuária. APTA. Dez. 2008. p. 9-15.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é a questão agrária**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M. DINIZ, B. P. C.; MOREIRA, G. R. C. **PIB da Agricultura familiar: Brasil-Estados**. NEAD Estudos. Brasília: MDA, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - **Indicadores IBGE** - Estatística da Produção Agropecuária. Disponível em: < <https://bit.ly/2D0KBw0> > . Acesso em 16 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário, 2006**. Rio de Janeiro, 267 p. Disponível em: < <https://bit.ly/25iEZIM> > . Acesso em: 17 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <https://bit.ly/1OF4em9> > . Acesso em: 17 ago. 2017.

KAGEYAMA, A; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. A. de. **Caracterização dos estabelecimentos de assentados no Censo Agropecuário de 2006**. Retratos de Assentamentos, n. 13. IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais 2010 em Araraquara/SP, de 9 a 11 de junho de 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Coleção: Proposta Universitária. Tradução de C.IPEROIG. Proposta Editorial: São Paulo, 1980.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

LABONNE, M. **Sur Lê Concept de Filière em Economie Agro-Alimentaire**. Reunion MAS-CEGET-INRA, 13-14 Juin, Montpellier, França, 1985.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MALAGODI, E. **Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa?** IN. DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação especial. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSDEN, T. MURDOCH, J.; LOWE, P.; MUNTON, R.; FLYNN, A. **Constructing the countryside**. Oxford: Westview Press, 1993. Disponível em: < <https://bit.ly/2D1HLac> > Acesso em: 15 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **New Rural Territories**: regulating the differentiated rural spaces. In: Journal Rural Studies. Vol. 14, nº1, p. 107-117, 1998.

\_\_\_\_\_; MURDOCH, J. ; MORGAN, K. **Sustainable agriculture, food supply chains and regional development**. International Planning Studies4(3 ) 1999: 295–301.

\_\_\_\_\_; BANKS, J.; BRISTOW, G. **Food supply, chain approaches**: exploring their role in rural development. Sociologia Ruralis, Oxford, v. 40, n. 4, p. 424 - 438, 2000.

MARX, K. O capital: **critica da economia política**. 2.ed. de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

MENDONÇA, M. L. R. F. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**: A construção do conceito agronegócio. Tese. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas. Departamento de geografia. PPGGH. São Paulo: 2013. Disponível em: < <https://bit.ly/2xfcoUr> >. Acesso em: 10 ago. 2017.

MENEZES, F. **Sustentabilidade Alimentar**: uma Nova Bandeira? Raízes, Ano XVII, N. 18, setembro/1998. Disponível em: < <https://bit.ly/2peDB4U> >. Acesso em: 17 ago. 2017.

MENTZER, J. T. et al. **Defining supply chain management**. Journal of Business Logistics, v. 22, n. 2, p. 1 – 25, 10 set. 2001.

MIOR, L. C.; FERRARI, D. L.; MARCONDES, T.; REITER, J. M. W.; ARAUJO, L. A. **Inovações organizacionais da agricultura familiar no Sul Catarinense**. In: ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. Inovações na Agricultura Familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar: Quantos ancoradouros!** In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C. (orgs.). Geografia Agrária: Teoria e Poder. - 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa**. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PENTEADO, S. R. **Agricultura orgânica**. Série Produtor Rural. Edição Especial. Piracicaba: ESALQ - Divisão de Biblioteca e Documentação, 2001.

RENTING, H., MARSDEN, T.K., BANKS, J. **Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development**. Environment and Planning A 35 (3), 2003.

RIBEIRO, E. M.; ÂNGULO, J. L.G; NORONHA, A. B; CASTRO, B.S; GALIZONI, F.M.; CALIXTO, J.S., SILVESTRE, L.H. **A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais.\*** UNIMONTES CIENTÍFICA. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.

SCARABELOT, M. SCHNEIDER, S. **As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local** – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. Volume 15 – Número 20– Jan/Jun 2012 - pp. 101-130.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina**. Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 17, núm. 1, enero - marzo, 2015, pp. 56-71 Universidade Federal de Lavras: Minas Gerais, Brasil.

SILVA, L. C. da. **Cadeia Produtiva de Produtos Agrícolas**. Universidade Federal do Espírito Santo: Departamento de Engenharia Rural. Boletim Técnico: MS: 01/05 em 21/04/2005. (2005).

SISMONDE DE SISMONDI, J. C. L., **Études sur l'Economie politique**. TOME PREMIER: BRUXELLES, 1837. Disponível em: < <https://bit.ly/2QBPgCz> >. Acesso em: 22 ago. 2017.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHUMPETER, J. A.. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

TEIXEIRA, J. C. **Modernização da Agricultura no Brasil**: impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS, v.2 nº 2, set. 2005.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. **Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural**. Cuadernos de Desarrollo Rural, v. 75, p. 55-75, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALA, J. A **Análise de Conteúdo**. In: SILVA, A. A.; PINTO, J. M. (Orgs.). Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

VEIGA, J. E. da. **O que é a reforma agrária**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento agrícola; uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **Delimitando a agricultura Familiar**. Revista Reforma Agrária. v.25, mai-dez 1995, pp 128-41. Disponível em: < <https://bit.ly/2NNBIQh> >. Acesso em: 24 ago. 2017.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGOPOULOS, K. Capitalismo disforme (**o caso da agricultura no capitalismo**). In: AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. (Org.). A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 41-174.

\_\_\_\_\_. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Uma nueva ruralidade en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível em: < <https://bit.ly/2bsp6X7> >. Acesso em: 27 ago. 2017.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 328p.

WITTMAN, M. L.; DOTTO, D. M. R.; BOFF, V. A. **Desenvolvimento regional: análise de processos organizacionais de desenvolvimento integrado**. In: WITTMANN, Milton Luiz; BECKER, Dinizar Fermiano (Orgs.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2008. v. 1, p. 319-341.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A - INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

AOS AGRICULTORES

### IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADO

Nome: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) F ( ) M      Idade: \_\_\_\_\_

1.1 Escolaridade:

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Não Alfabetizado<br><input type="checkbox"/> Fundamental incompleto (1º grau)<br><input type="checkbox"/> Fundamental completo<br><input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto (2º grau)<br><input type="checkbox"/> Ensino médio completo | <input type="checkbox"/> Superior incompleto<br><input type="checkbox"/> Superior<br>Qual curso: _____<br><br><input type="checkbox"/> Pós-graduação. Qual: _____ |
|---|---|

1.2 Tamanho da propriedade (hectares): \_\_\_\_\_

1.3 Quanto à situação da propriedade rural é:

- Própria titulada  
 Própria não titulada  
 Arrendada  
 Própria e arrendada. Percentual médio de arrendamento? \_\_\_\_\_%

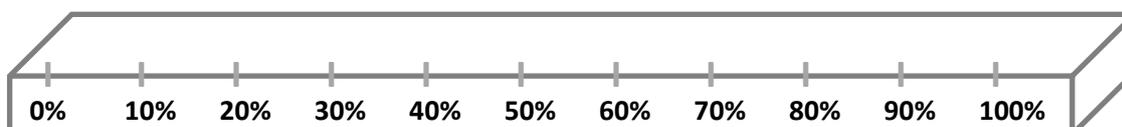
1.4 Qual o tempo de experiência com atividades rurais?

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Menos de 10 anos<br><input type="checkbox"/> Entre 11 e 20 anos<br><input type="checkbox"/> De 21 a 30 anos | <input type="checkbox"/> De 31 a 40 anos<br><input type="checkbox"/> Acima de 40 anos |
|--|---|

1.5 A renda proveniente da atividade desenvolvida na propriedade, corresponde a quantos por cento (considerando a renda total da família):

- 5%     10%     20%     30%     50%  
 60%     70%     80%     90%     100%

1.6 Considerando a totalidade de sua produção, qual o percentual de produção orgânica?



## **BLOCO II – AOS ENVOLVIDOS NAS CADEIAS CURTAS AGROALIMENTARES**

### **CATEGORIA 1: Atores envolvidos**

1. Quantos membros da família se envolvem “na lida” (no plantio, no preparo e na venda)? Como o senhor (a) percebe este envolvimento?
2. Diariamente, quanto tempo o senhor se dedica a atividade, aqui na propriedade?
3. De que forma o senhor (a) avalia o envolvimento (a interação social entre os vizinhos) quanto à troca de experiências; cooperação; motivação; responsabilidades de produção de venda, etc. para a melhoria das atividades de produção?
4. Para a melhoria das formas de se fazer, seja na produção, no preparo ou na venda, existe alguma ação (nas esferas: municipal, estadual ou federal) que poderia ser melhorada ou criada? Quais? Como?

### **CATEGORIA 2: Conexão com consumidor**

1. Antes de decidir o que plantar, vocês fazem perguntas aos clientes, na tentativa de saber o que eles gostariam de comprar (consumir)
2. Em sua opinião, quais as principais dificuldades em estabelecer contato (conexões) com o público consumidor? De que forma estão sendo resolvidas estas questões (pontuar cada uma das ações).
3. Qual o papel desempenhado por produtores, agentes de extensão (AGRAER), cooperativas, conselhos, associações, etc. na busca por soluções que busquem aproximar produtores e consumidores.
4. As experiências externas (obtidas através de cursos, feiras, treinamentos, seminários, ou relatos de outros agricultores familiares) são valorizadas? Vocês fazem trocas de experiências (por exemplo: de como produzir; como processar; como comercializar)? Se sim, de que forma isso é feito?
5. Em sua opinião, o que deve ser levado em consideração ao ofertar os produtos de sua propriedade (por exemplo: preço, qualidade, ausência de agrotóxicos)?

### **CATEGORIA 3: Interação (Tipologia das cadeias)**

1. Como o senhor (a) faz para vender a sua produção?
2. Como o senhor faz para levar a sua produção até o ponto de venda? Vocês têm pensado (em grupo) em alguma iniciativa para melhorar a forma de transporte de seus produtos? Se há como ela esta sendo pensada.
3. Para que as formas de venda (existentes) continuem funcionando (por exemplo: feira livre, mercado municipal, PNAE, PAA, etc.) há algum tipo de apoio de alguém (prefeitura, Estado, Governo Federal)? Que tipo de ajuda ou suporte eles fazem?
4. Em sua opinião, entre as instituições públicas existentes (municipais e estaduais) quais poderiam contribuir para a melhoria do envolvimento (interação) entre produtores e consumidores? De que forma?
5. E, entre vocês agricultores, haveria alguma atitude em conjunto que poderia contribuir para o fortalecimento do envolvimento com os consumidores? Qual (is) e de que forma?

**CATEGORIA 4: Dinâmicas de construção**

1. Quem teve a ideia de iniciar estas formas de venda que o senhor (a) utiliza? E como o senhor (a) teve acesso a esta forma de venda?
2. Quem coordena as ações dentro das formas de venda que o senhor utiliza?
3. Existe ou existiu algum apoio técnico para o fortalecimento destas formas de venda? Se sim, quais e de que forma?
4. Haveria alguma forma de venda que poderia ser criada ou modificada? Quais? Como?
5. Há alguma iniciativa pública ou privada que poderia contribuir para a melhoria das formas de venda existentes? Quais? Como?

**CATEGORIA 5: Valoração dos bens produzidos/comercializados**

1. A produção feita pela família e a preservação do meio ambiente são lembrados como valores para os clientes/consumidores?
2. Como fazem para informar o público consumidor de que a sua produção é livre de agrotóxicos? Se sim, como fazem?
3. Existe algum selo que dê identidade a sua produção? Como ele foi pensado?
4. Como é feito o processo para ter direito de uso do selo? Quem certifica? E qual a validade deste selo?
5. Qual a sua opinião quanto a importância de se obter o selo?

**CATEGORIA 6: Inovação**

1. Em sua opinião, como o senhor avalia o processo criativo (inovação) na produção, na fabricação ou nas formas de venda?
2. O que o senhor (a) entende por diversificação (variar) da produção?
3. Na sua propriedade ou em seu método de produção há sinais de inovação ou diversificação? Quais? Como é feito?
4. O que deve ser considerado como importante, na hora de tomar a decisão por inovar ou diversificar a produção (ter variedades; novas formas de apresentação do produto; preço; qualidade)?
5. No processo de inovação ou diversificação existe a ajuda de agentes públicos ou privados? Como eles atuam, comente?
6. Há alguma iniciativa direcionada a inovação e/ou diversificação que precisa ser criada ou melhorada? Quais? Como?

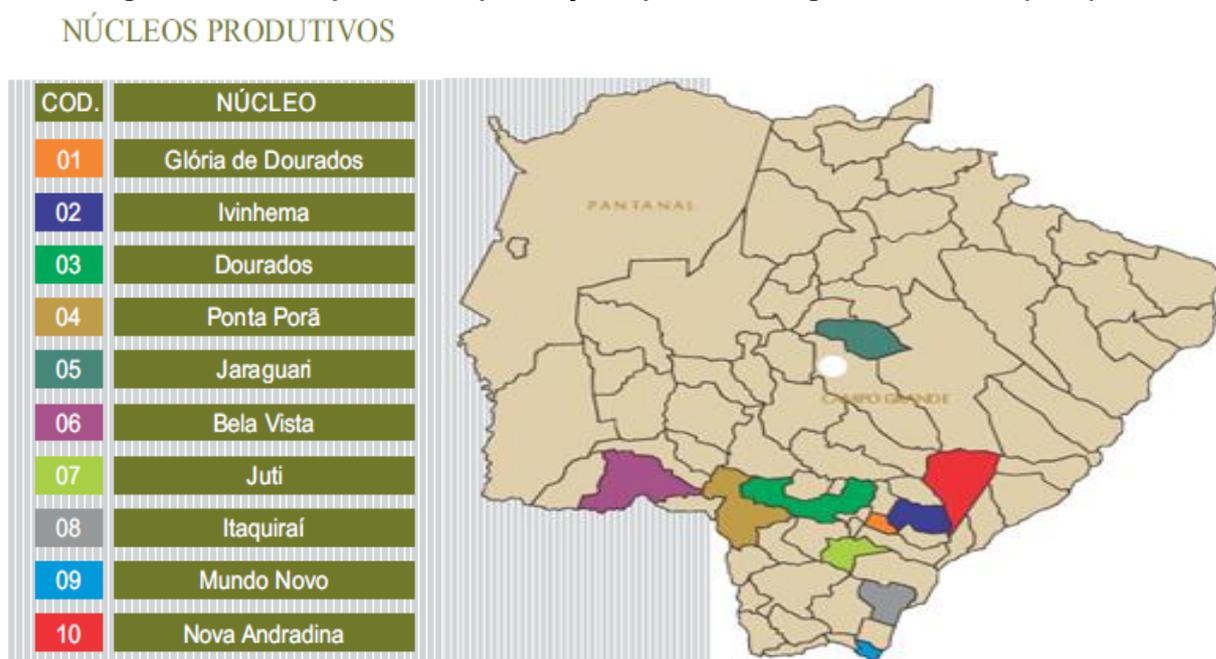
## APÊNDICE B - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DE MATO GROSSO DO SUL (APOMS) – BREVE HISTÓRICO

Constituída inicialmente por um grupo de cafeicultores do município de Glória de Dourados, tendo a sua formalização como associação formalizada no ano de 2000, a Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS), têm, nestes dezoito (18) anos de atuação, buscado o fortalecimento em forma de rede, composta por produtores agroecológicos em todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

Hoje a Rede de Agroecologia da APOMS é composta por dez (10) Núcleos Regionais, com dezoito (18) grupos produtivos, os quais abrangem: agricultores familiares tradicionais; assentados da Reforma Agrária; uma comunidade indígena, e; uma comunidade quilombola. Atendendo, através de suas ações, cerca de 170 famílias.

A Figura 11 apresenta o visual cartográfico dos municípios que compõem a Rede APOMS.

**Figura 11 – Municípios com a presença de produtores ligados a APOMS (2015).**



Fonte: APOMS, 2015

Pautada na declaração dos princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global mais justa, sustentável e pacífica, a entidade constituiu sua OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica, estando autorizada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

como agente credenciado a atuar na certificação de produtos e processos orgânicos, através da Certificação Participativa.

Entre as modalidades de certificação da produção orgânica, o modelo de certificação por auditoria, foi a primeira estabelecida no Brasil, o qual faz uso de processos de auditoria exigidos por organismos certificadores, que o faz e creditam junto ao MAPA. No entanto, e por característica, a entidade certificadora, não se envolve com a organização e assessoria aos agricultores. Para a obtenção da certificação, as entidades certificadoras, realizam serviços de inspeção e monitoramento da produção orgânica em propriedades cadastradas junto ao MAPA.

Por outro lado, a Certificação Participativa surge como alternativa aos altos custos da certificação por auditoria, a qual é pautado por elevados valores financeiros. Sua viabilização acomete a cobertura das despesas de transporte, alimentação e hospedagem de inspetores; elaboração de relatórios; realização de análises laboratoriais do solo, água e do produto, além da própria emissão do certificado, (FONSECA; NOBRE, 2005).

O Sistema de Participativo de Garantia (SPG) ou apenas Certificação Participativa é então, um dos tipos de certificação validadas pelo MAPA, as quais são desenvolvidas por Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam no processo certificador. Neste processo, os produtores recebem acompanhamento e todo o processo produtivo e de gestão da produção orgânica, de modo a receberem orientações voltadas ao atendimento as exigências legais. A conformidade com a lei é policiada por representantes do grupo, em visitas de pares. Tais grupos não fazem parte do grupo “fiscalizado”. Além disso, as propriedades certificadas recebem anualmente a visita de fiscais do MAPA, que acompanham o processo certificador. A constatação de qualquer irregularidade é constatada como não conformidade, o que pode ocasionar, dependendo da gravidade do fato, em cancelamento da certificação, (MAPA, 2015).

Após a certificação, o agricultor deve estar atento a todas as solicitações e/ou regulamentações atribuídas a atividade. Esta dinamicidade esta atrelada as constantes mutações da legislação, principalmente, a legislação ambiental de recursos de uso comum. Assim sendo, a certificação tem validade por um ano, tendo necessariamente que ser refeito o processo no ano seguinte.

Desta forma, a APOMS, tem contribuído para o fortalecimento da rede. Seja na identificação das necessidades de seus associados e dos demais componentes dos núcleos de agricultores, ou na formalização de parcerias para a captação e gerenciamento de recursos, fundamentais para a continuidade dos programas (APOMS).